



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE  
CAMPUS A. C. SIMÕES

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE  
EDUCAÇÃO FÍSICA - LICENCIATURA

Maceió  
2019



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE  
CAMPUS A. C. SIMÕES

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE  
EDUCAÇÃO FÍSICA - LICENCIATURA

Reitora Prof. <sup>a</sup> Dr. <sup>a</sup> Maria Valéria Costa Correia	Diretora do Instituto de Educação Física e Esporte Prof. <sup>a</sup> . Titular Leonéa Vitoria Santiago
Vice-reitor Prof. Dr. José Vieira da Cruz	Vice-Diretora do Instituto de Educação Física e Esporte Prof. <sup>a</sup> . Dr. <sup>a</sup> . Maria do Socorro Meneses Dantas
Pró-Reitora de Graduação Prof. <sup>a</sup> Dr. <sup>a</sup> Sandra Regina Paz da Silva	Comissão de Elaboração do Projeto
Coordenadoria de Cursos de Graduação - CCG Prof. <sup>a</sup> Dr. <sup>a</sup> Giana Raquel Rosa	Coordenadora do NDE Prof. <sup>a</sup> . Dr. <sup>a</sup> . Marta de Moura Costa
Responsável pela Revisão do Projeto Pedagógico Jean Luiz Davino dos Santos - Técnico em Assuntos Educacionais/PROGRAD	Coordenadora do Curso Prof. <sup>a</sup> . Dr. <sup>a</sup> . Maria Elizabete de Andrade Silva
	Professores Prof. Dr. Alexandre Magno Câncio Bulhões Prof. <sup>a</sup> . Dr. <sup>a</sup> . Chrystiane Vasconcelos Andrade Toscano Prof. Dr. Eriberto José Lessa de Moura Prof. Dr. João Carlos Neves de Souza e Nunes Dias Prof. <sup>a</sup> . Titular Leonéa Vitoria Santiago Prof. Dr. Marco Antônio Chalita Prof. Dr. Paulo Sérgio Bereoff
	Representante Discente Maria Natalha Gomes da Silva

## SUMÁRIO

	<b>LISTA DE QUADROS .....</b>	<b>5</b>
	<b>LISTA DE GRÁFICOS.....</b>	<b>5</b>
<b>I</b>	<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>II</b>	<b>IDENTIFICAÇÃO DO CURSO .....</b>	<b>7</b>
	2.1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO .....	7
	2.2 CONTEXTO INSTITUCIONAL.....	9
	2.3 HISTÓRICO DO CURSO.....	11
	2.4 EIXO EPISTEMOLÓGICO.....	15
	2.5 ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA.....	17
<b>III</b>	<b>OBJETIVOS DO CURSO .....</b>	<b>20</b>
	3.1 GERAL .....	20
	3.2 ESPECÍFICOS .....	20
<b>IV</b>	<b>PERFIL E COMPETÊNCIA PROFISSIONAL DO EGRESSO .....</b>	<b>21</b>
	4.1 PERFIL DO EGRESSO .....	21
	4.2 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES .....	22
<b>V</b>	<b>CAMPO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL.....</b>	<b>23</b>
<b>VI</b>	<b>POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO EDFL-Ufal .....</b>	<b>23</b>
	6.1 ENSINO .....	23
	6.1.1 Metodologias de Ensino e Aprendizagem.....	24
	6.1.2 Tecnologia da Informação - TIC.....	25
	6.1.3 Avaliação da Aprendizagem .....	27
	6.1.4 Acompanhamento e Avaliação dos Processos de Ensino e Aprendizagem.....	28
	6.1.5 Acompanhamento Discente .....	29
	6.2 OUTRAS AVALIAÇÕES.....	30
	6.3 ACESSIBILIDADE.....	31
	6.4 INTERNACIONALIZAÇÃO.....	35

6.5	RELAÇÃO DE CONVÊNIOS VIGENTES COM OUTRAS INSTITUIÇÕES.....	37
6.6	PESQUISA .....	37
6.7	EXTENSÃO .....	39
<b>VII</b>	<b>ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA PEDAGÓGICA DO CURSO.....</b>	<b>52</b>
7.1	MATRIZ E PROPOSTA CURRICULAR .....	52
<b>VIII</b>	<b>ORGANIZAÇÃO CURRICULAR POR PERÍODOS .....</b>	<b>59</b>
<b>IX</b>	<b>DISCIPLINAS ELETIVAS .....</b>	<b>62</b>
<b>X</b>	<b>DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA POR COMPONENTE CURRICULAR.....</b>	<b>64</b>
<b>XI</b>	<b>EMENTAS DOS COMPONENTES CURRICULARES E ACES.....</b>	<b>65</b>
<b>XII</b>	<b>EMENTAS DOS COMPONENTES CURRICULARES ELETIVOS .....</b>	<b>97</b>
<b>XIII</b>	<b>ATIVIDADES FORMATIVAS.....</b>	<b>115</b>
<b>XIV</b>	<b>TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO .....</b>	<b>115</b>
<b>XV</b>	<b>ESTÁGIO SUPERVISIONADO .....</b>	<b>117</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>122</b>
	<b>ANEXOS .....</b>	<b>127</b>
	ANEXO 1 - Regulamento Trabalho de Conclusão de Curso .....	128
	ANEXO 2 - Regulamento Estágio Curricular .....	146

## LISTA DE QUADRO

QUADRO 1.	Identificação do Curso .....	7
QUADRO 2.	Funcional docente .....	19
QUADRO 3.	Funcional técnico administrativo .....	20
QUADRO 4.	Relação das ACE's vinculadas a disciplinas curriculares.....	48
QUADRO 5.	Matriz Curricular.....	57
QUADRO 6.	Resumo da carga horária total .....	58
QUADRO 7.	Organização curricular 1º período.....	58
QUADRO 8.	Organização curricular 2º período.....	59
QUADRO 9.	Organização curricular 3º período.....	59
QUADRO 10.	Organização curricular 4º período.....	59
QUADRO 11.	Organização curricular 5º período.....	60
QUADRO 12.	Organização curricular 6º período.....	60
QUADRO 13.	Organização curricular 7º período.....	61
QUADRO 14.	Organização curricular 8º período.....	61
QUADRO 15.	Organização disciplinas eletivas .....	62
QUADRO 16.	Distribuição da carga horária por componente .....	63

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1.	Apresentação percentual das linhas de extensão.....	46
------------	---	----

## I. APRESENTAÇÃO

O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Física (PPC/EDFL) trata-se de um documento que foi organizado coletivamente pelo Colegiado de Curso e pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE).

O documento apresenta de forma contextualizada, os parâmetros norteadores para o curso de licenciatura em Educação Física do Instituto de Educação Física e Esporte (Iefe/Ufal), visando responder às necessidades de formação de professores em Educação Física do Estado de Alagoas.

Sobretudo, sua proposta implica valorizar as manifestações culturais da região, bem como em nível nacional, além da formação de indivíduos dentro de um contexto educacional.

Desse modo, o PPC/EDFL procura dar coesão entre suas partes constituintes, quais sejam as legislações vigentes, as atividades didático-pedagógicas, as concepções pedagógicas para a formação, as orientações metodológicas e curriculares, o acompanhamento e avaliação dos processos de ensino e aprendizagem, os procedimentos didáticos de ensino e de aprendizagem, bem como as diferentes formas de avaliação.

Além desses elementos, o PPC-EDFL, por ser um Projeto Pedagógico plural e dinâmico, atende às Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena (Resolução CP/CNE N° 7, de 04 de outubro de 2004); Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (Resolução CNE/CP N° 2, de 1° de julho de 2015).

## II. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

### 2.1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Mantenedora	Ministério da Educação (MEC)
Município-Sede	Brasília - Distrito Federal (DF)
CNPJ	00.394.445/0188-17
Dependência	Administrativa Federal
Mantida	Universidade Federal de Alagoas (Ufal)
Código	577
Município-Sede	Maceió
Estado	Alagoas
Endereço do Campus sede:	Campus A. C. Simões - Cidade Universitária Maceió /AL, Rodovia BR 101, Km 14 CEP: 57.072 - 970
Fone	(82) 3214-1100 (Central)
Portal eletrônico	<a href="http://www.ufal.edu.br">www.ufal.edu.br</a>
Curso	Educação Física - Licenciatura
Autorização	Resolução nº 88, de 24/12/1974
Reconhecimento	Portaria nº 858 de 31 de agosto de 1979 - Publicada no D.O.U. de 04 de setembro de 1979.
Renovação de Reconhecimento	Portaria nº: 1096, de 24/12/2015 Publicada no D.O.U. de 30 dezembro de 2015
Modalidade	Licenciatura - Presencial
Título oferecido	Licenciado em Educação Física
Nome da Mantida	Universidade Federal de Alagoas (Ufal)
Campus	A. C. Simões
Município-Sede	Maceió
Estado	Alagoas
Região	Nordeste
Endereço de funcionamento do curso	Campus A. C. Simões - Cidade Universitária, Rodovia BR 101, Km 14, Maceió /AL CEP: 57.072-970
Portal eletrônico do curso	<a href="http://www.Ufal.edu.br/unidadeacademica/iefe">http://www.Ufal.edu.br/unidadeacademica/iefe</a>
Coordenadora do Curso	Nome: Maria Elizabete de Andrade Silva Formação acadêmica: Educação Física Titulação: Doutorado em Ciência do Desporto pela Universidade de Coimbra - Portugal. Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva
Turno de funcionamento	Diurno (Matutino)

Titulação conferida aos egressos	Licenciado em Educação Física
Tempo mínimo e máximo de integralização	Mínima: 8 (oito) períodos Máxima: 12 (doze) períodos.
Formas de ingresso	
<p>O ingresso no curso de Licenciatura em Educação Física é efetivado por meio de processo seletivo, sendo a prova do Enem o meio de seleção, e a plataforma SISu/MEC (Sistema de Seleção Unificada), o meio de inscrição, respeitados os critérios de cotas em vigor. A Ufal poderá adotar outros processos de seleção, simplificados ou não, para o preenchimento de vagas ociosas ou em casos de convênios firmados no interesse público. Dentre outros, aqueles que dizem respeito à formação de professores que atuam na rede pública de ensino e à formação de gestores públicos. Em todos os casos, a igualdade de oportunidade de acesso é garantida por meio de editais.</p> <p>A Ufal adota uma perspectiva de não produzir nenhuma vaga ociosa, utilizando, periodicamente, conforme o seu calendário acadêmico, editais de reopção, de transferência e de reingresso (nesse último caso, só para os cursos que possuem as duas modalidades: licenciatura e bacharelado).</p>	
Número de vagas oferecidas a cada semestre	35 vagas
Composição do Colegiado do Curso	
Coordenação	Prof <sup>a</sup> . Dr <sup>a</sup> . Maria Elizabete de Andrade Silva
Vice-coordenação	Prof. Dr. Alexandre Magno Câncio Bulhões
Docentes titulares	Prof <sup>a</sup> . Dr <sup>a</sup> . Marta de Moura Costa
	Prof. Dr. Marco Antônio Chalita
Docentes Suplentes	Prof <sup>a</sup> . Titular Leonéa Vitoria Santiago
	Prof. Dr. Eduardo Luiz Lopes Montenegro
	Prof. Dr. Eriberto José Lessa de Moura
	Prof. Dr. José Jean de Oliveira Toscano
Representante Técnico-administrativo	Prof <sup>a</sup> . Titular Neiza de Lourdes Frederico Fumes
	Titular: Flávia Maria de Albuquerque Silva Farias
Representante Discente	Suplente: Suzana Coelho Moura
	Titular: Maria Natalha Gomes da Silva
	Suplente: Victor Souto Vieira

## 2.2. CONTEXTO INSTITUCIONAL E REGIONAL

A Universidade Federal de Alagoas (Ufal) é Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal, CNPJ: 24.464.109/0001-48. Foi criada pela Lei Federal nº 3.867, de 25 de janeiro de 1961, a partir do agrupamento das Faculdades de Direito (1933), Medicina (1951), Filosofia (1952), Economia (1954), Engenharia (1955) e Odontologia (1957), como instituição federal de educação superior, de caráter pluridisciplinar de ensino, pesquisa e extensão, vinculada ao Ministério da Educação, mantida pela União, com autonomia assegurada pela Constituição Brasileira, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9394/96 e por seus Estatuto e Regimento Geral.

Possui estrutura multicampi, com sede localizada no Campus A. Simões, em Maceió, onde são ofertados 102 cursos de graduação. O processo de interiorização, iniciado em 2006, expandiu sua atuação para o Agreste, com o Campus de Arapiraca e com Unidades Educacionais em Palmeira dos Índios, Penedo e Viçosa e a oferta de 23 cursos. Em 2010, chegou ao Sertão, instalando-se em Delmiro Gouveia e uma Unidade Educacional em Santana do Ipanema e a oferta de oito cursos, todos presenciais. Além dos cursos presenciais, há 11 cursos ofertados na modalidade de Educação a Distância, por meio do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). A pós-graduação contribui com 31 programas de mestrado e nove de doutorado, além dos cursos de especialização nas mais diferentes áreas do conhecimento.

Com a interiorização, a Ufal realiza cobertura universitária significativa em relação à demanda representada pelos egressos do ensino médio em Alagoas, à exceção do seu litoral norte, cujo projeto de instalação do campus no município de Porto Calvo se encontra em tramitação na SESu//MEC. O PIB *per capita* estadual era de R\$ 6.728,00, em 2009, sendo o setor de serviços o mais importante na composição do valor agregado da economia, com participação de 72%. Os 28% restantes estão distribuídos em atividades agrárias - tradicionalmente policultura no Agreste, pecuária no Sertão e cana-de-açúcar na Zona da Mata - além do turismo, aproveitando o grande potencial da natureza do litoral.

A inserção da Ufal no estado de Alagoas leva em consideração as demandas apresentadas pela formação de profissionais em nível superior e a divisão do estado em suas meso e microrregiões. Essa configuração espacial é contemplada com uma oferta acadêmica que respeita as características econômicas e sociais de cada localidade,

estando as suas unidades instaladas em cidades-polo consideradas fomentadoras do desenvolvimento local.

O estado de Alagoas está localizado ao leste da região Nordeste com 27.848,14 km<sup>2</sup>, 102 municípios distribuídos em três mesorregiões (Leste, Agreste e Sertão alagoano) e 13 microrregiões e uma população estimada em 3.322.820, sendo 73,64% em meio urbano, com um número um pouco menor de homens em comparação com o número de mulheres, vem sofrendo um êxodo desde 2016 (IBGE, 2018). O censo por raça/cor só foi realizado até 2015 sendo 23% do total da população branca, 5,2% preta e 70,3% parda. O estado possuía, em 2016, apenas 1/3 das pessoas atendidas com água tratada e ¼ com rede de esgotos.

Na educação básica, em 2017 tivemos 876.521 crianças matriculadas da creche ao ensino fundamental, no ensino médio, 109.336, ensino profissionalizante - 23.430, em classes especiais 140; em EJA - 114.049. Temos um total de 3.074 estabelecimentos de ensino distribuídos entre escolas indígenas, quilombolas, educação infantil, ensino fundamental, médio, profissionalizante, escolas especiais e de educação de jovens e adultos. As estatísticas apontam uma diminuição no número de estabelecimentos de ensino em Alagoas entre 2016 e 2018, com um pequeno crescimento apenas no número de escolas de ensino médio. Em 2017, tínhamos um total de 33.873 professores em efetiva regência (CENSO ESCOLAR - INEP 2018) distribuídos nestas categorias administrativas (o mesmo professor foi cadastrado mais de uma vez no censo se trabalhava em mais de uma escola).

No ensino superior, até 2016 (INEP, 2018) registram-se 28 instituições, 5.082 docentes e 4.104 servidores (lembrando que os IFE oferecem cursos superiores estando incluídos nesta soma), entre as categorias federal, estadual, municipal e privada. Entre o número de vagas ofertadas por estas instituições e o de alunos matriculados, tivemos um índice de aproveitamento de apenas 30% destas vagas em 2017. A criminalidade é alta entre a população jovem em Alagoas, o que representa um dos indicadores para este pouco aproveitamento, além da situação econômica das famílias que precisam dos seus filhos, adentrando precocemente no mercado de trabalho para ajudar na renda familiar.

O número de mortes violentas e intencionais entre a população jovem foi de 2.260 em 2013 para 1.913 em 2017. Sem falar na saúde da população, que tem altos índices de contaminação por doenças transmitidas por vetores, vírus e bactérias, resultado de pouca assistência com saneamento básico, e assistência primária à população. Dependemos

ainda da rede privada de saúde em 50% dos atendimentos com internação. Nossa taxa de analfabetismo, em 2017, estava em 18,2% dos homens e 16,9% das mulheres. Temos 14% da população maior que 14 anos sem instrução; 38,4% apenas com o ensino fundamental incompleto; 8,2% com o Ensino Fundamental completo, 21,7% com o Ensino Médio completo e 6,7% com o Ensino Superior completo, sendo as mulheres mais persistentes na conclusão dos estudos.

Temos uma população jovem, entre 16 e 29 anos, distribuída por tipo de atividade (ocupação), da seguinte forma: só estuda - 25,6%; estuda e trabalha - 7,3%; só trabalha - 31,2% e os que nem estudam, nem trabalham são 35,9% desta população. O estado de Alagoas encontra-se em uma situação bastante delicada no que diz respeito à educação. Décadas de descaso e dificuldades de ordem econômica colocam Alagoas com um dos piores Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) do país.

É com esses dados da realidade alagoana que a Universidade Federal de Alagoas vem trabalhando com o intuito de favorecer a melhoria da formação e atualização profissional dos diversos profissionais que ela forma anualmente, sendo sua responsabilidade primordial a formação dos profissionais da educação, já que são estes profissionais que irão alavancar o desenvolvimento educacional e cultural da população, até que possam melhorar os indicadores de ingresso ao ensino superior e, conseqüentemente, os indicadores sociais e econômicos.

### 2.3. HISTÓRICO DO CURSO<sup>1</sup>

Inicialmente, as escolas de Educação Física de nosso país eram compostas por Instituições Públicas Militares, que objetivavam a formação de professores da área, preparados e absorvidos pelas escolas e/ou pelo ambiente desportivo. Nos anos 40, período em que a formação dos professores de Educação Física estava fortemente associada ao desenvolvimento dos desportos, observou-se o primeiro aumento significativo das EEF<sup>2</sup>. Entre as décadas de 1960 e 1970, viu-se um aumento considerável na criação de novos cursos. Se na década de 60 registrava-se em torno de dez cursos de formação superior, ao final da década de 1970 tinha-se mais de 90 cursos em funcionamento.

---

<sup>1</sup> Dados retirados de MONTENEGRO, P. C. A. Os sentidos de formação profissional no imaginário dos docentes de graduação em Educação Física da Universidade Federal de Alagoas. 277 f. 2006. Tese de Doutorado em Educação Física - Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2006 e do Projeto pedagógico do Curso de Educação Física, Ufal, 2006.

<sup>2</sup> Escolas de Educação Física.

Observou-se, portanto, neste período, um crescimento explosivo, condicionado pela entrada decisiva em cena da iniciativa privada e pela ampliação da rede pública.

Nesse contexto, destacou-se como elemento determinante a inclusão da Educação Física como componente curricular, culminando com a publicação do Parecer CFE<sup>3</sup> nº 894/1969 e a Resolução CFE 69/1969, que fixaram o currículo mínimo, a duração e a estrutura curricular mínima dos cursos superiores de graduação em Educação Física. Este modelo, ampliado pelo Parecer CNE nº 672/1969, que propunha a formação em Educação Física sob duas perspectivas: a licenciatura plena e a formação do técnico desportivo (habilitação obtida simultaneamente à licenciatura, com acréscimo de mais duas matérias desportivas).

Foi neste contexto, que o curso de Educação Física (CEF<sup>4</sup>) da Universidade Federal de Alagoas foi fundado, em março de 1974, e reconhecido pelo MEC através da portaria nº 858/79 de 31 de agosto de 1979. No ano da criação do CEF, a Ufal, já tinha 13 anos de funcionamento<sup>5</sup>. Inicialmente, o curso esteve vinculado ao Departamento de Medicina Especializada, um dos departamentos no Centro de Ciências da Saúde (Csau).

Posteriormente, foi criado o Núcleo de Educação Física e Desporto (NEFD), para ofertar a disciplina Prática Desportiva obrigatória para todos os cursos da Ufal, cujas práticas eram desenvolvidas por professores de Educação Física, vinculados ao CEF. A estrutura da Universidade era composta por departamentos, e foi criado o Departamento de Educação Física (DEF), ainda pertencente à estrutura do Csau, que continuou com a mesma oferta das Práticas Esportivas, e com as atividades de ensino do CEF.

Na primeira década de criação, o CEF teve seu currículo amparado no parecer nº 894/69 e na Resolução nº 69/69 do CFE. Este currículo teve a maior ênfase nos conteúdos esportivos, formando o professor de Educação Física e o técnico esportivo. A estrutura física no CEF e do NEFD era o ginásio de esportes e a piscina. Ao final da década de 1980, o DEF tinha adquirido, por esforço próprio, alguns recursos em Brasília para a sua ampliação. Sendo assim, foram construídas três salas de aula junto às quadras, três campos de futebol e uma pista de atletismo.

---

<sup>3</sup> O Conselho Federal de Educação era um órgão ligado ao MEC, que atuava na formulação e avaliação da política nacional de educação, foi extinto em 1995 e sucedido pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

<sup>4</sup> Curso de Educação Física.

<sup>5</sup> A Universidade Federal de Alagoas foi criada em 25 de janeiro de 1961, por ato presidencial de Juscelino Kubitschek, através da Lei Federal n. 3.867/61.

Em decorrência de mudanças em nível nacional, bem como devido à ampliação e à diversificação do mercado de trabalho, antes concentrado na educação escolar e no emergente campo profissional esportivo, surgiram diversos encontros e debates entre especialistas da área (1979-1984). Estes, mais tarde, culminaram nacionalmente em um anteprojeto encaminhado ao Conselho Federal de Educação, que propunha a superação da concepção de currículo mínimo em favor da autonomia e da flexibilidade das Instituições de Ensino Superior (IES) na elaboração de seu próprio currículo e com liberdade para se ajustar, numa visão realista, às peculiaridades regionais, ao contexto institucional e às características, interesses e necessidades das comunidades discente e docente inseridas no processo escolar.

Até o ano de 1987, a formação superior em Educação Física pautou-se em um currículo, denominado de mínimo, implantado em 1961 pela Lei 4.024 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Antes desta época, a aprovação do currículo era feita por decreto presidencial. Este trâmite foi alterado em 1987, pela Resolução nº 03/87 do Conselho Federal de Educação. Esta alteração foi precedida por um longo debate nacional e procurou alterar a formação, no sentido de propiciar um maior equilíbrio entre os conhecimentos tratados ao longo do curso. Para tanto, o espaço das chamadas Ciências Sociais e Humanas no currículo foi ampliado, superando assim, o espaço acanhado que ocupavam, estas disciplinas no currículo mínimo em relação às ciências naturais (TAFFAREL, 1993).

A Resolução CFE nº 03/87 ampliou a formação do professor de Educação Física, na medida em que passa a lhe conferir o título de bacharel e/ou licenciado (Art. 1º). No que diz respeito aos referenciais curriculares, um importante e inequívoco avanço ocorre, dando autonomia e flexibilidade para que as Instituições de Ensino Superior pudessem estabelecer os marcos conceituais, os perfis profissionais desejados, bem como elaborar as ementas, fixar carga horária para cada disciplina e definir nomenclaturas, enriquecendo o currículo pleno e respeitando as peculiaridades regionais.

Esta resolução representou uma tentativa de correção do modelo curricular denominado “três em um”, característico da chamada formação generalista, ou seja, uma tentativa de fazer frente aos crescentes e óbvias exigências dos diversos setores da sociedade. As escolas, fazendo uso da mesma carga horária de um curso de licenciatura, tentaram formar, além do professor, um profissional com conhecimentos especializados para outras práticas. Daí o nome de “professor de Educação Física com formação generalista”, perfil de profissional que acreditamos não estivesse preparado para atuar com

plenitude, desenvoltura e efetividade, nas duas áreas. Assim, pode-se afirmar ser este um momento de transição, que apontou para a necessidade de uma avaliação mais global das reformulações curriculares no âmbito da Educação Física.

Na esfera estadual, essas discussões também foram sendo promovidas a partir de 1988 e o grupo de professores do CEF participando dos fóruns promovidos pela Ufal, buscou levantar dados para subsidiar a elaboração de um novo projeto curricular para a formação acadêmico-profissional. Dessa forma, foi elaborado um documento diagnóstico e, com a opinião de professores, entidades sociais<sup>6</sup> e dos próprios alunos, formou-se uma concepção do perfil do profissional a ser formado.

Em março de 1991, o novo projeto político pedagógico do CEF da Ufal estava em vigor e previa a formação de um profissional generalista, com habilitação de licenciado, para atuar em todos os campos de intervenção destinados ao professor de Educação Física.

Com o surgimento da LDB 9394/96, houve a necessidade de uma reforma curricular no projeto do CEF da Ufal. Também o Parecer CNE/CES nº 0058/2004 e a Resolução CNE/CES nº 007/2004 veio consolidar a necessidade de se estabelecer Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação em Educação Física, que pensava no favorecimento de uma conciliação da realidade de um mercado de trabalho diversificado cada vez mais competitivo e em expansão, com a formação de um profissional que alie os conhecimentos e instrumentos específicos da sua área a uma ampla e consistente visão da realidade humana, social, política e econômica do país.

Dessa maneira, em 2006, uma nova reforma no currículo do CEF da Ufal foi realizada para atender às atuais demandas do mercado na época, sendo instituídos assim dois cursos de graduação em Educação Física, a Licenciatura para os profissionais que irão atuar nas escolas, e o Bacharelado para atuação em ambientes fora da escola.

No ano de 2017, foi dado andamento à proposta de criação da unidade acadêmica composta pelos cursos de Educação Física que desde o ano de 2006 era parte integrante do Centro de Educação. O início do trabalho se deu em 2015, com a comissão criada pela Portaria Nº 21/2015, apoiada no descrito na SEÇÃO III, cap V - das unidades acadêmicas, Art. 21 e 22 no estatuto e regimento geral da UFAL, apresentada e aprovada pelos

---

<sup>6</sup>

Instituições que recebiam os alunos para os estágios curriculares, como: escolas públicas e particulares, Sesc, Sesi, entre outras.

colegiados dos dois cursos de Educação Física, bacharelado e licenciatura, bem como perante o Conselho Universitário da UFAL.

Um novo desenho institucional formou-se para a comunidade acadêmica da Educação Física, campus A. C. Simões, após a criação da 23ª Unidade Acadêmica, o Instituto de Educação Física e Esporte - IEFE / UFAL, por meio da Resolução Nº 58/2017 - CONSUNI/UFAL, de 4 de dezembro de 2017.

Desde sua implantação, em março de 1974, o curso de Educação Física, ofertado pela Ufal, tem sido referencial em nosso Estado, tanto no sentido de contribuir para a formação de professores da área, quanto de ser o único curso de ensino superior em Educação Física em uma Universidade pública no Estado de Alagoas.

Hoje, o Instituto de Educação Física e Esporte da Universidade Federal de Alagoas (Iefe/Ufal), vem propor que, além da modernização do curso de licenciatura em Educação Física, ora ofertado, a criação e oferta de nova proposta de formação inicial de professor de Educação Física, respaldada nas regulamentações vigentes que normatizam a formação do professor.

#### 2.4. EIXO EPISTEMOLÓGICO

Do ponto de vista epistemológico, o corpo e o movimento humano, com suas modulações articuladas em um campo de conhecimento interdisciplinar, caracterizam a Educação Física no Brasil. Com os movimentos progressistas, desde meados dos anos de 1980, a área tem sido construída por formulações teóricas e intervenções profissionais, que acumularam importante crítica à racionalidade técnica, médica e científica, principalmente quando sustentadas exclusivamente pelo projeto positivista de ciência e suas variações, ao operarem pela redução dos objetos de investigação da área a compreensões mecanicistas e utilitaristas. Esse projeto operou uma atrofia epistêmica da área, por exemplo, ao direcionar e limitar a experiência do corpo e do movimento aos interesses de programas eugênicos, higienistas, tecnicistas e nacionalistas.

A virada epistemológica da área no final do século XX implicou o deslocamento dos sentidos e significados na compreensão do corpo e do movimento humano. Do ponto de vista teórico-metodológico, foram observadas novas pesquisas na Educação Física que ampliaram os sentidos e significados dos objetos de investigação da área, não se

encerrando na tradição empírica e analítica da ciência. Desse modo, inauguraram-se novos modos de compreensão do corpo e do movimento humano no diálogo tanto com o materialismo histórico e dialético, quanto com a fenomenologia e hermenêutica. É significativo evidenciar que as próprias práticas corporais não se encerravam mais em certa tradição das práticas esportivas.

Nesse contexto, os debates acumulados na área<sup>7</sup> (TAFFAREL, 1985; SÉRGIO 1986; MEDINA, 1987; CASTELLANI FILHO, 1988; CLARO, 1988; FREIRE, 1989; FREIRE, 1991; MOREIRA, 1991; KUNZ, 1991; BETTI, 1991; Coletivo de autores, 1992; BRACHT, 1992; DAOLIO, 1994; KUNZ, 1994; SANTIN, 1994; BRACHT, 1995; SÉRGIO, 1996), bem como sua concretização em documentos de referência para a prática pedagógica (BRASIL, 1996; BRASIL, 1997; BRASIL, 2000; BRASIL, 2013. BRASIL, 2014. BRASIL, 2016), expandiu a compreensão do corpo e do movimento no campo da Educação Física, efetivando-se na ampliação do entendimento das práticas corporais, a partir da diversidade de suas expressões, quais sejam os jogos e brincadeiras, as lutas, as danças, as ginásticas, os esportes, as práticas corporais integrativas, as práticas corporais de aventura, o que inclui seus conjuntos de variações e novas elaborações que podem ser tratadas, do ponto de vista pedagógico e metodológico, como conhecimento da Educação Física no tempo e espaço escolar.

A partir de então, os avanços nas produções teóricas e as intervenções sociais da Educação Física não se reduzem mais à dimensão física do corpo e tecnicista do movimento. Na busca por potencializar os sentidos e significados dos objetos de estudo e intervenção da área, ampliou-se significativamente a articulação com as Ciências da Educação, com as Ciências Humanas e com a Filosofia. Nesse contexto, passou-se a problematizar o corpo como sujeito, subjetividade, acontecimento existencial e social, e o movimento como experiência do ser no mundo, na relação consigo mesmo, com os outros e com a cultura em sua diversidade.

Hoje o projeto pedagógico do curso de Educação Física da Universidade Federal de Alagoas soma-se ao esforço epistemológico da área, tendo como eixo o reconhecimento do corpo não como objeto de intervenção e manipulação reduzido a termos empírico-analíticos, mas enquanto sujeito das ações, sujeito crítico diante do mundo e suas relações na sociedade, e do movimento não como deslocamento mecânico de suas partes, mas

---

<sup>7</sup>

Por ordenação temporal, a indicação de importantes reflexões publicadas na área e que tiveram impacto significativo na reorganização epistemológica, política e pedagógica da Educação Física brasileira.

como potencialidade de modular expressões do ser no mundo que se relaciona consigo mesmo e com os outros, a partir de diferentes sentidos e significados culturais que possam ser atribuídos ao movimento humano. Corpo e movimento humano expressam-se, do ponto de vista epistemológico, e se materializam nesse projeto pedagógico na polifonia que relaciona a diversidade dos conceitos de corpo, movimento e práticas corporais, construídos na pluralidade das relações culturais<sup>8</sup>.

## 2.5 ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

O curso de Educação Física - Licenciatura é administrado por um colegiado, vinculado à direção da Unidade Acadêmica (Iefe), orientado pelo Art 25, Secção II, do Regimento da Universidade Federal de Alagoas (2006). O colegiado deverá ser composto por cinco professores, um discente, um representante dos técnicos administrativos e seus respectivos suplentes. Todos deverão estar em efetivo exercício, serão escolhidos em consulta pública à comunidade acadêmica e terão um mandato de dois anos. O funcionamento do colegiado acontecerá prioritariamente no horário das 7h30 às 13h50. As reuniões ordinárias acontecerão uma vez por mês, ou quando necessário, e terão como objetivo discutir, analisar e decidir sobre o melhor encaminhamento para cada demanda acadêmica.

O colegiado do curso conta com o apoio do Núcleo Docente Estruturante (NDE), órgão consultivo e propositivo em matéria acadêmica, instituído na Ufal por meio da Resolução Consuni nº 52/2012, no âmbito de seus cursos de graduação.

O NDE do Curso de Educação Física - Licenciatura, do Instituto de Educação Física (Iefe), teve como ato de criação a Portaria GR Nº 1.522, de 28 de setembro de 2016, sendo alterada pela Portaria GR Nº 53, de 19 de janeiro de 2018. Neste sentido, o NDE é composto pelo mínimo de nove membros, todos docentes com titulação de pós-graduação *stricto*

---

<sup>8</sup> Essas compreensões que articulam os objetos de investigações da Educação Física, notadamente o corpo e o movimento em um arranjo interdisciplinar, ganharam diversas nomenclaturas desde a década de 1980, tanto nos debates acadêmicos, na produção de livros e artigos, como também em documentos produzidos: cultura corporal de movimento, cultura corporal e cultura de movimento, cultura corporal do movimento humano. Apesar de algumas variações de marco teórico, conceitual e, conseqüentemente, de intervenção, tem em comum a compreensão da expressão do corpo humano articulado à cultura, capaz de produzir uma diversidade de modos de expressão. Na pluralidade desses modos de expressão, alguns foram elencados como objetos de investigação e intervenção pedagógica, por exemplo, no tempo e espaço escolar, a partir dos jogos e brincadeiras, das lutas, das danças, das ginásticas, dos esportes, das práticas corporais integrativas, das práticas corporais de aventura, entre outras.

*sensu* e formação na área do curso, considerando os docentes abaixo relacionados para a composição do NDE:

Prof. Dr<sup>a</sup>. Marta de Moura Costa (Coordenadora NDE)

Prof. Dr<sup>a</sup>. Maria Elizabete de Andrade Silva (Coordenadora do Curso)

Prof. Dr. Alexandre Magno Câncio Bulhões

Prof. Dr<sup>a</sup>. Chrystiane Vasconcelos Andrade Toscano

Prof. Dr<sup>a</sup>. Leonéia Vitoria Santiago

Prof. Dr. Marco Antônio Chalita

Prof. Dr. Paulo Sérgio Bereoff

Prof. Dr. Pedro Ballikian Júnior

A atuação e formação do Núcleo Docente Estruturante (NDE) está em consonância com a Portaria MEC/ACS nº147/2007, com o Parecer Conaes nº 04/2010 e a Resolução Conaes 01/2010. Ainda mais, o NDE se reúne, ordinariamente, ao menos uma vez a cada bimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu coordenador, por dois terços dos seus membros ou pelo Colegiado de Curso, com o objetivo de avaliar as estruturas curriculares previstas no PPC, considerando suas atribuições (Resolução Consuni 52/2012, Art. 3º):

I. Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;

II. Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

III. Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e consoantes com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

IV. Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação.

O curso de EDFL é composto pelos seguintes docentes e técnicos-administrativos:

Docente	Titulação	Situação Funcional	CH	E-mail institucional
Alexandre Magno Câncio Bulhões - Iefe	Doutorado	Dedicação Exclusiva	40h	<a href="mailto:amcb@iefe.ufal.br">amcb@iefe.ufal.br</a>
Amauri Clemente da Rocha - ICBS	Mestrado	Professor Efetivo	40h	<a href="mailto:amauri.rocha@icbs.ufal.br">amauri.rocha@icbs.ufal.br</a>
Ana Rosa Almeida Alves - ICBS	Doutorado	Dedicação Exclusiva	40h	<a href="mailto:ana.alves@icbs.ufal.br">ana.alves@icbs.ufal.br</a>

Antônio Passos Lima Filho - Iefe	Mestrado	Dedicação Exclusiva	40h	antonio.lima@iefe.ufal.br
Antônio Felipe Pereira Caetano	Doutorado	Dedicação Exclusiva	40h	afpereiracaetano@hotmail.com
Braulio César de Alcantara Mendonça	Mestrado	Professor Efetivo	40h	Braulio.cesar@yahoo.com.br
Chrystiane Vasconcelos Andrade Toscano - Iefe	Doutorado	Dedicação Exclusiva	40h	chrystiane.toscano@iefe.ufal.br
Eduardo Luiz Lopes Montenegro - Iefe	Doutorado	Dedicação Exclusiva	40h	eduardo.montenegro@iefe.ufal.br
Eduardo Silvio Sarmento de Lyra	Doutorado	Dedicação Exclusiva	40h	Eduardo.lyra@cedu.ufal.br
Emanoelly Caldas de Oliveira - Fale	Especialização	Dedicação Exclusiva	40h	emanoelly.oliveira@fale.ufal.br
Eriberto José Lessa de Moura - Iefe	Doutorado	Dedicação Exclusiva	40h	eriberto.moura@iefe.ufal.br
Francisco de Assis Farias - Iefe	Especialização	Dedicação Exclusiva	40h	francisco.farias@iefe.ufal.br
Jailton de Souza Lira - Cedu	Doutorado	Dedicação Exclusiva	40h	jailton.lira@cedu.ufal.br
Jorge Eduardo de Oliveira - Cedu	Doutorado	Dedicação Exclusiva	40h	jorge.oliveira@cedu.ufal.br
José Jean de Oliveira Toscano - Iefe	Doutorado	Dedicação Exclusiva	40h	jose.toscano@iefe.ufal.br
Leonéa Vitoria Santiago - Iefe	Doutorado	Dedicação Exclusiva	40h	leonea.santiago@iefe.ufal.br
Leonardo Alves Pasqua - Iefe	Doutorado	Professor Substituto	40h	leonardo.pasqua@iefe.ufal.br
Luis Paulo Leopoldo Mercado - Cedu	Doutorado	Dedicação Exclusiva	40h	<a href="mailto:lpm@cedu.ufal.br">lpm@cedu.ufal.br</a>
Marco Antônio Chalita - Iefe	Doutorado	Dedicação Exclusiva	40h	marco.chalita@iefe.ufal.br
Maria Elizabete de Andrade Silva - Iefe	Doutorado	Dedicação Exclusiva	40h	maria.andrade@iefe.Ufal.br
Marta de Moura Costa - Iefe	Doutorado	Dedicação Exclusiva	40h	marta.costa@iefe.Ufal.br
Neíza de Lourdes Frederico Fumes - Iefe	Doutorado	Dedicação Exclusiva	40h	neiza.fumes@iefe.Ufal.br
Patrícia Cavalcanti Ayres Montenegro - Iefe	Doutorado	Dedicação Exclusiva	40h	patricia.montenegro@iefe.Ufal.br
Paulo Sérgio Bereoff - Iefe	Doutorado	Dedicação Exclusiva	40h	paulo.bereoff@iefe.Ufal.br
Pedro Balikian Junior - Iefe	Doutorado	Dedicação Exclusiva	40h	pedro.junior@iefe.ufal.br
Sara Kely Learsi da Silva Santos - ICBS	Doutorado	Professor Substituto	40h	sara.santos@fanut.ufal.br
Thiago da Silva Torres - ICBS	Doutorado	Dedicação Exclusiva	40h	<a href="mailto:Rafael.silva@icbs.ufal.br">Rafael.silva@icbs.ufal.br</a>

Quadro 2 - Funcional docente

Técnico Administrativo	Função	Carga Horária
Flávia Maria de A. Silva Farias - Iefe	Auxiliar administrativo	40h
Suzana Coelho Moura - Iefe	Técnica em Equipamentos Médicos Odontológicos	40h

Quadro 3 - Funcional técnico-administrativo

### III. OBJETIVOS DO CURSO

#### 3.1. GERAL

Ao final da licenciatura em Educação Física, o/a professor/a, fundamentado/a nos conhecimentos acadêmicos construídos ao longo de sua formação deverá ser capaz de realizar intervenções profissionais no campo da Educação Básica, tendo como eixo epistemológico a diversidade dos conteúdos da Educação Física escolar expressos na cultura corporal de movimento bem como na diversidade dos campos de intervenção profissional.

#### 3.2. ESPECÍFICOS

Realizar investigações críticas e reflexivas da prática docente para fundamentar a intervenção pedagógica na Educação Física escolar nos diferentes níveis de ensino da educação básica;

Instrumentalizar a formação do/a licenciado/a para atuação profissional no campo educacional nas dimensões: do ensino, na estruturação e execução de projetos de desenvolvimento didático-pedagógico; e da gestão de instituições de educação, a partir de uma compreensão da escola, enquanto unidade interdisciplinar e contextualizada inserida na diversidade sociocultural;

Desenvolver competências para organizar e dirigir situações de aprendizagens, a partir do conhecimento acadêmico da área da Educação Física, de documentos legais do campo da educação, como por exemplo, as diretrizes curriculares nacionais da Educação Básica, assim como documentos oficiais elaborados pelas redes de ensino municipal e estadual, que possam subsidiar a prática pedagógica da Educação Física no âmbito da educação básica;

Vivenciar práticas vinculadas às concepções e dinâmicas didático-pedagógicas, seus saberes sobre a escola e a mediação didática dos conteúdos da cultura corporal de movimento e esporte;

Instrumentalizar a elaboração, o desenvolvimento e a avaliação de projetos educacionais inovadores, que possam avaliar a utilização de recursos de baixa e de alta tecnologias educacionais necessárias à estruturação de estratégias didático-pedagógicas.

Estimular o desenvolvimento de procedimentos de registros de atividades didáticas e de instrumentos avaliativos do processo de aprendizagem, enquanto balizadores de uma ação pedagógica responsabilizada com o atendimento à diversidade.

Conhecer os conteúdos da cultura corporal de movimento, do esporte e os conteúdos de áreas afins, e saber estabelecer relações interdisciplinares, éticas e democráticas no campo de atuação pedagógico.

Promover a capacidade de pesquisar, analisar e aplicar os resultados de investigações, a partir da realidade social e em contexto de prática docente de interesse da área de conhecimento da Educação Física.

#### IV. PERFIL E COMPETÊNCIA PROFISSIONAL DO EGRESSO

##### 4.1. PERFIL DO EGRESSO

O licenciado em Educação Física deverá ser formado para esclarecer e intervir, profissional e academicamente, no contexto específico e histórico-cultural em ambientes educacionais, a partir de conhecimentos de natureza técnica, científica e cultural da área, que tem como objeto de estudo e de aplicação o movimento humano, no trato das práticas corporais em suas diversas formas de codificação e significação social, entendidas como manifestações das possibilidades expressivas dos sujeitos.

Para se desenvolver este perfil profissional, o curso oferecerá possibilidades de apropriação de conhecimentos por meio de ensino, pesquisa e extensão, que permitirão ao licenciado articular os saberes que definem sua identidade profissional pautada numa atitude crítica reflexiva.

##### 4.2. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> Elaboração feita a partir de uma síntese das possibilidades encontradas em Brasil, Ministério da Educação - Conselho Nacional de Educação, Resolução Nº 2, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes

Seguindo o que determinam as Diretrizes do Conselho Nacional de Educação (CNE), o curso de Educação Física licenciatura da Ufal busca, em seu programa de formação, constituído pelas estruturas básicas de ensino, pesquisa e extensão, desenvolver nos graduandos competências e habilidades para:

- Compreender, analisar, transmitir e aplicar instrumentos, métodos e técnicas que permitam desenvolver sua profissão, respondendo a situações concretas e gerais, com condições de liderança e comportamento ético, que se ajustem à dinâmica do processo de uma sociedade democrática, justa, equânime e igualitária em permanente transformação fisiológica, psicológica e cultural;
- Refletir e decidir de forma autônoma, propondo e aceitando mudanças, para se manter sempre atualizado nas diversas manifestações e expressões da Cultura Corporal de Movimento, no campo da educação escolar e não escolar. Podendo assim, planejar, implementar e avaliar processos pedagógicos e programas de atividade física, bem como participar de equipes multidisciplinares e interdisciplinares, informes técnicos, científicos e pedagógicos;
- Identificar e respeitar as diferenças individuais no processo de aprendizagem das diferentes manifestações e expressões da Cultura Corporal de Movimento, privilegiando o saber aprender, o saber pensar, o saber fazer, o saber conviver e o saber ser, a partir de concepção ampla e contextualizada de ensino e processos de aprendizagem e desenvolvimento destes, incluindo aqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;
- Estabelecer um ambiente crítico e reflexivo, dentro de uma proposta educativa emancipadora, demonstrando consciência da diversidade, respeitando as diferenças, a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais, de necessidades especiais, entre outras;
- Desenvolver e aplicar novos métodos, técnicas de ensino e formas de pesquisa, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação, visando

---

Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Em Brasil, Ministério da Educação - Conselho Nacional de Educação. Parecer Nº: 0138/2002 - Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Educação Física. Brasília, 2002. E em BRASIL, Ministério da Educação - Conselho Nacional de Educação. Parecer Nº: 009/2001 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, 2001.

atuar, em sua área, como sujeito no processo de formação e implementação de programas de educação e promoção da saúde, respeitando e zelando pelos princípios éticos, legais e humanísticos dos diferenciados grupos sociais;

- Realizar pesquisas que proporcionem conhecimento sobre os estudantes e sua realidade sociocultural, promovendo e facilitando as relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade urbana, rural, indígena ou quilombola;
- Promover um contínuo diálogo entre as áreas de conhecimento científico e a especificidade da Educação Física Escolar, utilizando instrumentos de pesquisa adequados para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos, objetivando a reflexão sobre a própria prática e a discussão e disseminação desses conhecimentos;
- Atuar na gestão e organização das instituições de educação básica, planejando, executando, acompanhando e avaliando políticas, e programas educacionais, bem como contribuindo para a elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico.

## V. CAMPO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL

O egresso do Curso de Educação Física - Licenciatura estará habilitado para atuar na escola nos seguintes níveis: educação infantil, fundamental, médio e educação de jovens, adultos e idosos), dos diferentes sistemas de ensino: Municipal, Estadual, Particular e Federal, bem como em instituições que desenvolvam atividades educacionais.

## VI - POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO EDFL-UFAL

### 6.1. ENSINO

No âmbito da formação de professores da Educação Básica, o curso EDFL foi pensado para contemplar estudos relacionados ao “movimento humano”, “com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da

luta/arte marcial, nas perspectivas da prevenção de problemas de agravo da saúde, promoção, proteção e manutenção da saúde, da formação cultural, da educação e da reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem, ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas” (Art. 3º, RESOLUÇÃO CNE/CES 07/2004).

Obedecendo aspectos acadêmicos, as atividades de pesquisa e extensão têm um papel significativo no processo de formação do professor de Educação Física. Em conformidade com o regimento da Universidade Federal de Alagoas, que propõe a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão e que determina que os cursos devam garantir aos seus alunos a relação efetiva entre estas instâncias, o lefe e a Coordenação de Curso de Educação Física - Licenciatura desenvolvem tais atividades de forma a oferecer aos alunos uma formação alicerçada neste tripé, atividades essas que têm cunho formativo com base nas ciências da educação e ciências do esporte, estimulando a formação de grupos e núcleos de estudos que atuam nas mais diversificadas linhas de pesquisa e extensão, considerando a classificação das áreas de conhecimento do CNPq.

#### 6.1.1. Metodologias de Ensino e Aprendizagem

Na formação dos professores de Educação Física no Ensino Superior, historicamente, sempre foram enfatizados os aspectos biológicos, a fragmentação do saber, o fortalecimento da dicotomia entre a teoria e a prática, com metodologias de ensino-aprendizagem com predominância de tendências tradicionais, utilizadas na formação dos profissionais, privando-os da possibilidade de uma formação em que o diálogo fosse valorizado e a desmistificação da realidade surgisse, na busca da transformação social, por meio de uma prática consciente e crítica, que houvesse significado.

Para Sobral e Campos (2012) a metodologia ativa (MA) é uma concepção educativa que estimula processos de ensino-aprendizagem crítico-reflexivos, na qual o educando participa e se compromete com seu aprendizado, como também

O método propõe a elaboração de situações de ensino que promovam uma aproximação crítica do aluno com a realidade; a reflexão sobre problemas que geram curiosidade e desafio; a disponibilização de recursos para pesquisar problemas e soluções; a identificação e organização das soluções hipotéticas mais adequadas à situação e a aplicação dessas soluções. [...] O método enfatiza a relação dialógica, tanto em alunos e professor, no âmbito acadêmico, quanto entre a população e os profissionais, nas práticas educativas [...] (p. 209).

As mudanças advindas a partir de revisões curriculares com a implementação de novas metodologias de ensino-aprendizagem significam o enfrentamento de novos desafios, que acontecem desde o confronto de modelos e expectativas, passando por conflitos e aceitações.

Considerando as novas tendências pedagógicas, a metodologia ativa se constitui como estratégia, a qual possibilita o empoderamento do aluno como protagonista, corresponsável pela sua trajetória educacional, apresentando-se o professor como facilitador, mediando as experiências relacionadas ao processo de aprendizagem.

A adoção de Metodologias Ativas no cotidiano de sua ação requer do professor conhecimento, flexibilidade, dinamismo, capacidade de articulação, criatividade, comunicação, dentre outras, com a finalidade de contribuir na formação de um sujeito ativo, crítico e que seja capaz de mudar e efetivar mudanças no contexto onde está inserido.

Atualmente, o Ensino Superior e as práticas docentes enfrentam algumas mudanças e desafios advindos do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC na sociedade. Novas competências docentes são exigidas e surgem novos desafios no ensino superior, consonante à integração das TIC no processo de ensino-aprendizagem. Um deles é o desenvolvimento de estratégias pedagógicas inovadoras, que objetivem o diálogo, a construção colaborativa, a formação autônoma, reflexiva e uma educação de qualidade, voltada para atender os alunos.

Para Masetto (1998), o docente do Ensino Superior deve estar atento às mudanças sociais em formação constante, para conhecer o potencial pedagógico que as TIC oferecem, quando usadas adequadamente. Serra e Silva (2008) esclarecem que o meio educacional, tendo em vista o potencial de viabilização do conhecimento que as TIC proporcionam, de forma rápida e interativa, cria possibilidades de ensino para além do ambiente da sala de aula presencial. Já para Silva (2017), é preciso que os docentes desenvolvam as competências necessárias para a integração das TIC em sua prática docente, migrando das metodologias centradas no docente para metodologias e atividades on-line centradas no estudante.

#### 6.1.2. Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC)

A integração das TIC ao currículo é fundamental, quando se pensa em tornar a aula significativa e dinâmica, assim como o desenvolvimento de estratégias didáticas que tornem o curso mais dinâmico, desafiador, criativo e renovado.

O foco do componente curricular é o uso das TIC na Educação Física escolar, que trata do conhecimento da cultura corporal como linguagem, introduz e integra o estudante na cultura corporal de movimento, a partir dos conteúdos estruturantes: esportes, jogos, lutas, ginásticas, atividades rítmicas, expressivas, conhecimentos sobre o corpo e, nesta perspectiva, o uso de diferentes tecnologias pode contribuir para construção dos conceitos e representações da cultura corporal e de como tais mudanças agem na sociedade.

A formação específica em TIC na Educação Física preocupa-se com o estudo das distintas manifestações clássicas e emergentes da cultura do movimento, identificadas com a tradição da Educação Física e do esporte escolar, constituída pela dimensão técnico-instrumental da formação docente (conhecimentos sobre a organização e gestão do trabalho escolar) e a dimensão pedagógica e cultural do movimento humano (diferentes manifestações da cultura do movimento nas suas formas de jogos, esportes, ginásticas, danças e lutas).

A metodologia utilizada no componente curricular utiliza o laboratório de informática, através de recursos das TIC, envolvendo a elaboração de projetos didáticos em Educação Física, além da realização das atividades práticas, possibilitando aos estudantes uma autonomia na busca e no tratamento das informações recebidas.

A metodologia utilizada enfatiza a aprendizagem experiencial, focando no estudante, refletindo sobre suas experiências de fazer algo para construir o conhecimento conceitual, assim como a experiência prática envolvendo experimentação ativa, experiência concreta, observação reflexiva e conceituação abstrata.

Destacamos as metodologias que envolvem o uso de diversas estratégias didáticas com TIC, utilizadas no componente curricular, como: debate no *Whatsapp*; elaboração de mapas conceituais e circulares; seminários temáticos com estratégias didáticas com TIC no ensino superior - aprendizagem com simulação/dramatização; aprendizagem com projetos: *webquest*, *web inquiry Project*; *webgincanas*; aprendizagem a partir de casos; aprendizagem com laboratórios ou experimentos virtuais; aprendizagem com jogos on-line; aprendizagem baseada em problemas; elaboração de plano de ensino para o componente curricular do curso superior utilizando as TIC; entrevista com docente universitário, utilizando uma das seguintes ferramentas: *Facebook*, e-mail, *chat* do *Gmail*, *Whatsapp* ou

*Twitter*; elaboração de sequências didáticas empregando TIC; e elaboração de plano de aula utilizando aplicativo móvel.

É utilizada a aprendizagem baseada em pesquisa, na qual os estudantes exploram temas e escolhem o tópico para a pesquisa, desenvolvendo um plano de pesquisa e chegando a conclusões.

### 6.1.3. Avaliação da Aprendizagem

O Projeto Pedagógico do Curso de Educação Física - Licenciatura/lefe/Ufal concebe a avaliação da aprendizagem a partir do ponto de vista dos atos de aprendizagem do professor em formação inicial e dos atos de ensino do professor vinculado ao curso de Educação Física - Licenciatura. Do ponto de vista do professor em formação inicial (o aluno), significa acompanhá-lo, por meio dos resultados de sua aprendizagem detectados pelo uso de recursos metodológicos e instrumentos didáticos adequados, e em conformidade com a Resolução Nº 25/2005 - Cepe, de 26 de outubro de 2005 e com o Regimento Geral da Ufal. Do ponto de vista do professor vinculado ao curso, o ato de avaliar favorecerá a observância do nível de aprendizagem do aluno, seus avanços e/ou retrocessos, suas dificuldades, ao mesmo tempo em que poderá indicar meios apropriados para auxiliá-lo a ultrapassar os impasses emergentes (LUCKESI, 2011).

Na esfera das discussões sobre o processo metodológico para a avaliação da aprendizagem, têm crescido estudos em torno de metodologias de concepção interacionista, cujos preceitos valorizam as ações individuais e histórico-culturais, os trabalhos em grupo, a construção de projetos que privilegiem a construção do conhecimento inter e transdisciplinar (LUCKESI, 2011; LUCKESI, 2014; HOFFMANN, 2014).

É evidente que o professor, no processo de avaliação da aprendizagem, deve se distanciar de uma postura “cognitivista”, passando a adotar uma postura mediadora do conhecimento. O professor precisa interagir com os sujeitos envolvidos no processo de aprendizagem, valorizando suas experiências significativas diretas, bem como se utilizando de instrumentos que possibilitem uma avaliação dinâmica e transformadora, considerando o replanejamento dos processos avaliativos a serem adotados, durante o percurso da formação inicial do professor.

A mediação das relações entre os sujeitos da aprendizagem, professor e aluno, de seus conflitos, resistências e preferências deve ser o foco do processo de avaliação da aprendizagem, em que será possível reconhecer o conceito da aprendizagem autônoma e transformadora, garantindo ao aluno sua adaptação a novas dimensões da realidade (MEIER e GARCIA, 2011).

Aqui, defende-se uma proposta de avaliação da aprendizagem embasada na capacidade de conduzir estrategicamente o processo de aprendizagem mediada e intencional, viabilizando assim, uma intervenção reflexiva e transformadora, formada por valores, representações, conhecimentos, que garantam o aumento do nível de aprendizado do aluno.

Em termos metodológicos, a realização de seminários, debates, aula expositiva dialogada, aulas semipresenciais com suporte das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), o uso da plataforma *Moodle*, dão suporte ao caráter processual da avaliação.

Além disso, considera-se aqui uma avaliação voltada para a tendência de formação com evidência nas pesquisas. Esta tendência caracteriza o ensino, enquanto prática reflexiva, de forma significativa, nas pesquisas correlatas à formação de professores. Tal tendência aponta para a necessidade de formação de um professor reflexivo, que repense constantemente sua prática profissional, ressignificando frequentemente a sua formação (GHEDIN, OLIVEIRA, ALMEIDA, 2015).

#### 6.1.4. Acompanhamento e Avaliação dos Processos de Ensino e Aprendizagem

A avaliação do rendimento escolar rege-se pelo Regimento Geral da Ufal, Seção III, cujo regime de aprovação do discente será efetivado mediante a apuração da frequência às atividades didáticas e do seu rendimento escolar. Conforme o Art. 41 do Regimento Geral da Ufal, será feito a partir de duas avaliações bimestrais (AB) e será resultante de mais de um instrumento de avaliação, prova final (PF) e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Para a realização da avaliação, o discente terá direito de acesso aos instrumentos e critérios de avaliação e, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após a divulgação de cada resultado, poderá solicitar revisão de sua avaliação, por uma comissão de professores designada pelo Colegiado do Curso.

Será também considerado, para efeito de avaliação, o Estágio Curricular Obrigatório, conforme normas definidas por este PPC.

Será considerado aprovado, livre de prova final, o discente que alcançar Nota Final (NF), nas Avaliações Bimestrais, igual ou superior a 7,00 (sete), e será automaticamente reprovado o discente cuja Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais for inferior a 5,00 (cinco). Contudo, o discente que obtiver a NF das Avaliações Bimestrais igual ou superior a 5,00 (cinco) e inferior a 7,00 (sete), terá direito a prestar a PF.

O Regimento Geral da Ufal considera que, o discente que alcançar nota inferior a 7,00 (sete), em uma das duas Avaliações Bimestrais (AB), terá direito, no final do semestre letivo, a ser reavaliado naquela em que obteve a menor pontuação, prevalecendo, neste caso, a maior nota.

Será considerado aprovado com avaliação final, após a realização da Prova Final (PF), em cada disciplina, o discente que alcançar média final igual ou superior a 5,5 (cinco inteiros e cinco décimos).

Em seu Art. 46, o Regimento Geral da Ufal prevê que “terá direito a uma segunda chamada o discente que, não tendo comparecido à Prova Final (PF), comprove impedimento legal ou motivo de doença, devendo requerê-la ao respectivo Colegiado de Curso, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após a realização da Prova Final a que deixou de comparecer”, sendo que a PF em segunda chamada “realizar-se-á até 05 (cinco) dias após a realização da primeira chamada”.

#### 6.1.5. Acompanhamento Discente

A Universidade Federal de Alagoas (Ufal), na sua estrutura organizacional, apresenta a Pró-Reitoria Estudantil (Proest) como gestor central de assistência estudantil no âmbito da universidade. O seu principal objetivo é evitar o fracasso educacional dos estudantes no decorrer da formação profissional, minimizando a evasão, melhorando a qualidade da sua permanência no curso, por isso a pertinência do acompanhamento aos estudantes na universidade. Cabe salientar a relevância de se trabalhar as dificuldades desses alunos, estimulando sua permanência nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, fomentadas pela política de assistência estudantil desenvolvida pela Ufal.

No âmbito do Iefe, o curso de graduação em Educação Física - Licenciatura conta com a Coordenação de Monitoria, Atividades Extracurriculares e Apoio ao aluno realizando o acompanhamento do mesmo. O seu principal objetivo é desenvolver o protagonismo do aluno no processo de ensino-aprendizagem. No sentido de alcançar esse objetivo, são utilizadas as seguintes estratégias:

- Promoção das atividades de acolhimento/recepção, a fim de proporcionar uma integração entre alunos ingressantes e veteranos, com objetivo de apresentar a estrutura organizacional do IFE e as propostas dos cursos de Educação Física (Bacharelado e Licenciatura);
- Divulgação e orientação quanto ao acesso às bolsas de pesquisa, extensão e monitoria, contempladas pela política de assistência estudantil desenvolvida pela Ufal;
- Mapeamento das dificuldades e necessidades encontradas pelos alunos, com vistas a dar subsídios para reflexão, no sentido de viabilizar os possíveis apoios e intervenções, por meio do acompanhamento do prof. tutor de turma que acompanhará cada aluno até a finalização do curso;
- Acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem, atuando junto aos professores e alunos, de cada curso do IFE, com o intuito de contribuir para a melhoria do ensino e da formação acadêmica;
- Orientação, junto ao NAC, quanto ao plano de atendimento aos estudantes com necessidades educacionais especiais.

## 6.2. OUTRAS AVALIAÇÕES

A avaliação institucional no âmbito do curso de Educação Física - Licenciatura estrutura-se a partir dos parâmetros estabelecidos pela Lei nº 10.861/2004 (Lei do sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior/Sinaes), pela Comissão Própria de Autoavaliação/CPA-Ufal<sup>10</sup> e pelo Plano de Autoavaliação da Ufal.

A avaliação do curso, acompanhada pela Comissão de Autoavaliação/CAA/IFE, visa planejar e executar o processo de auto avaliação e tem por finalidade a verificação e acompanhamento das condições de ensino, de gestão e das instalações físicas, numa dinâmica que envolve a organização didático-pedagógica para a formação do futuro professor.

Também é função da CAA/IFE contribuir para o acompanhamento das atividades de gestão, ensino, pesquisa e extensão, garantindo espaço à crítica e ao contraditório, oferecendo subsídios para a tomada de decisão, o redirecionamento das ações, a otimização e a excelência dos processos e resultados da Ufal, além de incentivar a formação de uma cultura avaliativa.

A autoavaliação deverá ser contínua, com ênfase na participação efetiva da avaliação do curso de graduação (ACG) e da avaliação do desempenho dos estudantes (Enade), enquanto suportes para a avaliação das instituições de educação superior (Avalies), previstas pelo Sinaes. Tais avaliações são aqui entendidas como partes de um

---

<sup>10</sup> Conforme consta no Projeto de Autoavaliação da Ufal, a CPA/Ufal foi instituída em 2004, tendo o seu regimento interno aprovado em 17 de outubro de 2005, pela Resolução do Consuni nº 27-A/2005 e reformulado em 05 de novembro de 2012, pela Resolução do Consuni nº 53/2012.

mesmo sistema de avaliação, sendo que cada um desses processos, desenvolvidos em situações e momentos distintos, fazem uso de instrumentos próprios, mas articulados entre si.

Para a autoavaliação, serão utilizados instrumentos que abarquem, primordialmente, os eixos temáticos avaliativos e algumas dimensões que integram o processo avaliativo do Sinaes, com o objetivo de identificar as potencialidades, dificuldades e insuficiências do curso, promovendo a melhoria da sua qualidade, da formação dos estudantes e, ainda, fornecendo à sociedade informações sobre a relevância do curso de Educação Física na formação de futuros professores.

Para a execução da autoavaliação do curso, estão previstas reuniões periódicas da CAA/lefe, objetivando o planejamento das ações avaliativas, bem como a elaboração de relatórios, de modo a permitir a descrição, a análise e a crítica da realidade do curso, buscando a sua transformação.

Sendo assim, anualmente estará prevista a aplicação de instrumentos de avaliação docente, discente e técnico-administrativo.

Para a avaliação dos egressos, o lefe disponibilizará um *link* em sua página da *web*, objetivando o acompanhamento dos egressos do curso, constando o registro de dados pessoais, percepção da formação recebida, suas atividades profissionais, além de direcioná-los às atividades de extensão e formação continuada propostas pelo curso. Também haverá um *link* para que os egressos postem depoimentos e fotos de suas turmas, eventos e do campus, com o intuito de preservar a memória histórica do curso e da instituição.

Já a avaliação do Curso, acontecerá semestralmente pelo NDE, com base em relatórios disponibilizados no sistema acadêmico e/ou outro instrumento que contribua para um melhor entendimento dos resultados encontrados.

### 6.3. ACESSIBILIDADE

Desde 1999, a Ufal preocupa-se com a questão da inclusão, tendo aprovado em 2003 a Resolução Consuni nº 33, posteriormente modificada pelo Decreto 7.824, de 11 de outubro de 2012, que dispõe sobre a política de ingresso nas Ifes. Ainda, a Resolução 54/2012 - Consuni institucionaliza a reserva de vagas/cotas no processo seletivo de ingresso nos cursos de graduação da Ufal.

Neste entendimento, em 2015, foram reservadas 40% (quarenta por cento) das vagas de cada curso e turno ofertados pela Ufal para os alunos egressos das escolas públicas de ensino médio. Destas, 50% (cinquenta por cento) das vagas foram

destinadas aos candidatos oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salários mínimo (um salário mínimo e meio) bruto per capita, e 50% (cinquenta por cento) foram destinadas aos candidatos oriundos de famílias com renda igual ou superior a 1,5 salários mínimo (um salário mínimo e meio) bruto per capita. Nos dois grupos que surgem, depois de aplicada a divisão socioeconômica, serão reservadas vagas por curso e turno, na proporção igual à de Pretos, Pardos e Indígenas (PPI) do Estado de Alagoas, segundo o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, que corresponde a 67,22%.

Em 2018, a Ufal aderiu ao sistema de cotas para pessoas com deficiência (Lei 13.409/2016), o que provocou uma ampliação do acesso à educação superior, demandando a ampliação dos serviços de apoio ao estudante, público-alvo da Educação Especial, e principalmente dos serviços do Núcleo de Acessibilidade (NAC).

O NAC foi criado a partir do “Programa Incluir”, do Ministério da Educação, em 2013, e atualmente integra as ações da Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes). Sua missão é promover a inclusão do aluno do público-alvo da Educação Especial na Educação Superior, principalmente com a eliminação das diferentes barreiras de aprendizagem.

Sendo assim, o curso de EDFL-Ufal poderá contar a qualquer momento com os serviços de bolsistas e profissionais do Núcleo de Acessibilidade, que funciona no Centro de Interesses Universitário (CIC). Do mesmo modo, o próprio aluno com deficiência, TEA e/ou Altas Habilidades/Superdotação, poderá procurar o NAC e solicitar serviços como AEE, acompanhamento de bolsistas, ledores, transcritores de Braille, intérpretes de Libras, guias-intérpretes, e assim por diante.

É importante frisar que o NAC atua também na formação de professores da Ufal, pensando no gradativo aumento de ingresso de universitários do público-alvo da Educação Especial. Nesse sentido, têm sido oferecidos cursos sobre Tecnologia Assistiva, Escrita e Leitura no Sistema Braille e Iniciação à Libras. Também têm sido adquiridos recursos de acessibilidade que poderão ser disponibilizados para o processo de aprendizagem de estudantes com deficiência, TEA e/ou Altas Habilidades/Superdotação, como ainda oferece regularmente o Atendimento Educacional Especializado.

O Núcleo de Acessibilidade (NAC) da Ufal tem a função de apoiar o processo de inclusão da pessoa com deficiência na educação superior, de maneira a tornar a instituição e seus serviços mais acessíveis às pessoas pertencentes ao público-alvo da

Educação Especial. Essas ações são no sentido de atender à Política de Acessibilidade adotada pelo MEC e à legislação pertinente.

O NAC atua também provendo a eliminação das barreiras de aprendizagem das mais diferentes naturezas - arquitetônicas, comunicacionais, digitais, de transporte, pedagógicas e atitudinais. Suas ações focam na disponibilização de recursos materiais e pedagógicos que tornem acessíveis o ambiente, a comunicação e a aprendizagem, como ainda oferece o Atendimento Educacional Especializado para aqueles universitários do público-alvo da Educação Especial que demandem desse serviço, a formação para a inclusão de professores, técnicos e alunos, a divulgação de informações que levem o reconhecimento dos direitos da pessoa com deficiência e que sensibilizem a comunidade universitária para o respeito à diversidade.

Ao esforço para o atendimento universal à acessibilidade arquitetônica, junta-se agora o cuidado de fazer cumprir as demais dimensões exigidas pela Política de Acessibilidade, quais sejam a acessibilidade pedagógica, metodológica, de informação e de comunicação.

A acessibilidade pedagógica e metodológica deve atentar para o art. 59 da Lei 12.764/2012, que afirma: “Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades”. Nesse sentido, a Nota Técnica nº 24/2013/MEC/Secadi/DPEE, de 21 de março de 2013, orienta os sistemas de ensino no sentido de sua implantação. Em especial, recomenda que os PPC contemplem orientações no sentido da adoção de parâmetros individualizados e flexíveis de avaliação pedagógica, valorizando os pequenos progressos de cada estudante em relação a si mesmo e ao grupo em que está inserido.

Nessa direção, o NAC representa um importante apoio às coordenações de curso, uma vez que pode atuar na consultoria com professores, técnicos e coordenadores no trato com a pessoa do público-alvo da Educação Especial, na produção de materiais didáticos e de apoio, na orientação de avaliação acessível às necessidades do alunado, assim por diante.

Para tal acolhimento, a Ufal assume o compromisso de prestar atendimento especializado aos alunos com deficiência auditiva/surdez, visual, física, intelectual, múltiplas, Transtornos do Espectro Autista, entre outros, sempre que for identificada a necessidade. Procura-se, desta forma, não apenas facilitar o acesso, mas estar sensível às demandas de caráter pedagógico e metodológico, de forma a garantir a permanência e a conclusão bem-sucedida do curso.

Além disso, a Ufal também dispõe do Núcleo de Assistência Educacional (NAE), que oferece o necessário apoio pedagógico de forma a atender ao corpo social da Ufal em suas demandas específicas, com o intuito de promover a integração de todos ao universo acadêmico.

Em atendimento ao que dispõe o Art. 3º, do Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, e dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, o curso de Educação Física-Licenciatura/Iefe ainda oferece o componente curricular obrigatório de Libras, a partir do 2º semestre do curso, de forma regular a cada semestre.

O curso de EDFL desenvolve também atividades junto ao Programa de Monitoria da Ufal, no qual estão envolvidos professores e discentes na condição de orientadores e monitores, respectivamente. O Programa de Monitoria tem como objetivo despertar no segmento discente o interesse pela docência, estimulando o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao seu exercício e promovendo a melhoria do ensino de graduação, a partir da interação dos monitores com os segmentos docente e discente. O corpo discente auxilia o professor em suas atividades acadêmicas de ensino, associadas com a pesquisa e a extensão. O Programa Geral de Monitoria da Ufal é efetivado sob duas modalidades: Monitores com Bolsa e Monitores sem Bolsa, com duração semestral.

Além disso, o curso de EDFL vincula-se ao Projeto Residência Pedagógica (RP). A RP é uma ação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)/Ministério da Educação, que integra a Política Nacional de Formação de Professores, e tem o objetivo de articular, integrar e refletir acerca da relação teoria e prática no âmbito das licenciaturas. O curso de EDFL conta com 24 bolsas destinadas a acadêmicos, três bolsas destinadas a preceptores professores da rede pública, e três a coordenadores-orientadores, professores do curso de Educação Física do IEFE. Dentre os objetivos da experimentação da RP, pode-se destacar: (1) aperfeiçoar a reflexão teórico-metodológica a partir dos principais pressupostos da Educação Física Escolar e seus desdobramentos no processo de construção da prática profissional, para o ensino e a aprendizagem da Educação Física Escolar; (2) favorecer práticas pedagógicas em contextos históricos, sociais e dinâmicos das escolas públicas de educação básica, considerando o processo de formação profissional inicial enquanto espaço de oportunidades de aprendizagens conscientes; (3) garantir a aproximação das diferentes formas de sistematização do ensino da educação física na escola, tendo como referência

o que propõe o RP, com vistas à organização das práticas de intervenção, dos professores em formação, no campo do estágio supervisionado; e, (4) integrar educação superior e educação básica por meio da criação de espaços pedagógicos que favoreçam uma sólida formação inicial dos futuros professores, considerando o desenvolvimento do currículo da educação básica e o que preconiza a BNCC.

Outra ação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)/Ministério da Educação, à qual se vincula o EDFL, é o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid). Para esta ação, o IEFE disponibiliza 16 bolsas de iniciação à docência, duas para supervisores e uma bolsa para coordenação de área. O Pibid tem como objetivos: (1) incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica; (2) contribuir para a valorização do magistério; (3) elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica; (4) inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar, que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem; (5) incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como coformadores dos futuros docentes e tornando-os protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério; (6) contribuir para a articulação entre teoria e prática necessária à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura.

O EDFL tem ainda a preocupação na permanência dos discentes, para que os mesmos finalizem em tempo satisfatório o curso e, para tanto, tornam-se necessárias ações e uma política de assistência ao estudante. E a política de assistência ao estudante se baseia nos elementos alavancados pela Pró-reitora Estudantil (Proest), que tem a finalidade de ampliar as condições de permanência e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, constituindo-se como um eixo estruturante da democratização da educação superior pública, promovida com a expansão do acesso nos últimos anos e a política de ações afirmativas (Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI-PROEST, 2018). Dentre os elementos substanciais estão o reconhecimento da assistência estudantil como estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais, bem como sua importância para a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens no ensino público superior (PDI-PROEST, 2018).

O EDFL, baseado na LDB (Lei de Diretrizes e Bases), ratificado pelo Artigo 3 (princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência à educação), e no Plano

Nacional de Educação (PNE 2014-2024), que preconiza estratégias de ampliação das políticas de inclusão e assistência estudantil, se conecta aos programas e projetos permanentes e temporários da Proest, em que a preocupação com a permanência dos alunos esteja em evidência. Podemos destacar o Programa de Bolsas de Permanência (PBP) e programas de estímulo à permanência (auxílio moradia e alimentação); programas de atenção a saúde do estudante (incluindo atendimento à saúde mental e acolhimento psicológico, odontológico; Núcleo de Acessibilidade (NAC); programas de apoio e acompanhamento do desempenho acadêmico; programas de fomento à cultura, lazer e esporte; e iniciativas de apoio à organização estudantil (Centros Acadêmicos, Associações Atléticas Acadêmicas, eventos científicos, culturais e esportivos, dentre outros).

#### 6.4. INTERNACIONALIZAÇÃO

O ensino de graduação pensa a internacionalização como mais uma das possibilidades de formação e troca de conhecimentos, deixando os currículos locais efetivamente sem fronteiras. Tal proposta implica na criação de novas normas de aproveitamento de estudos e adequação curricular para permitir o ir e vir dos sujeitos da aprendizagem, dessa forma, a adequação e modernização curricular é peça fundamental nesse processo.

A UFAL se preocupa, também, em dar uma formação inicial e/ou complementar nas línguas estrangeiras, eliminando um dos grandes limitadores na concretização do sonho de muitos. Nessa direção, o colegiado do curso está atento aos editais periódicos lançados por instituições privadas e públicas, incentivando os alunos à participação nos mesmos. Ademais, através da Faculdade de Letras (FALE), a IES oferta cursos contínuos de línguas estrangeiras.

Ainda no contexto da internacionalização, a Assessoria de Intercâmbio Internacional (ASI) é o órgão responsável pelas relações estabelecidas entre a UFAL e instituições de âmbito internacional. Tais relações abrangem desde acordos de cooperação, envolvendo pesquisas conjuntas, intercâmbios de alunos e organização de eventos, visitas de pesquisadores internacionais à UFAL, à representação da UFAL em instituições estrangeiras.

A ASI, em parceria com diversos órgãos nacionais de fomento à cooperação internacional, vem disponibilizando informações relevantes à comunidade acadêmica e pretende elevar ao mais alto nível a cooperação entre a UFAL e instituições estrangeiras,

trazendo benefícios não só para a universidade, mas também, e principalmente, para o Estado de Alagoas.

#### 6.5. RELAÇÃO DE CONVÊNIOS VIGENTES COM OUTRAS INSTITUIÇÕES

Docentes e discentes do curso EDFL-UFAL têm participado, de maneira contínua, das ações e convênios relacionados ao curso de graduação e Programas de Pós-Graduação. Nesse sentido, docentes e discentes participam de ações com diversos laboratórios de diferentes estados da União, como por exemplo, o Laboratório de Promoção da Saúde (LABSAU) na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e o Laboratório de Antropometria e da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), além de ações internacionais com IES portuguesas, nomeadamente, com as Universidades de Coimbra (FCDF-UC) e Porto (FADEU-UP). Para além destes convênios e de forma consolidada o EDFL conta com convênios com as Secretarias de Municipal de Educação - SEMED e Secretaria de Estado de Educação - SEDUC.

#### 6.6. PESQUISA

O processo de formação dos professores de Educação Física, vai para além do ensino, pois os acadêmicos são estimulados ao desenvolvimento do pensamento crítico científico em disciplinas curriculares obrigatórias, tais como: Organização do Trabalho Acadêmico, Metodologia Científica, Pesquisa Educacional e Ateliê de Pesquisa.

A partir deste contato inicial o acadêmico também tem a possibilidade de participar de Grupo de estudos em diferentes temáticas relacionadas com sua formação. Atualmente o lefe conta com os sete grupos de pesquisa: Grupo de pesquisa em esporte, corpo e sociedade (GEECS/Ufal); Grupo de Estudo e Pesquisa em Docência e Formação Profissional em Educação Física (GEPDEF/Ufal); Grupo de Pesquisa em Ciências Aplicadas ao Esporte/Ufal; Grupo de Estudos e Extensão em Atividade Motora Adaptada (Geeama/Ufal), Grupo de Estudos em Reflexões Crítico-Pedagógicas em Educação Física (GERECPF/Ufal); Grupo de Estudo em Treinamento Esportivo (Gete/Ufal); Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Esporte (Gepexe/Ufal), Núcleo de Estudo em Educação e Diversidade (Needi/Ufal) e Núcleo de Estudos Aplicados à Educação Física e Saúde (NEAAFIS). Tais grupos dão suporte aos pesquisadores e alunos do lefe, bem como, a outros cursos da Ufal. É notória na formação dos professores de Educação Física, a participação nos Editais Públicos de iniciação científica - PIBIC, de iniciação a docencia -

PIBID e Projeto Institucional de Residência Pedagógica (PIRP), propiciando singulares e extraordinárias experiências para a formação.

O lefe também se articula as políticas que norteiam o ensino de pós-graduação na Ufal visam garantir sua expansão e consolidação sustentável do ensino, tendo no horizonte a internacionalização e o aprofundamento das relações com a graduação e o ensino básico. Todas as iniciativas na área da internacionalização da pós-graduação, no âmbito da Ufal, estão alinhadas com os preceitos e orientações da política nacional e visam à internacionalização da produção científica, tecnológica e cultural, e a transferência de conhecimento entre fronteiras que permite o crescimento profissional e desenvolvimento da ciência em Alagoas e no Brasil.

A sustentabilidade da expansão e consolidação da pós-graduação contribuirão para a melhoria dos índices dos programas existentes, além de induzir a expansão dos novos programas em áreas estratégicas para o desenvolvimento regional e nacional.

Desta forma, o lefe proporciona um espaço acadêmico no qual os discentes adquiram experiências que viabilizam o aprofundamento dos conhecimentos desenvolvidos pela comunidade científica, realização da Semana de Pesquisa e Extensão, por meio de conferências, palestras e cursos com expoentes pensadores da área e de áreas afins.

Com a intenção de proporcionar a continuidade da formação e aprofundamento do conhecimento, o curso de pós-graduação *lato sensu* é ofertado pelo lefe em parceria com Instituições Nacionais e Internacionais, bem como a atuação dos docentes em programas de mestrado e doutorado de outros cursos ofertados pela Ufal.

Em função da relevância regional determinada pela ausência de cursos desta natureza, o lefe apresenta como objetivo a criação do curso de mestrado com o intuito capacitar docentes e estimular a produção do conhecimento na área.

Esse aspecto de impacto regional pode ser ainda destacado se considerarmos que não há cursos de mestrado em Educação Física no estado de Alagoas.

Desta forma, o lefe proporciona um espaço acadêmico no qual os discentes desenvolvem experiências que viabilizam o aprofundamento dos conhecimentos desenvolvidos pela comunidade científica, realização da Semana de Pesquisa e Extensão, por meio de conferências, palestras e cursos com expoentes pensadores da área e de áreas afins.

## 6.7. EXTENSÃO

A LDB (lei 9.394/96)<sup>11</sup> traz entre seus princípios a necessidade da diversificação dos cursos superiores e a flexibilização dos projetos acadêmicos, permitindo às IES adequarem os projetos pedagógicos às respectivas naturezas institucionais, às realidades regionais e às finalidades inerentes aos cursos, tanto voltados à formação profissional quanto às ciências ou às artes.

Cumprir destacar que tais diretrizes se associam à premissa da educação continuada, a qual afirma que a graduação superior é apenas uma etapa do processo de ensino e aprendizagem e não o seu término. Deve-se salientar que, como contrapeso à tendência de diversificar e flexibilizar, o aparato normativo define a necessidade de existirem processos de avaliação permanentes para identificar desvios e propor correções de rumo.

A Ufal atua em todas as oito áreas temáticas de extensão classificadas pelo Plano Nacional de Extensão: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e justiça, Educação, Meio Ambiente, Produção e Trabalho, Saúde e Tecnologia.

O Iefe entende a extensão universitária sob o princípio da indissociabilidade, considerando-a como um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promove sua interação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade (Art. 4º da Resolução nº. 04/2018-Consuni/Ufal). As diretrizes da extensão na Ufal procuram atender ao que estabelece o Plano Nacional de Educação (PNE), por meio de suas diretrizes, metas e estratégias para a política educacional brasileira. Dentre as estratégias do PNE pode-se destacar a 12.7 que trata sobre a creditação curricular para extensão universitária: “Assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para as áreas de grande pertinência social (PNE 2014, p. 14).

Dessa forma para atender o percentual acima estabelecido o Iefe oferecerá 320 horas (10%) da carga horária total (3264 horas) do curso EDFL para a curricularização da extensão conforme demonstrado no Quadro W (Distribuição da Carga Horária das ACEs na Matriz Curricular). Como forma de acompanhamento e avaliação das atividades de

---

<sup>11</sup> LEI Nº 11.741, DE 16 DE JULHO DE 2008. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

extensão, esse Instituto está embasado em indicadores e instrumentos de avaliação conforme à Política Nacional de Extensão Universitária.

A seguir será apresentado a estrutura do programa de extensão desenvolvido pelo IEFE.

#### 6.7.1. Do Programa de Extensão do IEFE

#### 6.7.2. Título do Programa

Programa de Extensão do IEFE: educação, saúde e esporte.

#### 6.7.3. Unidades Acadêmicas Envolvidas

As unidades acadêmicas envolvidas nas ações de extensão são: Faculdade de Nutrição (FANUT), Instituto de Matemática (IM), Escola de Enfermagem e Farmácia (ESENFAR), Faculdade de Medicina (FAMED) e Centro de Educação (CEDU).

#### 6.7.4. Justificativa

O Estado de Alagoas revela um quadro persistente de exclusão social, econômica e política, marcado especialmente pelo baixo grau de escolaridade e baixa qualificação profissional dos seus habitantes. Além disso, estes fatores reforçam ainda mais a falta de oportunidades para a maioria dos indivíduos engajar-se em programas que promovam a melhoria da saúde e qualidade de vida. Diante deste cenário, o Programa de Extensão do IEFE cujo subtítulo abrange educação, saúde e esporte cria uma plataforma de trabalho transversal que leve em consideração o estágio de desenvolvimento de crianças, jovens, adultos e idosos em situação de vulnerabilidade social e econômica.

No que se refere a crianças e jovens escolares, a plataforma de trabalho reconhece a relevância do trabalho que se realiza no dia-a-dia das escolas públicas dos municípios alagoanos dirigidos a prática esportiva e pretende colaborar com esse trabalho a partir da disponibilização de recursos técnicos-metodológicos de acompanhamento mais pormenorizado no que diz respeito ao desenvolvimento cognitivo/motor/físico/psicológico. Entendemos que o IEFE pode contribuir com a formação complementar de crianças e jovens atletas a partir de projetos de extensão que possam potencializar a administração de estímulos mais sofisticados, mas desafiantes, possibilitando um desenvolvimento sustentado com base na especificidade de cada escolar/atleta, contribuindo, complementarmente, para o seu desenvolvimento global e, como não poderia deixar de ser, um aumento do desempenho escolar e esportivo.

No campo da saúde mental, as ações de curricularização da extensão tem sido justificadas pela importância da atuação do profissional de educação física na educação inclusiva. Na população específica de crianças e jovens com transtorno do espectro do autismo (TEA), a literatura internacional adverte que inserir crianças com TEA em aulas de educação física e ou em programas de atividades motoras, desenvolvidos no ambiente escolar ou em Centros de apoios especializados, pode reduzir sintomas primários, danos causados por comorbidades associadas ao transtorno, como por exemplo, o sobrepeso e a obesidade infantil além de aumentar o tempo de engajamento em tarefas acadêmicas. No entanto, ainda são escassas as práticas inclusivas ou especializadas desenvolvidas com essa população. Diante de tais evidências o curso de EDFL desde 2009 através dos projetos de extensões, eventos e cursos busca colaborar com a formação de futuros e de profissionais de educação física para atuar na área do desempenho motor nos diferentes campos de atendimento à população com TEA assim como presta atendimento especializado a criança e adolescente com TEA e seus familiares a partir da intervenção do acadêmico do curso de EDFL, na área do exercício físico, na única instituição pública de atendimento especializado a pessoa com TEA na cidade de Maceió.

Destacamos a relevância da linha Metodologia e estratégias de ensino e aprendizagem como forma de potencializar a formulação e sistematização das ações didático-pedagógicas abordadas durante o processo de formação profissional, nos componentes curriculares que abordam as mais diferentes metodologias de ensino e aprendizagem da cultura corporal de movimento e que assim irão aproximar os discentes da realidade escolar. Desta forma acreditamos que a aplicação das diferentes possibilidades metodológicas terá como estratégia privilegiada a Simetria Invertida, na tentativa de alcançarmos o princípio norteador da coerência entre a formação oferecida e a prática esperada do futuro professor. Essa linha transversalizará nos diferentes projetos, cursos e eventos de extensão quando a discussão estiver relacionada a prática interventiva no âmbito dos diferentes saberes e fazeres.

#### 6.7.5. Abrangências do Programa de Extensão

O “Programa de Extensão do IEFE: educação, saúde e esporte” tem abrangência interdisciplinar, intersetorial, interinstitucional e interprofissional. Atualmente, no desenvolvimento das ações de curricularizações, o Programa articula-se de forma interdisciplinar a partir da interlocução entre docentes e pesquisadores responsáveis pelas ações assim como colaboradores externos, estabelecendo parcerias interssetoriais com a

Faculdade de Nutrição (FANUT), o Instituto de Matemática (IM), a Escola de Enfermagem (ESENFAR), a Faculdade de Medicina (FAMED) e o Centro de Educação (CEDU) da UFAL campus A. C. Simões. Interinstitucionais as parcerias foram realizadas com as Secretarias de Educação e Saúde Municipais e Estaduais e o Centro Unificado de Integração e Desenvolvimento do Autista (CUIDA) e interprofissionalmente as interlocuções nestes diferentes setores e instituições se realizam nas equipes multidisciplinares constituídas por profissionais das diferentes áreas da educação, esporte e saúde.

#### 6.7.6. Áreas Temáticas do Programa:

Foram selecionadas as áreas temáticas a partir da Resolução Consuni nº 04/2018, de 19 de fevereiro de 2018:

Área temática principal 1: Educação.

Área temática secundária 2: Saúde e Cultura.

#### 6.7.7. Linhas de Extensão do Programa:

O curso de EDFL-UFAL desde a sua fundação, ano de 1974, sempre desenvolveu ações de extensão no âmbito da educação, esporte e lazer através dos seus diferentes projetos, eventos e cursos de extensão. Atualmente o programa de extensão do IEFE organiza-se a partir de três linhas de extensão (esporte e lazer, saúde humana, metodologias e estratégias de ensino/aprendizagem) e têm por objetivo potencializar a construção de conhecimento de caráter formador, direcionando a articulação da extensão com as ações de ensino e de pesquisa para a solução de problemas reais e potenciais da sociedade. Nesse sentido, as Atividades Curriculares de Extensão (ACE) poderão ser sistematizadas e executadas nas formas de dois projetos, cada um com duas semestralidades, cursos e/ou eventos que estarão articulados a uma ou mais linha de extensão como orientado na Resolução Consuni nº 04/2018, de 19 de fevereiro de 2018. Todas as ações de extensão envolverão necessariamente, a coordenação de um professor, a participação de discentes e da comunidade externa.

#### *Linha 1: Esporte e Lazer*

##### *Definição*

Essa linha de extensão pretende possibilitar ao discente o entendimento da relação do esporte, da iniciação esportiva ao alto desempenho e do lazer. Serão ofertados projetos de extensões, eventos e cursos com objetivo de discutir conceitualmente e

procedimentalmente as dimensões físicas, esportivas, artísticas culturais, sociais e turísticos do esporte e do lazer.

### *Operacionalização*

As ações de extensão da linha esporte e lazer serão operacionalizadas a partir de projetos de extensão vinculados ao desenvolvimento do esporte no Estado de Alagoas. Nesta categoria existem três projetos de extensão, iniciados em 2019, que acontecem simultaneamente e que se articulam entre si. A duração dos projetos é de duas semestralidades, tem como objetivo principal desenvolver prática esportiva associada à matemática e robótica para escolares/atletas da rede pública de ensino. Cada escolar/atleta inscrito no projeto de extensão será vinculado aos três projetos de extensão simultaneamente e será assistido nas instalações físicas do IEFE. Até 2020 pretende-se atender 1800 crianças, de idade entre 12 e 15 anos, oriundas de escolas da rede pública de ensino com alta vulnerabilidade social. As ações dos projetos são coordenadas por três docentes do IEFE e operacionalizadas por três acadêmicos do curso de bacharelado bolsistas da PROEXT e cinco voluntários.

Projetos de Extensão vinculados a identificação de talentos nas modalidades de atletismo e de voleibol da comunidade circunvizinhança da UFAL. Nesta categoria existem dois projetos de extensão que estão articulados e atuam nas modalidades de atletismo e de voleibol com duração de duas semestralidades. Criado em 2014, os projetos de identificação de talentos vêm descobrindo crianças e adolescentes com altas habilidades esportivas na cidade de Maceió e outros municípios de Alagoas além de apresentá-los no cenário de campeonatos estaduais, regionais e nacionais. Os projetos vêm oportunizando à comunidade do entorno da universidade a entender a função social da universidade na perspectiva de planejar, com essa comunidade, um futuro no âmbito esportivo para suas crianças e jovens. O objetivo dos projetos é a formação de futuros atletas a partir da orientação sistematizada, em função da detecção e seleção de indivíduos com aptidões especiais para o desempenho esportivo. As ações dos projetos são coordenadas por três docentes do curso IEFE e operacionalizadas, por um aluno do programa de doutorado em biociência, seis acadêmicos do curso de bacharelado bolsistas da PROEXT e quatro voluntários.

Além do desenvolvimento dos projetos de extensão articulados a linha de extensão esporte e lazer, o curso de EDFL também será realizada ações de extensão no formato de eventos e cursos com objetivo de divulgar os resultados dos projetos de extensão e

promover a formação complementar sobre temas atualizados relacionados a área do esporte e lazer.

## *Linha 2: Saúde humana*

### *Definição:*

Essa linha de extensão pretende possibilitar ao discente compreender que a saúde, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), é um estado completo de bem-estar físico, mental e social. Neste sentido, os projetos de extensão terão como objetivos promover atividades que promovam um estilo de vida saudável e mudanças de hábitos da população. Objetiva-se o desenvolvimento de atividades orientadas para fomentar uma alimentação saudável, diminuição do sedentarismo, práticas para o controle do *stress*, controle de incidências de doenças crônicas não transmissíveis (obesidade, hipertensão, diabetes, etc.) e quaisquer outras ações voltadas para o estímulo da qualidade de vida e bem-estar da população.

### *Operacionalização:*

O projeto “Exercício Físico para crianças com transtorno do espectro do autismo” (PEFaut) foi iniciado em 2009 após análise dos dados da Secretaria Municipal de Saúde e Educação acerca da escassez de profissionais de educação física qualificados para atuar em Centros Psicossociais e Escolas Inclusivas atender a população de crianças e jovens com transtorno do espectro do autismo (TEA). Em resposta a demanda profissional, foi estabelecida uma parceria com a Secretaria Municipal de Saúde / Saúde Mental e Secretaria Municipal de Educação, projeto com inscrição no Comitê de Ética Nº 024478/2009-23, e a partir de então iniciou-se um processo de atendimento especializado no campo do desempenho motor nas instalações do Curso de Educação Física na UFAL. De 2009 a 2018 um total de 32 acadêmicos do curso de licenciatura participaram de projeto de extensão e foram atendidos 124 crianças, adolescentes e adultos com TEA encaminhados pelos Centros Psicossociais e escolas inclusivas públicas e privadas da cidade de Maceió. Também foram realizados quatro cursos de formação de professores e cinco eventos locais destinados a comunidades acadêmicas, familiares e profissionais da saúde e educação com público estimado em mais de 600 pessoas no total dos eventos. Atualmente o projeto de extensão apresenta inscrição de 105 crianças com TEA, o atendimento é oferecido no setor de educação física do Centro Unificado de Integração e

Desenvolvimento do Autista, participam do projeto um professor do IEFE, a equipe multidisciplinar clínica e o profissional de Educação Física do Centro e dois estagiários voluntários do EDFB.

### *Linha 3: Metodologias e estratégias de ensino/aprendizagem;*

#### *Definição:*

Essa linha pretende possibilitar ao discente refletir acerca do planejamento, dos procedimentos metodológicos, dos recursos pedagógicos e do processo avaliativo do ensino das inúmeras práticas corporais a partir da compreensão da ação pedagógica enquanto processo de ensino / aprendizagem contínuo com características dialéticas que se insere em um contexto geográfico e temporal. Os projetos, eventos e cursos tentarão privilegiar intervenções com a intenção de identificar os principais problemas vivenciados pelos profissionais de educação física, tanto no âmbito da transferência do conhecimento acadêmico para a prática assim como na reflexão sobre a ação do profissional na busca de melhorias da qualidade da prática profissional.

#### *Operacionalização:*

As ações de extensão desenvolvidas nas linhas de extensão 1 “práticas esportivas e de lazer” e 2 “saúde humana” que envolvem a comunidade escolar da cidade de Maceió e outros municípios alagoanos, serão articuladas a linha “Metodologias e estratégias de ensino/aprendizagem”. A linha tem por objetivo oportunizar a articulação dos saberes acadêmicos a produção de estratégias de ensino/aprendizagem capazes de aumentar a prática de exercício físico a partir de atividades esportivas, lazer e outras práticas corporais. Serão realizados cursos e eventos com objetivo de criar espaços para discussão do diagnóstico do estado de saúde, da competência motora, composição corporal e funcional da população escolar da educação básica assistidas pelos projetos de extensões; serão realizadas também oficinas metodológicas de caráter prático com objetivo de elaborar, desenvolver e avaliar ações de planejamento estratégico para atendimento as demandas específicas de cada público atendido pelos projetos de extensão.

De forma ilustrativa segue abaixo o gráfico 1 que apresenta o percentual da linha de extensão representando o volume de ACEs disponibilizadas através de projetos, eventos e cursos ao acadêmico EDFL.

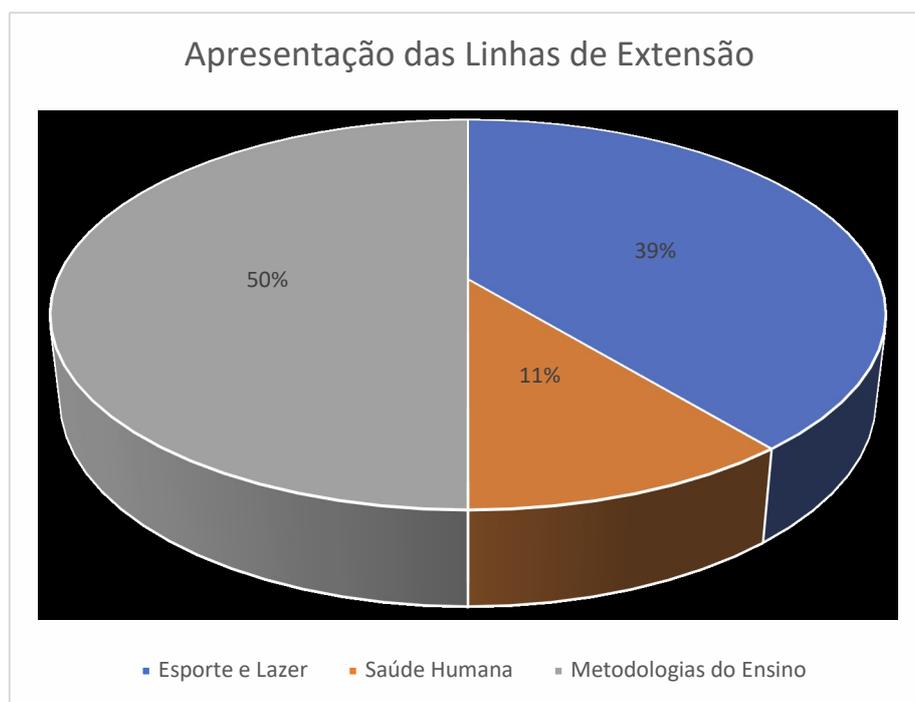


Gráfico 1: Apresentação percentual das linhas de extensão

#### 6.7.8. Objetivos do Programa:

##### 6.7.8.1. Objetivo Geral:

Garantir ao acadêmico do curso de EDFL a experiência teórico-prática com a extensão universitária enquanto processo que transversaliza a formação do professor nas dimensões do ensino e da pesquisa no intercâmbio com a escola da educação básica.

##### 6.7.8.2. Objetivos Específicos:

- a) Fomentar ações de integração interdisciplinar sobre temas relevantes relacionados às três linhas de extensão esporte e lazer, saúde humana, metodologia e estratégias de ensino-aprendizagem;
- b) Formar recursos humanos qualificados para atuar na escola de educação básica nas áreas do esporte e lazer, metodologias e estratégias de ensino/aprendizagem e saúde humana;
- c) Desenvolver atividades de extensão articuladas ao desenho da formação curricular e da iniciação à pesquisa;

### 6.7.9. Ementa do Programa

Discutir conceitualmente e procedimentalmente as dimensões físicas, esportivas, artísticas culturais, sociais e turísticos do esporte e do lazer no âmbito da educação básica. Refletir acerca do planejamento, dos procedimentos metodológicos, dos recursos pedagógicos e do processo avaliativo do ensino das inúmeras práticas corporais e compreender a saúde enquanto estado completo de bem-estar físico, mental e social.

### 6.7.10. Metodologia:

As atividades que serão desenvolvidas a partir das ACEs seguiram formato de projetos, com duas semestralidades, cursos e eventos.

#### 6.7.10.1. Público-alvo e local de atuação:

Linha 1: Esporte e lazer:

Público externo: crianças e adolescentes da educação básica da cidade de Maceió e outros municípios do Estado de Alagoas assim como comunidade do entorno da UFAL.

Público interno: acadêmicos de diversos cursos de graduação e pós-graduação do campus A.C. Simões.

Os locais de atuação das ações de extensão serão: instalações do IEFE, escolas de educação básica e áreas específicas para prática de esporte (praças, associações e ginásios) na cidade de Maceió e outros municípios do Estado de Alagoas.

Linha 2: Saúde humana

Público externo: populações com transtorno do espectro do autismo vinculados a Centros especializados, escolas públicas e Centros Psicossociais.

Público internos: acadêmicos de diversos cursos de graduação e pós-graduação do campus A.C. Simões, pesquisadores e docentes de cursos da área da educação, saúde e áreas afins.

Os locais de atuação das ações de extensão serão: instalações do IEFE na cidade de Maceió, escolas da educação básica e Centro Unificado de Integração e Desenvolvimento do Autista na cidade de Maceió e outros municípios do Estado de Alagoas.

Linha 3: Metodologias e estratégias de ensino/aprendizagem:

Público externo: acadêmicos de cursos da área educação, saúde e áreas afins, pesquisadores e docentes de cursos da área educação, saúde e áreas afins.

Público interno: acadêmicos do curso EDFL, acadêmicos de cursos da área da educação, saúde e áreas afins, pesquisadores e docentes de cursos da área da educação, saúde e áreas afins.

Os locais de realização dos cursos e eventos serão: instalações do IEFE ou outros Institutos da UFAL na cidade de Maceió, escolas da educação básica e Centro Unificado de Integração e Desenvolvimento do Autista da cidade de Maceió e outros municípios do Estado de Alagoas.

#### 6.7.10.2. Unidades envolvidas:

- ü Instituto de Matemática (IM): participa das ações de extensão do IEFE a partir da associação da prática esportiva a melhoria do desempenho acadêmico. Os acadêmicos do curso de matemática desenvolverão aulas de reforço em matemática, visando a melhoria do desempenho escolar na seriação específica e ao treinamento direcionado a Olimpíada Brasileira de Matemática (OBM).
- ü Instituto de Computação (IC): participa das ações de extensão do IEFE a partir da associação da prática esportiva a melhoria do desempenho acadêmico. Os acadêmicos do curso de computação desenvolverão aulas de robótica, visando a melhoria do desempenho escolar na seriação específica e ao treinamento direcionado a Olimpíada Brasileira de Robótica (OBR).
- ü Faculdade de Medicina (FAMED): participa das ações de extensão do IEFE, a partir dos acadêmicos do curso e supervisão dos docentes e pesquisadores, a partir do Ambulatório de Hebiatria, no Hospital Universitário, a partir do diagnóstico clínico e tratamento das doenças pertinentes ao público adolescente.
- ü Faculdade de Nutrição (FANUT) e Programa de Pós-Graduação em Nutrição (PPGNUT): participa das ações de extensão do IEFE, a partir dos acadêmicos do curso e supervisão dos docentes e pesquisadores, a partir da avaliação do estado nutricional dos diferentes públicos envolvidos nos projetos, intervenção nutricional e orientação sobre mudança de comportamentos relativos aos hábitos alimentares.
- ü Centro de Educação (CEDU): participa das ações de extensão do IEFE a partir dos acadêmicos do curso de pedagogia e supervisão dos docentes e pesquisadores a partir da avaliação psicopedagógica e apoio pedagógico especializado na atenção de crianças com/sem necessidades educacionais especiais ou problemas de aprendizagens.

### 6.7.10.3. Período de Realização:

O Programa de Extensão do IEFE tem duração prevista para quatro anos, correlato ao PPC, podendo se estender por mais dois anos de acordo com a previsão de reflexão, avaliação e reformulação do PPC.

### 6.7.10.4. Tipos de ACEs associadas as disciplinas:

As ACEs serão constituídas por pelo menos dois projetos extensionistas, com duração de duas semestralidades e uma terceira ACE constituída de projeto de extensão ou não, eventos ou cursos. O quadro 4 apresenta as ACEs vinculadas as disciplinas das quais poderão ser ofertadas as atividades curriculares de extensão (projetos, cursos ou eventos) e o quadro 5 apresenta a distribuição da carga horária de cada ACE.

ATIVIDADE CURRICULARES DE EXTENSÃO - ACE	DISCIPLINAS ENVOLVIDAS DA MATRIZ DO CURSO
Projeto de Extensão ACE 1, Parte I (3º Período)	Desenvolvimento e Aprendizagem Crescimento e Desenvolvimento Motor Sociologia das Práticas Corporais Metodologia do Ensino do Basquetebol Metodologia do Ensino da Natação II
Projeto de Extensão ACE 2, Parte II (4º Período)	Gestão da Educação e do Trabalho Escolar Didática Aprendizagem e Controle Motor Metodologia do Ensino do Futebol Metodologia do Ensino do Handebol
Projeto de Extensão ACE 3, Parte I (5º Período)	Didática da Educação Física no Ensino da Educação Infantil e Fundamental Cinesiologia Psicomotricidade Metodologia do Ensino do Futsal
Projeto de Extensão ACE 4, Parte II (6º Período)	Metodologia do Ensino da Atividade Física Adaptada Medidas e Avaliação em Educação Física
Curso ou Evento de Extensão ACE 5 (7º Período)	Metodologia do Ensino das Lutas Lazer e educação ambiental Metodologia do Ensino do Voleibol Ateliê de Pesquisa
Curso ou Evento de Extensão ACE 6 (8º Período)	Didática da Educação Física no Ensino Médio e EJA Educação Física, Saúde, Escola

Quadro 4: Relação das ACEs vinculadas a disciplinas curriculares

3º PERÍODO					
Código	Disciplina	CH Teórica	CH Prática	CH Total	Pré-Requisito
	ACE I - Parte I (Projeto)	20	30	50	***
4º PERÍODO					
Código	Disciplina	CH Teórica	CH Prática	CH Total	Pré-Requisito
	ACE 2 - Parte II (Projeto)	20	40	60	ACE 1 - Parte I
5º PERÍODO					
Código	Disciplina	CH Teórica	CH Prática	CH Total	Pré-Requisito
	ACE 3 - Parte I (Projeto)	20	30	50	***
Código	Disciplina	CH Teórica	CH Prática	CH Total	Pré-Requisito
6º PERÍODO					
Código	Disciplina	CH Teórica	CH Prática	CH Total	Pré-Requisito
	ACE 4 - Parte II (Projeto)	20	40	60	ACE 3 - Parte 1
7º PERÍODO					
Código	Disciplina	CH Teórica	CH Prática	CH Total	Pré-Requisito
	ACE 5 (Curso ou Evento)	20	40	60	***
8º PERÍODO					
Código	Disciplina	CH Teórica	CH Prática	CH Total	Pré-Requisito
	ACE 6 (Curso ou Evento)	20	42	62	***
CH HORÁRIA TOTAL ACES				342 (10,5%)	
CH HORÁRIA TOTAL OBRIGATÓRIA do Curso EDFL				3264 (100%)	

Quadro 5: Distribuição da carga horária das ACES na matriz curricular

#### 6.7.10.5. Parcerias:

Para além das parcerias com os institutos da UFAL, descritos no item 6.7.9.2. Unidades Envolvidas, existem parcerias com instituições externas a UFAL:

- ü Centro Unificado de Integração e Desenvolvimento do Autista (CUIDA): participa das ações de extensão do IEFE a partir da disponibilização de um profissional de

educação física co-supervisor do projeto, infraestrutura física, recursos materiais e acesso a toda documentação do seu público para fins de pesquisa e extensão.

- ü Secretaria Municipal de Educação (SEMED) da cidade de Maceió: participa das ações de extensão do IEFE a partir do convênio estabelecido com escolas de educação fundamental, disponibilização de um profissional de educação física co-supervisor do projeto, transporte, alimentação, vestimenta e material para prática esportiva das crianças envolvidas nos projetos de esporte e lazer e metodologias e estratégias de ensino/aprendizagem acadêmicas.
- ü Federação Alagoana de Esportes Aquáticos: participa das ações de extensão do IEFE a partir do convênio estabelecido com a Federação, indicação de atletas para avaliação e prescrição de treinamento em natação, disponibilização de um profissional de educação física co-supervisor do projeto, especializado em treinamento de natação envolvidas nos projetos de esporte e lazer e metodologias e estratégias de ensino/aprendizagem acadêmicas.

#### 6.7.10.6. Acompanhamento e Avaliação:

Serão aplicados questionários específicos para projetos, eventos e cursos sempre nos momentos pré e pós realização das ações de extensão com objetivo de entender o impacto da ação sobre a comunidade escolar diretamente envolvida e como resposta de retroalimentação na proposição de modificações na estruturação e funcionamento atual.

Em todas as ações de extensão serão definidos protocolos específicos capazes de garantir a legibilidade dos efeitos nos aspectos relacionados ao ensino da educação física curricular, esporte e lazer, saúde humana e metodologias e estratégias de ensino/aprendizagem acadêmicas assim como no processo de validações das estratégias procedimentais utilizados em cada uma das linhas de extensão capazes de otimizar os resultados esperados.

As formas de avaliação e acompanhamento das ACEs descritas anteriormente ou que possam ser definidas no desenvolvimento do PPC serão orientadas conforme indicadores institucionais locais e nacionais de extensão. Também poderão ser utilizados como instrumentos de avaliação e acompanhamento os diários de campo e relatórios em mídias digitais e ou impressa.

## VII - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA DO CURSO

A matriz curricular do projeto pedagógico do curso de Educação Física - Licenciatura/lefe tem como referência os seguintes documentos oficiais: (1) Resolução CNE-CP nº 02, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior; (2) Resolução CNE-CES Nº 07, de 31 de março de 2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena; e (3) Resolução CNE-CES Nº 07, de 04 de outubro de 2007 que altera o § 3º do art. 10 da Resolução CNE/CES nº 07/2004

Neste sentido, a estruturação do currículo do curso EDFL, definida em 3.264 horas, no que se refere ao cumprimento obrigatório da prática como componente curricular, estabelece como princípio em sua estrutura curricular, que a *praxis* docente como articulação entre a dimensão teórica e a dimensão prática, sem prioridades para uma ou outra, será desenvolvida ao longo de todo o processo formativo, e não restrito apenas ao momento de estágio curricular obrigatório, ou às disciplinas pedagógicas, no trato de suas práticas educativas, mas articuladas no interior das diferentes áreas de conhecimento, que compõem o currículo de formação docente, mas especificamente em suas disciplinas possuidoras de uma dimensão didático-prática.

Deste modo, assim se apresenta a distribuição da carga horária total: 400 horas de “estágio supervisionado”; 144 horas de “atividades teórico-práticas de aprofundamento de áreas específicas de interesse dos alunos”; 200 horas de atividades acadêmicas, científicas e culturais; 342 de Atividades Curriculares de Extensão (ACEs); 36 de TCC e 2142 horas de “atividades formativas”. Na carga horária total (3264 horas) estão incluídas 738 horas, acrescentado (1/5) de dimensão pedagógica e 414 horas de “prática como componente curricular”, inseridas nas disciplinas de metodologias de ensino dos conteúdos específicos da EDF, permitindo assim a integralização da formação do licenciado.

### 7.1. MATRIZ E PROPOSTA CURRICULAR

A consolidação das normas vigentes para a formação do professor é indispensável para a transformação da realidade concreta dos sujeitos que dão vida ao currículo. Para além dos sujeitos, os componentes de base que compõem o currículo envolvem conhecimentos específicos, que abrangem conhecimentos científicos e culturais, valores

éticos, políticos e estéticos inerentes a uma formação ampla em diálogo entre diferentes visões e concepções de mundo (COSTA e LACERDA, 2015).

A inclusão da Libras como componente curricular obrigatório, na esfera do curso EDFL/Iefe, respalda-se nos preceitos do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, em seu art. 3º: “A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior (...)”, incluídos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento.

É certo que o Decreto nº 5.626/2005 defende a educação bilíngue, definindo-a como uma questão social que envolve a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa, numa relação intrínseca com os seus aspectos determinantes para o desenvolvimento de todo o processo educativo, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio e educação profissional.

E, assim, entendemos que no campo de atuação dos egressos, segundo o Decreto nº 5.626/2005, há a possibilidade de levar os futuros professores a conhecer em alguma medida essa língua, procurando favorecer a sua implementação através do estudo da Língua Brasileira de Sinais (Libras), da sua estrutura gramatical, de expressões manuais, gestuais e do seu papel para a comunidade surda.

O PPC do curso EDFL deve também atender ações de formação que contemplem a Educação para as Relações Étnico-raciais (Erer), cujo objetivo é estimular a integração entre saberes étnicos constitutivos da cultura brasileira (branco, indígena, negro e cigano), em destaque a cultura alagoana. Incluindo a possibilidade da produção de novos conhecimentos científico, cultural, tecnológico e artístico, ou a revisão dos conhecimentos existentes, de modo a promover condutas e políticas de formação profissional que valorizem as diversidades étnico-raciais.

A Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), além de cumprir com as exigências normativas educacionais brasileiras, firma o compromisso, dentre outros, de aperfeiçoamento das políticas de ações afirmativas, dos cursos de graduação e de pós-graduação, implementadas, oficialmente, desde 11 de novembro de 2003, por meio da Resolução Consuni/Ufal nº 33, que aprovou o Programa Ações Afirmativas para Afro-descendentes (Paaf) na instituição, com o empenho do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (Neab-Ufal), criado em 1981, com o papel de promover cursos de formação/capacitação, debates, disponibilização de acervo (documental e bibliográfico) para consulta e coordenação-geral de editais sobre Erer.

O requisito legal e normativo a ser cumprido para o componente curricular Educação e Diversidade, dimensionado no curso EDFL, atende os preceitos das Diretrizes

Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais, ao propor a análise sócio-histórica da diversidade no contexto brasileiro, a discussão do significado das desigualdades sociais e da relação inclusão/exclusão, bem como o estudo das relações de gênero, etnia, condição socioeconômica e de deficiência na educação. O componente curricular, Sociologia das Práticas Corporais, também aborda esta temática.

A respeito da inserção da Educação Ambiental (EA) na proposta curricular do curso EDFL, esta respalda-se na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que dispõe especificamente sobre a EA e institui a Política Nacional de Educação Ambiental (Pnea), como componente essencial e permanente da educação nacional, que devem estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo.

As Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental (Resolução CNE/CP Nº 2/2012) destacam que “o papel transformador e emancipatório da Educação Ambiental se torna cada vez mais visível diante do atual contexto nacional e mundial em que a preocupação com as mudanças climáticas, a degradação da natureza, a redução da biodiversidade, os riscos socioambientais locais e globais, as necessidades planetárias evidenciam-se na prática social”.

Desse modo, nota-se a necessidade de inserir no processo educativo do curso EDFL as discussões de educação ambiental, inseridas no componente curricular Lazer e Educação Ambiental e de forma interdisciplinar. O trabalho interdisciplinar de educação ambiental se caracteriza pela ampliação do espaço social e visa à disseminação crítica dos conhecimentos socioambientais, culturais e políticos, articulando-os à realidade local, nacional e global, com a formação cidadã e ética.

Destaca-se ainda que a Ufal possui um Núcleo de Educação Ambiental (NEA), ligado ao Centro de Educação, mas que está aberto a apoiar o trabalho de educação ambiental em diversos cursos. O NEA desenvolve atividades com o Coletivo Jovem, cursos de formação para professores e estudantes sobre Educação Ambiental, curso de especialização em Educação Ambiental (2012).

Também, em cumprimento à legislação, o PPC do curso EDFL defende propostas para a Educação de Relações Étnico Raciais, relacionadas à política educacional, nomeadamente no que se refere às Leis: 10.639/2003 e 11.645/2008 e às resoluções: CNE/CP n. 01/2012 e CNE/CP 01/2004, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena. Esta temática será contemplada nas disciplinas História da Educação Física e das práticas corporais; Filosofia e Educação Física;

Metodologia das Práticas Corporais Integrativas; Sociologia das Práticas Corporais, e de forma transversal em outras disciplinas.

A Educação em Direitos Humanos no curso EDFL adequa-se à Resolução CNE/CP n. 01/2012. No PPC/EDFL, onde a temática é tratada de modo transversal e multidisciplinar nos conteúdos das disciplinas Educação e Diversidade, Metodologia das Práticas Corporais Integrativas, Metodologia do Ensino de Jogos e Brincadeiras na Educação Física, Libras, Didática da Educação Física no Ensino na Educação Infantil, Didática da Educação Física no Ensino Fundamental, Didática da Educação Física no Ensino Médio e Ensino de jovens, adultos e idosos (Ejai).

A Pró-Reitoria de Extensão (Proext) a partir do Plano Nacional de Educação (PNE), o PDI da universidade e a Política Nacional de Extensão Universitária (PNEU) define a partir da Resolução 04/2018 do Consuni/Ufal a regulamentação das atividades curriculares de extensão (ACEs) como componente obrigatório dos projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura e bacharelado. O curso EDFL entende a ACEs como ação pedagógica capaz de oportunizar aos discentes a materialização da interdisciplinaridade e da interprofissionalidade no âmbito da formação do licenciado. Os discentes terão oferta sistemática de ações de extensão a partir do 3º período letivo. Serão ofertados dois projetos de extensão, cada um deles com duração de dupla semestralidade e carga horária total de 100 horas, cursos e ou eventos semestrais com carga horária total de 60 horas cada um. Será reservado as ACEs 10,22% da carga horária total do curso e pretende-se promover nas ações de extensão a articulação entre ensino e pesquisa além do entendimento da formação do licenciado como processo cultural, científico e social.

O curso EDFL-Ufal apresenta sua proposta curricular organizada estruturalmente em três núcleos de formação (quadro 5).

NÚCLEOS DE FORMAÇÃO <sup>12</sup>	TIPOS DE FORMAÇÃO <sup>13</sup>	DIMENSÕES PARA A FORMAÇÃO <sup>14</sup>	COMPONENTE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA <sup>15</sup> ;	CH Teórica	CH Prática	CH Total
-----------------------------------	---------------------------------	---	---	------------	------------	----------

<sup>12</sup> Resolução CNE-CP N° 02, de 1º de julho de 2015 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

<sup>13</sup> Resolução CNE-CES N° 07, de 31 de março de 2004 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena.

<sup>14</sup> Ibidem.

<sup>15</sup> Art. 13. (...)I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo; II - 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação

			PERÍODO-MATRIZ CURRICULAR			
NÚCLEO I Núcleo de estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional	Formação Ampliada	Relação ser humano-sociedade	1. Educação e Diversidade (54h; 1º período);	36	18	54
		Biológica do corpo humano	1. Bases da Anatomia Humana (72h; 2º período);	36	36	72
			2. Bases de Fisiologia Humana (72h; 3º período);	72	00	72
		Produção do conhecimento científico e tecnológico	1. Metodologia da Pesquisa Científica (54h; 5º período);	54	00	54
			2. Pesquisa Educacional (72h; 6º período);	36	36	72
		Técnico-instrumental	1. Organização do Trabalho Acadêmico (36h; 1º período);	36	00	36
			2. Técnicas de Informática e de Comunicação na Educação (54h; 1º período);	36	18	54
		Didático-pedagógico	1. Profissão Docente (54h; 1º período);	54	00	54
			2. Política e Organização da Educação Básica no Brasil (72h; 2º período);	72	00	72
			3. Libras (54h; 2º período);	27	27	54
			4. Desenvolvimento e Aprendizagem (72h; 3º período);	72	00	72
			5. Gestão da Educação e do Trabalho Escolar (72h; 4º período);	72	00	72
			6. Didática (72h; 4º período).	72	00	72
		NÚCLEO II	Formação Ampliada	Relação ser humano-sociedade	1. Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação Física (72h; 2º período);	72
2. Sociologia das Práticas Corporais (36h; 3º período);	18				18	36

básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição; III - pelo menos 2.200 (duas mil e duzentas) horas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do artigo 12 desta Resolução, conforme o projeto de curso da instituição; IV - 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme núcleo definido no inciso III do artigo 12 desta Resolução, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, consoante o projeto de curso da instituição.

Núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional			3. Lazer e educação ambiental (36h, 7º período);	18	18	36
		Biológica do corpo humano	1. Cinesiologia (72h; 5º período);	36	36	72
			2. Medidas e Avaliação em Educação Física (72h; 6º período);	36	36	72
		Produção do conhecimento científico e tecnológico	1. Ateliê de Pesquisa (36h; 7º período);	36	00	36
	Formação Específica	Cultura do movimento humano	1. Metodologia do Ensino do Atletismo (72h; 1º período);	36	36	72
			2. Metodologia do Ensino da Ginástica (72h; 1º período);	18	54	72
			3. Metodologia do Ensino de Jogos e Brincadeiras na Educação Física (72h; 2º período);	18	54	72
			4. Metodologia de Ensino da Natação I (36h; 2º período);	18	18	36
			4.1. Metodologia de Ensino da Natação II (36h; 3º período);	18	18	36
			5. Metodologia do Ensino do Basquetebol (72h; 3º período);	18	54	72
			6. Metodologia do Ensino do Futebol (36h; 4º período);	18	18	36
			7. Metodologia do Ensino do Handebol (54h; 4º período);	18	36	54
			8. Metodologia do Ensino do Futsal (36h; 5º período);	18	18	36
			9. Metodologia do Ensino da Atividade Física Adaptada (72h; 6º período);	18	54	72
			10. Metodologia do Ensino das Lutas (54h; 7º período);	18	36	54
			11. Metodologia do Ensino do Voleibol (54h; 7º período);	18	36	54
		1. Pedagogia do Esporte (36h; 1º período);	18	18	36	

		Didático-pedagógico	2. Crescimento e Desenvolvimento Motor (54h; 3º período);	36	18	54
			3. Aprendizagem e Controle Motor (54h; 4º período);	36	18	54
			4. Didática da Educação Física no Ensino na Educação Infantil e Fundamental (54h; 5º período);	18	36	54
			5. Psicomotricidade e Educação Física (72h; 5º período);	36	36	72
			6. Educação Física, Saúde, Escola (36h; 8º período);	18	18	36
			7. Didática da Educação Física no Ensino Médio e EJA (36h; 8º período)	18	18	36
NÚCLEO III Núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular	Formação Ampliada		Relação ser humano-sociedade	Eletiva 01 (36h)	18	18
		Biológica do corpo humano	Eletiva 02 (36h)	18	18	36
		Produção do conhecimento científico e tecnológico	Eletiva 03 (36h)	18	18	36
	Formação Específica	Culturais do movimento humano	Eletiva 04 (36h)	18	18	36
Estágios Supervisionados			Estágio Supervisionado I (90h);	40	50	90
			Estágio Supervisionado II (110h);	40	70	110
			Estágio Supervisionado III (110h);	40	70	110
			Estágio Supervisionado IV (90h)	40	50	90
SOMA DAS CH (disciplinas obrigatórias + estágios supervisionados)				1537	1149	2686

Quadro 5. Matriz curricular com distribuição da carga horária

SOMA DAS CH (disciplinas obrigatórias + disciplinas eletivas + estágios supervisionados)	2686
ATIVIDADES FORMATIVAS (Atividades acadêmico-científicas-culturais + TCC)	236
TOTAL	2922

Quadro 6. Resumo da carga horária total

## VIII. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR POR PERÍODOS

1º PERÍODO							
CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CH SEMANAL	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH prá. como comp. curricular	CH TOTAL	PRÉ-REQUISITO
EDFL070 54h	Profissão Docente	03	54	-	-	54	
EDFL071 32h	Organização do Trabalho Acadêmico	02	36	-	-	36	
EDFL072 54h	Técnicas de Informática e de Comunicação	03	36	18	-	54	
EDFL073 54h	Educação e Diversidade	03	36	18	-	54	
EDFL074 36h	Pedagogia do Esporte	02	18	18	-	36	
EDFL075 72h	Metodologia do Ensino do Atletismo	04	36	-	36	72	
EDFL076 72h	Metodologia do Ensino da Ginástica	04	36	-	36	72	
CH TOTAL DA PRÁTICA COMO COMPONENTE. CURRICULAR					72	-	
CH TOTAL SEMESTRE						378	

Quadro 7: Organização Curricular 1º Período

2º PERÍODO							
CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CH SEMANAL	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH prá. como comp. curricular	CH TOTAL	PRÉ-REQUISITO
	Política e Organização da Educação Básica no Brasil	04	72	-	-	72	
	Libras	03	27	27	-	54	
	Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação Física	04	72	-	-	72	
	Bases da Anatomia Humana	04	36	36	-	72	
	Metodologia do Ensino dos Jogos e Brincadeiras na Educação Física	04	18	-	54	72	
	Metodologia do Ensino da Natação I	02	18	-	18	36	
CH TOTAL DA PRÁTICA COMO COMPONENTE. CURRICULAR					72	-	
CH TOTAL SEMESTRE						378	

Quadro 8: Organização Curricular 2º Período

3º PERÍODO							
CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CH SEMANAL	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH prá. como comp. curricular	CH TOTAL	PRÉ-REQUISITO
	Desenvolvimento e Aprendizagem	04	72	-	-	72	
	Bases de Fisiologia Humana	04	72	-	-	72	Bases da Anatomia Humana
	Crescimento e Desenvolvimento Motor	03	36	18	-	54	
	Sociologia das Práticas Corporais	02	18	18	-	36	
	Metodologia do Ensino do Basquetebol	04	18	-	54	72	
	Metodologia do Ensino da Natação II	02	18	-	18	36	Metodologia do Ensino da Natação I
	ACE 1 (Parte 1) Projeto	-	20	30	-	50	
CH. TOTAL DA PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR					72	-	
CH TOTAL SEMESTRE						392	

Quadro 9: Organiza o Curricular 3º Período

4º PERÍODO							
CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CH SEMANAL	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH prá. como comp. curricular	CH TOTAL	PRÉ-REQUISITO
	Gestão da Educa�o e do Trabalho Escolar	04	72	-	-	72	
	Didática	04	72	-	-	72	
	Aprendizagem e Controle Motor	03	36	18	-	54	
	Metodologia do Ensino do Futebol	02	18	-	18	36	
	Metodologia do Ensino do Handebol	03	18	-	36	54	
	ACE 2 (Parte 2) Projeto	-	20	40	-	60	
CH. TOTAL DA PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR					54	-	
CH TOTAL SEMESTRE						348	

Quadro 10: Organiza o Curricular 4º Período

5º PERÍODO							
CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CH SEMANAL	CH TEORICA	CH PRÁTICA	CH prát. como comp. curricular	CH TOTAL	PRÉ-REQUISITO
	Metodologia da Pesquisa Científica	03	54	-	-	54	
	Didática da Educação Física no Ensino na Educação Infantil e Ensino Fundamental	03	18	36	-	54	
	Cinesiologia	04	36	36	-	72	Bases de Fisiologia Humana
	Psicomotricidade e Educação Física	04	36	36	-	72	Des. e Aprendizagem Motor
	Metodologia do Ensino do Futsal	02	18	-	18	36	
	Estágio Supervisionado I	05	40	50	-	90	Didática
	Eletiva 01	02	-	-	-	36	
	ACE 3 (Parte 1) Projeto	-	20	30	-	50	
CH. TOTAL DA PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR					18	-	
CH TOTAL SEMESTRE						464	

**Quadro 11:** Organização Curricular 5º Período

6º PERÍODO							
CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CH SEMANAL	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH como comp. Curric.	CH TOTAL	PRÉ-REQUISITO
	Pesquisa Educacional	04	36	36		72	
	Metodologia do Ensino da Atividade Física Adaptada	04	18	-	54	72	
	Medidas e Avaliação em Educação Física	04	36	36	-	72	
	Estágio Supervisionado II	06	40	70	-	110	Estágio Supervisionado I
	Eletiva 02	02	-	-	-	36	
	ACE 4 (Parte 2) Projeto	-	20	40	-	60	
CH. TOTAL DA PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR					54	-	
CH TOTAL SEMESTRE						422	

**Quadro 12:** Organização Curricular 6º Período

7º PERÍODO							
CÓD.	COMPONENTE CURRICULAR	CH SEMANAL	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH de prá. como comp. curricular	CH TOTAL	PRÉ-REQUISITO
	Metodologia do Ensino das Lutas	03	18	-	36	54	
	Ateliê de Pesquisa	02	36	-	-	36	Metodologia da Pesquisa Científica
	Lazer e educação ambiental	02	20	16	-	36	
	Metodologia do Ensino do Voleibol	03	18	-	36	54	
	Estágio Supervisionado III	06	40	70	-	110	Estágio Supervisionado II
	Eletiva 03	02	-	-	-	36	
	Eletiva 04	02	-	-	-	36	
	ACE 5 (Curso ou Evento)	-	20	40	-	60	
CH. TOTAL DA PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR					72	-	
CH TOTAL SEMESTRE						422	

**Quadro 13:** Organização Curricular 7º Período

8º PERÍODO							
CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CH SEMANAL	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH de prá. como comp. curricular	CH TOTAL	PRÉ-REQUISITO
	Didática da Educação Física no Ensino Médio e EJA	02	18	18	-	36	
	Educação Física, Saúde, Escola	02	18	18	-	36	
	Estágio Supervisionado IV	05	20	70	-	90	Estágio Supervisionado III
	ACE 6 (Curso ou Evento)	-	20	42	-	62	
CH. TOTAL DA PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR					=	-	
CH TOTAL SEMESTRE						224	

**Quadro 14:** Organização Curricular 8º Período

## IX. DISCIPLINAS ELETIVAS

As disciplinas eletivas ofertadas pelo Curso de Licenciatura em Educação Física da UFAL formam dois núcleos de complementação/aprofundamento de práticas pedagógicas, à saber: 1) formação profissional para o magistério no ensino fundamental, e 2) formação profissional para o magistério no ensino médio. O conjunto de disciplinas que compõem o aprofundamento de conhecimentos do Curso de Licenciatura em Educação Física pode ser ampliado por novas demandas, tendo as propostas que serem

encaminhadas ao colegiado para sua aprovação, levando-se em consideração o perfil do egresso proposto no Projeto Pedagógico do Curso.

A partir do 5º período aluno poderá selecionar a disciplina dentre as ofertadas pelo curso, ou ainda por outro curso da Ufal, desde que aprovado tenha a aprovação do colegiado do EDF.

Para integralização da carga horária total do currículo o aluno deve cumprir uma carga horária mínima de 216h em disciplinas eletivas que se propõem a aprofundar os conhecimentos específicos para a atuação profissional em educação básica. Este aprofundamento deve estabelecer condições para: Inserção do aluno no contexto dos espaços educativos; Investigação sobre o ensino e a aprendizagem do conteúdo específico da Educação Física curricular na educação básica; Reflexão crítica sobre o fazer pedagógico; Intervenção nas instituições educacionais escolares por meio de projetos específicos;

## DISCIPLINAS ELETIVAS

CÓDIGO	DISCIPLINAS ELETIVAS	CARGA HORÁRIA			
		Ch. Semanal	Ch. Teórica	Ch. Prática	Total
	Práticas Corporais de Aventura	36	18	18	36
	Tópicos Avançados em Lutas	36	18	18	36
	Tópicos Avançados em Atletismo	36	18	18	36
	Tópicos Avançados em Natação	36	18	18	36
	Tópicos Avançados em Futsal	36	18	18	36
	Tópicos Avançados em Handebol	36	18	18	36
	Tópicos Avançados em Basquetebol	36	18	18	36
	Tópicos Avançados em Futebol	36	18	18	36
	Atividades Aquáticas	36	18	18	36
	Estudo Integrador do Esporte Escolar	36	18	18	36
	Dança, Expressão e Cultura Popular	36	18	18	36
	Corpo e Gestualidade na Capoeira	36	18	18	36
	Jogos Digitais e Educação Física	36	18	18	36
	História do Corpo e das Práticas Corporais	36	36	-	36
	Filosofia do Corpo	36	36	-	36
	Psicologia do Esporte	36	36	-	36
	Esportes de Raquete	36	18	18	36
	Tópicos Avançados em Atividades Físicas Adaptadas	36	18	18	36
	Psicologia da Educação	36	36	-	36
	Metodologia Práticas Corporais Integrativas	36	18	18	36
	Jogos Esportivos Coletivos: Teoria de Compreensão e de Ensino de Claude Bayer	36	36	-	36
	Pesquisa-Ação e Planejamento da Educação Física Escolar	36	36	-	36
	Psicologia do Esporte	36	36	-	36

Quadro 15. Atividades teórico-práticas de aprofundamento de áreas específicas de interesse dos alunos

Além das disciplinas listadas acima, poderão ser consideradas como carga horária eletiva as disciplinas do curso Educação Física/Bacharelado listadas abaixo:

CÓDIGO	DISCIPLINAS ELETIVAS	CARGA HORÁRIA			
		Ch. Semanal	Ch. Teórica	Ch. Prática	Total
	Bioética	36	36	-	36
	Bioquímica Aplicada às Atividades Físicas	36	36	-	36
	Fundamentos da Bioestatística I	36	36	-	36
	Farmacologia Aplicada à Atividade Física	36	36	-	36
	Política e Organização da Educação Física, Esporte e Lazer	36	36	-	36
	Nutrição e Atividade Física	36	36	-	36
	Métodos e Sistemas para o Treinamento Físico Geral	36	36	-	36
	Atividade Física para Terceira Idade	36	36	-	36
	Aspectos Sócio-Antropológicos das Atividades Corporais	36	18	18	36

#### X. DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA POR COMPONENTE CURRICULAR

COMPONENTES CURRICULARES	CH 60 min	PERCENTUAL %
Disciplinas obrigatórias	2142	65,6
Disciplinas eletivas	144	4,4
Estágio Supervisionado	400	12,25
Atividades Acadêmicas Científico-Culturais	200	6,13
TCC	36	1,10
Atividades Curriculares de Extensão (ACE)	342	10,5
Prática como componente curricular obrigatório*	414	12,7
Carga horária total	3.264	100

Quadro 16 - Distribuição da Carga Horária por Componente Curricular

\*\* A carga horária da prática como componente curricular obrigatório está incluída na carga horária das disciplinas obrigatórias.

## XI. EMENTAS DOS COMPONENTES CURRICULARES E ACE's

### 1º PERÍODO

Componente Curricular: Profissão Docente	
Carga Horária total: 54h	
Carga Horária Teórica: 54h	Carga Horária Prática: 00h
Ementa: Estudo da constituição histórica e da natureza do trabalho docente, articulando o papel do Estado na formação e profissionalização docente e da escola como principal locus de expressão desse trabalho.	
Bibliografia Básica ARROYO, Miguel. Ofício de mestre; imagens e autoimagens. Petrópolis: Vozes, 2000. COSTA, Marisa C. Vorraber. Trabalho Docente e Profissionalismo: uma análise sobre gênero, classe e profissionalismo no trabalho de professoras e professores de classes populares. Porto Alegre: Sulina, 1995. MARQUES, Maria Auxiliadora de Resende Braga; DAVID, Alessandra. As interfaces da profissão docente. São Paulo: Junqueira & Marin, 2012.	
Bibliografia complementar VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Profissão Docente: novos estudos, novas perspectivas. Campinas: Papyrus, 2012. VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. História da Profissão Docente no Brasil: representações em disputa. São Paulo: Cortez Editora, 2009, 234p.	

Componente Curricular: Organização do Trabalho Acadêmico	
Carga Horária: 36h	
Carga Horária Teórica: 36h	Carga Horária Prática: 00h
Ementa: Estudos relacionados à conduta acadêmica, organização, análise e compreensão de textos teóricos. O conhecimento de diferentes trabalhos acadêmico-científicos e seus aspectos técnicos e normativos.	
Bibliografia Básica: CARVALHO, M. C. M. (org.) Construindo o saber; metodologia, fundamentos e técnicas. 24ª ed., Campinas - SP: Papyrus, 2013. LAKATOS, E. & MARCONI, M. de A. Fundamentos da metodologia Científica. 7ª. ed., São Paulo: Atlas, 2010. SEVERINO. A. J. Metodologia do trabalho científico. 24ª ed., São Paulo: Cortez, 2016.	

Bibliografia Complementar:

CALAZANS, J. Iniciação científica: construindo o pensamento crítico. São Paulo: Cortez, 1999.

COSTA, A. R. F. et al. Orientações metodológicas para produção de trabalhos acadêmicos. 8ª Ed. Maceió: Edufal, 2010.

GUEDES, E. M. [et al.] Padrão Ufal de Normalização - Maceió: Edufal, 2012. Disponível em: <  
<http://www.ufal.edu.br/unidadeacademica/iqb/pt-br/pos-graduacao/renorbio/normas-1>  
[http://www.sibi.ufal.br/Padrao\\_Ufal\\_de\\_Normatizacao.pdf](http://www.sibi.ufal.br/Padrao_Ufal_de_Normatizacao.pdf)>. Data de acesso: 28/02/2018.

GUEDES, E. M. Curso de metodologia científica. 2ª Ed. Curitiba: HD livros Editora, 2000.

SANTOS, I. E. Textos selecionados de métodos e técnicas da pesquisa científica. 2ª Edição. Rio de Janeiro: IMPETUS, 2000.

Componente Curricular: Técnicas de Informática e de Comunicação

Carga Horária total: 54h

Carga Horária Teórica: 36h

Carga Horária Prática: 18h

Ementa:

Estuda a importância das TIC na Educação Física, potencialidades pedagógicas e os desafios que emergem a partir da introdução destas na prática educativa e suas relações nos espaços de aprendizagem. Elaboração de projetos com atividades práticas envolvendo TIC nas aulas de Educação Física.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, Maria Elizabeth B.; DIAS, Paulo; SILVA, Bento D. (orgs). Cenários de inovação para a educação na sociedade digital. São Paulo: Loyola, 2013.

BARBA, Carme; CAPELLA, Sebastián (orgs). Computadores em sala de aula: métodos e usos. Porto Alegre: Penso, 2012.

COUTO, Edvaldo; PORTO, Cristiane; SANTOS, Edmea (orgs). App-learning: experiências de pesquisa e formação. Salvador: Edufba, 2016.

Bibliografia Complementar:

DARIDO, Suraya C.; SOUZA JÚNIOR, Osmar M. Para ensinar Educação Física: possibilidades de intervenção na escola. 7.ed. Campinas: Papirus, 2013.

DUDENEY, Gavin; KOCKLY, Nicky; PEGRUM, Mark. Letramentos digitais. São Paulo: Parábola, 2016.

FINCK, Sílvia C. A Educação Física e o esporte na escola: cotidiano, saberes e formação. 2.ed. Curitiba: IBPEX, 2011.

OSBORNE, Renata; SILVA, Carlos A.; SANTOS, Roberto F. Complexidade da Educação Física escolar. Rio de Janeiro: Laparina/Faperj, 2013.

PEREZ-GOMEZ, Ángel I. Educação na era digital: a escola educativa. Porto Alegre: Penso, 2015.

Componente Curricular: Educação e Diversidade

Carga Horária total: 54h

Carga Horária Teórica: 36h

Carga Horária Prática: 18h

Ementa:

Análise sócio-histórica da diversidade no contexto brasileiro. Discussão do significado das desigualdades sociais e da relação inclusão/exclusão. Estudo das relações de gênero, etnia, condição socioeconômica e de deficiência na educação.

Bibliografia Básica:

BOCK, A, M, B. Psicologia e Desigualdade Social. Revista Psicologia, Diversidade e Saúde, vol. 5, n. 2, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822009000300010>.<http://dx.doi.org/10.17267/2317-3394rpds.v5i2.1112>

CANDAU, V.M. Somos tod@s iguais? Escola, discriminação e educação em direitos humanos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HALL. S. A identidade cultural na pós-modernidade. 9 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

Bibliografia Complementar:

LOURO, G. L. Gênero, Sexualidade e Educação. Petrópolis: Vozes, 1997.

NOGUEIRA, Ana Lúcia H. O trabalho docente nos múltiplos sentidos da diversidade. In: KASSAR, Mônica de C.M. (org.) Diálogos com a diversidade: desafios da formação de educadores na contemporaneidade. Campinas/SP: 2010. p. 55-75.

Componente Curricular: Pedagogia do Esporte

Carga Horária total: 36h

Carga Horária Teórica: 18h

Carga Horária Prática: 18h

Ementa:

Estudo sobre o conceito e as abordagens teórico-práticas do esporte e iniciação esportiva: Conceito e classificação do esporte moderno. O esporte como expressão da cultura corporal de movimento e suas implicações para o ensino das modalidades esportivas. Diversificação e especialização esportiva. Teorias e métodos de ensino dos jogos esportivos. Os esportes e suas lógicas internas. Esportes individuais e coletivos: conceitos, estruturas invariantes e princípios operacionais. Esportes tradicionais e radicais: conceitos e princípios estruturadores. Experiências possíveis no esporte. Jogos pré-desportivos: conceitos, princípios e classificação.

Bibliografia Básica

BAYER, C. O ensino dos desportos colectivos. Lisboa: Dinalivro, 1994.

REVERDITO, R.; SCAGLIA, A. J.; PAES, R. R. Pedagogia do esporte: panorama e análise conceitual das principais abordagens. Motriz, Rio Claro, v. 15, n. 3, p. 600-610, 2009.

SADI, RENATO SAMPAIO. Pedagogia do esporte: explorando os caminhos da formação permanente e da intervenção criativa em crianças e jovens esportistas. São Paulo: Icone, 2016, 192 p.

#### Bibliografia Complementar

BENTO, José Olímpio. Contexto e Perspectivas. Separata de: Pedagogia do Desporto: perspectivas e problemáticas. Lisboa, 2000, p. 05-95.

GRECO, P. J.; BENDA, R. N. Iniciação Esportiva Universal I: da aprendizagem motora ao treinamento técnico. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

PAES, R. R. & BALBINO, H. F. Pedagogia do Esporte: Contextos e Perspectivas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

TEODORESCU, L. Problemas de teoria e metodologia nos jogos desportivos. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.

VANCINI, R. L. et al. A pedagogia do ensino das modalidades esportivas coletivas e individuais: um ensaio teórico. Conexões: Revista da Faculdade de Educação Física da Unicamp, v. 13, n. 4, p. 137-154, 2015.

Componente Curricular: Metodologia do Ensino do Atletismo

Carga Horária total: 72h

Carga Horária Teórica: 36h

Carga Horária Prática: 36h

#### Ementa:

Estudo teórico-prático dos elementos constitutivos do Atletismo, fundamentos pedagógicos, e sua aplicação como prática pedagógica na escola.

#### Bibliografia Básica:

MATTHIESEN, S. Q. Atletismo se aprende na escola. 2. ed. Jundiaí, SP: Fontoura, 2009

MATTHIESEN, S. Q. Atletismo: teoria e prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

TEIXEIRA, H. V. Educação Física e desportos: técnicas, táticas, regras e penalidades. 5. Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

#### Bibliografia Complementar:

COICEIRO, G. A. 1000 exercícios e jogos para o atletismo. 3.ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2011.

FERNANDES, J. L. Atletismo: lançamentos e arremessos. São Paulo: EPU, 2003.

\_\_\_\_\_. Atletismo: saltos. São Paulo: EPU, 2001.

\_\_\_\_\_. Atletismo: corridas. São Paulo: EPU, 2001.

KIRSCH, A.; SILVEIRA, G. E. A. (Trad.). Antologia do Atletismo: metodologia para iniciação para escolas e clubes. 4 ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1997. 178 p.

Componente Curricular: Metodologia do Ensino da Ginástica

Carga Horária total: 72h

Carga Horária Teórica: 36h

Carga Horária Prática: 36h

Ementa:

Estudo do campo da ginástica e sua prática pedagógica na escola. Possibilidades de construções metodológicas na perspectiva da cultura corporal de movimento.

Bibliografia Básica:

AYOUB, E. Ginástica Geral e Educação Física Escolar. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

BALBINO, H. F. Inteligências múltipla: uma experiência em pedagogia do esporte da atividade física no Sesc São Paulo. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2014.

GAYA, A & SILVA, G. PROESP-BR: manual de aplicação de medidas e testes, normas e critérios de avaliação. Jul, 2007.

GRAMORELLI, L. C. Concepções de cultura corporal e seus reflexos no ensino da educação física. In: NEIRA, M. G. Educação Física Cultural. São Paulo: Blucher, 2016.

Bibliografia Complementar:

FARINATTI, P. T. V. Criança e a atividade física. Rio de Janeiro: Sprint, 1995.

LOVISOLO, H. Atividade física, educação e saúde. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.

NEIRA, M. G. "Ginástica na escola"; "Orientações Didáticas" e "Relato de Experiência". In: In: Práticas corporais: brincadeiras, danças, lutas, esportes e ginásticas. São Paulo: Melhoramentos, 2014. p. 168-189.

OLIVEIRA, N. R. C. Ginástica para todos: perspectivas no contexto do lazer. Revista Mackenzier de educação física e esporte- 2007, 6 (1:27-35).

SHARKEY, Brian. Aptidão física ilustrada. Porto Alegre: Artemed, 2012.

PALMA, A. Educação Física, corpo e saúde: uma reflexão sobre outros "modos de olhar" Revista Brasileira de Ciências do Esporte. Florianópolis. v. 22, n. 2, p. 22-29, jan. 2001.

SOARES, C. L. Educação Física: raízes europeias e Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

## 2º PERÍODO

Componente Curricular: Política e Organização da Educação Básica no Brasil	
Carga Horária total: 72h	
Carga Horária Teórica: 72h	Carga Horária Prática: 00h
Ementa:  Estudo das políticas e da organização dos Sistemas Educacionais brasileiro e alagoano no contexto das transformações da sociedade contemporânea, a partir de análise histórico-crítica das políticas educacionais, das reformas de ensino, dos planos de educação e da legislação educacional.	
Bibliografia Básica:  ABREU, Mariza. Organização da Educação Nacional na Constituição e a LDB. Ijuí/ SC: UNIJUI. 1999.  AZEVEDO, Janete Maria Lins. A educação como política pública. Campinas/SP: Autores Associados, 1997  FREITAG, Bárbara. Escola, Estado e sociedade. 7 ed. rev. Rio de Janeiro: Moraes, 2007.	
Bibliografia Complementar:  LIRA, Sandra. Alagoas 2000-2013. São Paulo: Perseu Abramo, 2013.  SAVIANI, Dermeval. Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação: significado, controvérsias e perspectivas. Campinas, SP: Autores Associados, 2014	

Componente Curricular: Libras	
Carga Horária total: 54h	
Carga Horária Teórica: 27h	Carga Horária Prática: 27h
Ementa:  Estudo da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), da sua estrutura gramatical, de expressões manuais, gestuais e do seu papel para a comunidade surda.	
Bibliografia Básica:  BRITO, Lucinda Ferreira. Por uma gramática de Língua de Sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, Departamento de Lingüística e Filologia, 1995.  NEMBRI, Armando Guimarães e SILVA, Angela Carrancho da. Ouvindo o silêncio: surdez, linguagem e educação. 3ª Ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2012.  QUADROS, Ronice M., KARNOPP, Lodernir Becker. Línguas de sinais brasileira: Estudos lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.	
Bibliografia Complementar:	

BARROS, Mariângela Estelita. ELiS: sistema brasileiro de escrita das línguas de sinais. Porto Alegre: Penso, 2015.

BOTELHO, Paula. Linguagem e letramento na educação dos surdos. Ideologias e práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

COUTINHO, Denise. Libras e Língua Portuguesa: semelhanças e diferenças. João Pessoa Editor: Arpoador, 2000.

QUADROS, Ronice M. Educação de Surdos: a aquisição da linguagem. PortoAlegre: Artes Médicas, 2007.

RIBEIRO, Veridiane Pinto. Ensino de Língua Portuguesa para surdos: percepções de professores sobre adaptação curricular em escolas inclusivas. Curitiba: Editora Prismas, 2013.

Componente Curricular: Bases da Anatomia Humana	
Carga Horária total: 72h	
Carga Horária Teórica: 36h	Carga Horária Prática: 36h
<p>Ementa:</p> <p>Nomenclatura anatômica e sua identificação: músculos, ossos, articulações, sistemas e órgãos; Estudo descritivo dos sistemas orgânicos: ênfase especial no aparelho locomotor e nos sistemas circulatório, respiratório, endócrino, digestivo e nervoso aplicado à Educação Física.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>BLANDINE ET Alli. Anatomia para o movimento. Vol I e II. São Paulo: Manole, 1998.</p> <p>D'ANGELO, J.G. &amp; Fattini, C.A. Anatomia básica dos sistemas orgânicos. São Paulo: Atheneu, 2000.</p> <p>FERNER ET Alli. Atlas de anatomia humana. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>MOORE, Keith. Anatomia aplicada. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.</p> <p>PALASTANGA, NIGEL; FIELD, DEREK; SOAMES, ROGER. Anatomia e movimento humano: estrutura e função. São Paulo: Manole, 2000.</p>	

Componente Curricular: Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação Física	
Carga Horária total: 72h	
Carga Horária Teórica: 72h	Carga Horária Prática: 00h
<p>Ementa:</p> <p>Análise dos conceitos filosóficos e históricos básicos da racionalidade humana em sua relação com a modernidade (científico-tecnológica), com a visão dialética, com a formação dos sujeitos históricos (corporais) e com a Educação Física e o Esporte, como aquisição de um instrumental teórico e epistemológico que possibilite a especulação e reflexão acerca dos desafios mais cruciais da Área de Educação Física na atualidade. Desafios, perspectivas e concepções sobre o corpo e suas relações com a saúde, qualidade de vida e a prática regular de atividades físicas</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>CHAUÍ, M., Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 1995.</p>	

CASTELLANI, F. L., Educação Física no Brasil: a história que não se conta. 2ª ed., Campinas-SP.: Papyrus, 1991.

GHIRALDELLI, Jr. P. Educação Física Progressista: a Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos e a Educação Física Brasileira. São Paulo: Loyola, 1988.

Bibliografia Complementar:

BENJAMIN, W., Sobre o conceito da História. In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura/ Walter Benjamin. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 7ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1994.

BEREOFF, P.S., Experiência formativa e educação Física. São Paulo: UNISA, 1999.

MARINHO, I. P., História da Educação Física no Brasil. São Paulo: Cia.Brasil, 1980.

PLATÃO. In: Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

SAVIANI, D., Educação: do senso comum à consciência filosófica. São Paulo, Cortez Editora/ Autores Associados, 1991.

Componente Curricular: Metodologia do Ensino dos Jogos e Brincadeiras na Educação Física

Carga Horária total: 72h

Carga Horária Teórica: 18h

Carga Horária Prática: 54h

EMENTA:

Estudo dos jogos e brincadeiras como procedimento de ensino e discussão socioantropológica em diferentes populações. E sua aplicação como prática pedagógica na escola.

Bibliografia Básica:

CALLOIS, R. Os jogos e os homens. Lisboa: Cotovia, 1990.

CHATEAU, J. O jogo e a criança. São Paulo: Summus, 1987.

HUIZINGA, J. Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura. São Paulo: Perspectiva, 1980.

Bibliografia Complementar:

CALLOIS, R. Teoria do Jogo: a dimensão lúdica da existência humana. Petrópolis: Vozes, 2007.

DARIDO, Suraya Cristina; RANGEL, Irene Conceição Andrade (orgs.). Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. (Educação Física no ensino superior).

FREIRE, J. B.; VENÂNCIO, Silvana (orgs.). O Jogo dentro e fora da escola. Campinas: Autores Associados. 2005. (Coleção Educação Física e Esportes).

PIAGET, J. A formação do símbolo na criança. Rio de Janeiro: Pioneira, 1979.

VIGOTSKI, L. S. Formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

Componente Curricular: Metodologia de Ensino da Natação I	
Carga Horária total: 36h	
Carga Horária Teórica: 18h	Carga Horária Prática: 18h
<p>Ementa: Estudo teórico-prático dos elementos básicos constitutivos da Natação, procedimentos pedagógicos dos nados crawl e costas e sua aplicação prática na escola.</p>	
<p>Bibliografia Básica: COSTA, P. H. L. da (org). Natação e atividades aquáticas: subsídios para o ensino. São Paulo: Manole, 2010. ISBN 9588541101202.</p> <p>KRUG, D. F.; MAGRI, P. E. F. Natação: aprendendo para ensinar. São Paulo: All Print Editora, 2012. ISBN 9788541101202.</p> <p>PALMER, M. L., A ciência do ensino da natação. São Paulo: Manole 1990.</p> <p>Bibliografia Complementar: CATTEAU, R.; GAROFF, G. O ensino da natação. 3 ed. São Paulo: Manole, 1990.</p> <p>GREGUOL, M. Natação adaptada: em busca do movimento com autonomia. São Paulo: Manole. 2010.</p> <p>MAGLISCHO, E. W. Nadando o mais rápido possível, 3 ed, São Paulo: Manole, 2010.</p> <p>MAKARENKO, I. P. Natação: seleção de talentos e iniciação desportiva. Porto Alegre: Artmed, 2001.</p> <p>MARTINS, V. Desenvolvimento motor global de crianças do 1º ciclo do ensino básico com e sem prática prévia de natação em contexto escolar. Motricidade, 2015, vol. 11, n. 1, pp. 87-97</p>	

### 3º PERÍODO

Componente Curricular: Desenvolvimento e Aprendizagem	
Carga Horária total: 72h	
Carga Horária Teórica: 72h	Carga Horária Prática: 00
<p>EMENTA: Estudos dos processos psicológicos do desenvolvimento e da aprendizagem na infância, na adolescência e na fase adulta segundo as teorias da Psicologia em sua interface com a Educação.</p>	
<p>Bibliografia Básica: COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004, vol. 1.</p> <p>KUPFER, M. C. Freud e a Educação. O mestre do impossível. 3ª Ed. São Paulo: Scipione, 1995.</p> <p>MOREIRA, M. B.; MEDEIROS, C. A. Princípios básicos de análise do comportamento. São Paulo: Artmed, 2007.</p>	

**Bibliografia Complementar:**

OLIVEIRA, M. K. Vygotsky: Aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 2010.

SHAFFER, D. R.; KIPP, K. Psicologia do Desenvolvimento: infância e adolescência. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

**Componente Curricular: Bases de Fisiologia Humana**

**Carga Horária total: 72h**

**Carga Horária Teórica: 72h**

**Carga Horária Prática: 00h**

**Ementa:**

Estudo das bases fisiológicas na organização funcional do corpo humano no contexto da educação física escolar

**Bibliografia Básica:**

CONSTANZO, L. Fisiologia. 5a. Ed. Elsevier, 2014

SILVERTHORN, D. U. Fisiologia Humana: uma abordagem integrada. 5a. ed. Artmed, 2010, 992p.

TORTORA, G.J.; DERRICKSON, B. Princípios de Anatomia e Fisiologia (Livro Digital). 12ª Ed., Guanabara Koogan, 2014.

**Bibliografia Complementar:**

TORTORA, G.J.; DERRICKSON, B. Princípios de Anatomia e Fisiologia (Livro Digital). 12ª Ed., Guanabara Koogan, 2014.

WIDMAIER, E.P.; RAFF, H.; STRANG, K.T. VANDER. Os mecanismos das funções corporais. 12a.Ed. Guanabara Koogan, 2013

WILMORE, J. H.; COSTILL, D. L. Fisiologia do Exercício e do Esporte. São Paulo: Ed. Manole, 2010.

POWERS, S.K. & HOWLEY, E.T. Fisiologia do exercício. Teoria e aplicação ao condicionamento e ao desempenho. 9ª.Ed. Manole, 2017.

ROWLAND, T. W. Fisiologia do Exercício na Criança. 2a.ed. Manole, 2008, 312p.

**Componente Curricular: Sociologia das Práticas Corporais**

**Carga Horária total: 36h**

**Carga Horária Teórica: 18h**

**Carga Horária Prática: 18h**

**Ementa:**

Estudo sobre a diversidade das práticas corporais e suas relações na sociedade contemporânea. Reflexão sobre os conceitos de técnicas corporais, corpo, controle e disciplina e suas implicações sociais na intervenção da Educação Física. Análise das relações entre políticas do corpo e práticas corporais na contemporaneidade, aspectos sociológicos do esporte, gênero e etnia e suas correlações com a Educação Física escolar.

**Bibliografia Básica:**

BRACHT, Valter. Sociologia crítica do esporte. 3ª ed. Ijuí: Unijuí, 2009.

FOUCAULT, Michel. Os corpos dóceis. In: Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1991.

LE BRETON, David. A sociologia do corpo. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

Bibliografia Complementar:

ARON, R. As etapas do pensamento Sociológico. Martins Fortes, São Paulo, 1995.

DAOLIO, Jocimar (Org). Futebol, cultura e sociedade. Campinas: Autores Associados 2005.

HELAL, Ronaldo. O que é sociologia do esporte? São Paulo: Brasiliense, 1990.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Guanabara, c1989

LE BRETON, David. As paixões ordinárias: antropologia das emoções. Petrópolis: Vozes, 2009.

MAUSS, MARCEL. As técnicas do corpo. In: MAUSS, MARCEL. Sociologia e antropologia. Cosac & Naify, 2003.

Componente Curricular: Crescimento e Desenvolvimento Motor

Carga Horária total: 54h

Carga Horária Teórica: 36h

Carga Horária Prática: 18h

Ementa:

Estudo dos processos que envolvem o crescimento físico, o desenvolvimento motor e maturacional, relacionando-os ao desenvolvimento humano.

Bibliografia Básica:

GALLAHUE, D.L.; OZMUN, J. C.; GOODWAY Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos. 7 Ed. São Paulo: Phorte Editora, 2013.

GUEDES, D.P.; GUEDES, J.E. Manual prático para avaliação em Educação física. Barueri SP: Manole, 2006.

HAYWOOD, K.M.; GETCHELL, N. Desenvolvimento motor ao longo da vida. 5 Ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

Bibliografia Complementar:

BEE, H.L.; BOYD, D. A criança em desenvolvimento. 12 Ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

GALLAHUE, D; DONNELLY, F.C. Educação física desenvolvimentista para todas as crianças. 4 Ed. São Paulo: Phorte, 2008.

MALINA, R.M.; BOUCHARD, C.; BAR-OR, O. Crescimento, maturação e atividade física. 2 Ed. São Paulo: Phorte Editora, 2009.

PAPALIA, D.E.; FELDMAN, R.D. Desenvolvimento humano. 12 Ed. Porto Alegre: AMGC, 2013.

SHAFFER, D.R.; KIPP, K. Psicologia do desenvolvimento: infância e adolescência. 2 Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

Componente Curricular: Metodologia de Ensino do Basquetebol	
Carga Horária total: 72h	
Carga Horária Teórica: 18h	Carga Horária Prática: 54h
<p>Ementa: Estudo teórico-prático dos elementos constitutivos do Basquetebol, procedimentos pedagógicos e sua aplicação como prática pedagógica na escola.</p>	
<p>Bibliografia Básica: FERREIRA, Aluísio Elias X. L.; DE ROSE JR, Dante. Técnicas e Táticas, São Paulo: Editora E.P.U 2010.</p> <p>MARONEZE, Sérgio. Manual de Ensino do basquetebol, São Paulo: Editora Icone, 2013.</p> <p>ROSE JUNIOR, Dante de; TRICOLI, Valmor. Uma Visão Integrada entre Ciência e Prática, Curitiba: Editora Manole, 2010.</p> <p>Bibliografia Complementar: BENTO, José Olímpio. Contexto e Perspectivas. Separata de: Pedagogia do Desporto: perspectivas e problemáticas. Lisboa, 2000, p. 05-95.</p> <p>DE ROSE JR, Dante. Do Treino ao Jogo. Curitiba: Editora Manole, 2017.</p> <p>GRECO, P. J.; BENDA, R. N. Iniciação Esportiva Universal I: da aprendizagem motora ao treinamento técnico. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.</p> <p>PAES, Montagner. Pedagogia do Esporte: Iniciação e Treinamento em Basquetebol, Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 2009</p> <p>RODRIGUES, Heitor de A. Educação Física no Ensino Superior. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 2012.</p> <p>PAES, R. R.&amp; BALBINO, H. F. Pedagogia do Esporte: Contextos e Perspectivas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.</p>	

Componente Curricular: Metodologia de Ensino da Natação II	
Carga Horária total: 36h	
Carga Horária Teórica: 18h	Carga Horária Prática: 18h
<p>Ementa: Estudo teórico-prático dos elementos constitutivos da Natação, procedimentos pedagógicos dos peito e borboleta. Aspectos da natação competitiva. e sua aplicação como prática pedagógica na escola.</p>	
<p>Bibliografia Básica COSTA, P. H. L. da (org). Natação e atividades aquáticas: subsídios para o ensino. São Paulo: Manole, 2010. ISBN 9588541101202.</p> <p>KRUG, D. F.; MAGRI, P. E. F. Natação: aprendendo para ensinar. São Paulo: All Print Editora, 2012. ISBN 9788541101202.</p> <p>PALMER, M. L., A ciência do ensino da natação. São Paulo: Manole1990.</p> <p>Bibliografia Complementar: CATTEAU, R.; GAROFF, G. O ensino da natação. 3 ed. São Paulo: Manole, 1990.</p> <p>GREGUOL, M. Natação adaptada: em busca do movimento com autonomia. São Paulo: Manole. 2010.</p>	

MAGLISCHO, E. W. Nadando o mais rápido possível, 3 ed, São Paulo: Manole, 2010.

MAKARENKO, I. P. Natação: seleção de talentos e iniciação desportiva. Porto Alegre: Artmed, 2001.

GRECO, Camila Coelho. Aspectos Fisiológicos e Técnicos da Natação. 1ª Ed. Guanabara, 2011.

	Nome/modalidade da ACE ACE 1: Projeto (Parte 1)
	Período letivo de oferta 3º Período
	Distribuição de carga horária (teórico e prática) Teórico - 20h Prática - 30h
	Ementa Execução da primeira etapa do projeto de extensão com duração de duas semestralidades vinculados a uma ou mais linha de extensão.
	Público-alvo Público atendido pelos projetos, cursos e eventos das ações de extensão de cada uma das linhas de extensão.
	Objetivos Executar as ações das linhas de extensão.
	Metodologia 25% da carga horária para planejamento da ação de extensão; 50% da carga horária para a execução das ações meio da ACE; 25% avaliação e elaboração de relatório
	Indicadores/instrumentos de aval. e acompanhamento da ACE Quantitativo de participantes externos e internos; Quantitativo de docentes Quantitativo de instituições e/ou órgãos públicos
	Bibliografia Básica CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3.ed. Porto Alegre: Artmed/Bookman, 2010.  BRASIL. Resolução Normativa nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Resolução CNE/CEB 5/2009. Brasília, 18 dez. 2009. Seção 1, p. 18.  FONSECA, Vitor da. Manual de observação psicomotora: significação psiconeurológica dos fatores psicomotores. 3ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2012.
	Bibliografia Complementar GRECO, Camila Coelho. Aspectos Fisiológicos e Técnicos da Natação. 1ª Ed. Guanabara, 2011.  DE ROSE JR, Dante. Do Treino ao Jogo. Curitiba: Editora Manole, 2017.  HAYWOOD, K.M.; GETCHELL, N. Desenvolvimento motor ao longo da vida. 5 Ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.  LE BRETON, David. A sociologia do corpo. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

#### 4º PERÍODO

Componente Curricular: Gestão da Educação e do Trabalho Escolar	
Carga Horária total: 72h	
Carga Horária Teórica: 72h	Carga Horária Prática: 00h
<p>Ementa: Estudo da gestão educacional no âmbito do(s) sistema(s), com foco no planejamento, e da escola como organização social e educativa: concepções, características e elementos constitutivos do sistema de organização e gestão do trabalho escolar, tendo como eixo o projeto político-pedagógico.</p>	
<p>Bibliografia Básica: GANDIN, Danilo. Soluções de planejamento para uma prática estratégica e participativa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.</p> <p>LIBÂNEO, J. C. Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática. 5 ed (rev e ampl.) São Paulo: Heccus Editora, 2011.</p> <p>LIMA, Licínio C. A escola como organização educativa: uma abordagem sociológica. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.</p> <p>Bibliografia Complementar: MEYER Jr., Victor. A Escola como organização complexa. In: Ana Maria Eyng; Maria Lourdes Gisi. (Org.). Políticas e Gestão da Educação Superior: desafios e perspectivas. Ijuí: Editora Unijuí, 2007, v., p. 231-261.</p> <p>VASCONCELLOS, Celso dos S. Planejamento: Projeto de Ensino-aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico. São Paulo: Libertad, 2005.</p> <p>VEIGA, I. P. A. e FONSECA, Marilia (orgs.). As dimensões do Projeto Político-Pedagógico: novos desafios para a escola. 8 ed. São Paulo: Papirus, 2010.</p>	

Componente Curricular: Didática	
Carga Horária total: 72h	
Carga Horária Teórica: 72h	Carga Horária Prática: 00h
<p>Ementa: Estudo da didática como práxis docente, nas suas dimensões política, técnico-pedagógica, epistemológica e cultural, bem como suas relações com o currículo e na constituição do ensino, considerando diferentes contextos sócio-históricos. Reflexão e conhecimento das proposições teórico-práticas quanto à relação professor/a-aluno/a-conhecimento e aos processos de planejamento e avaliação do ensino-aprendizagem.</p>	
<p>Bibliografia Básica: GANDIN, Danilo; CRUZ, Carrilho. Planejamento na sala de aula. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 2006</p> <p>LIBÂNEO, José Carlos. ALVES, Nilda. (Org.) Temas de Pedagogia: diálogo entre didática e currículo. São paulo: Cortez, 2012.</p> <p>LIBÂNEO, José Carlos. Didática. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2013.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p>	

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011.

SAVIANI, Demerval. Escola e Democracia. 42 ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

Componente Curricular: Aprendizagem e Controle Motor

Carga Horária: 54h

Carga Horária Teórica: 36h

Carga Horária Prática: 18h

EMENTA:

Estudo das teorias, processos e mecanismos da aprendizagem e controle motor.

Bibliografia Básica:

MAGILL, R. A. Aprendizagem motora: conceitos e aplicação. 5 Ed. São Paulo: Editora Edgard Blucher Ltda, 2000.

SCHMIDT, R. A.; WRISBERG, C. A. Aprendizagem e performance motora: uma abordagem da aprendizagem baseada no problema. 2 Ed. Porto Alegre: Artmed editora, 2001.

SHUMWAY-COOK, A; WOOLLACOTT. Controle motor: teoria e aplicação. 3 Ed. Barueri, SP: Manole, 2010.

Bibliografia Complementar:

GALLAHUE, D.L.; OZMUN, J.C.; GOODWAY Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos. 7 Ed. São Paulo: Phorte Editora, 2013.

GALLAHUE, D; DONNELLY, F.C. Educação física desenvolvimentista para todas as crianças. 4 Ed. São Paulo: Phorte, 2008.

HAYWOOD, K.M.; GETCHELL, N. Desenvolvimento motor ao longo da vida. 5 Ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

TANI, G. Comportamento motor: aprendizagem e desenvolvimento. São Paulo: Guanabara Koogan, 2005.

Disciplina: Metodologia do Ensino do Futebol

Carga Horária total: 36h

Carga Horária Teórica: 18h

Carga Horária Prática: 18h

Ementa:

Estudo teórico-prático dos elementos constitutivos do Futebol, fundamentos pedagógicos. E sua aplicação como prática pedagógica na escola.

Bibliografia Básica:

FREIRE, João Batista. Pedagogia do Futebol. 2.ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

SCAGLIA, Alcides José. O futebol e as brincadeiras de bola. São Paulo: Phorte Editora, 2011.

WEINECK, Jurgen. Futebol total: o treinamento físico no futebol. Guarulhos: Phorte, 2000. 555p.

Bibliografia Complementar:

GRECO, Pablo. J.; BENDA, R. N. Iniciação esportiva universal: da aprendizagem motora ao treinamento técnico. Belo Horizonte: UFMG, 2007. v.2. 228 p

MENESES, Juan Pablo. Dente de Leite S.A: a indústria dos meninos de bola. São Paulo, Editora Amarilys 2014.

MOURA, Eriberto José L. Nos domínios do futebol feminino: Rio de Janeiro e São Paulo como cenário (1913-2003). Maceió, Edufal, 2015.

ROCHA, Hugo P. A. DA. O Futebol como carreira: a escola como opção: o dilema do jovem atleta em formação. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017, p. 289 f.

VIEIRA, Álvaro José Camargo. Experiência, escola e formação de crianças: estudo sobre futebol escolar. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013, 159 p.

Componente Curricular: Metodologia de Ensino do Handebol

Carga Horária total: 54h

Carga Horária Teórica: 18h

Carga Horária Prática: 36h

Ementa:

Estudo teórico-prático dos elementos constitutivos do Handebol, procedimentos pedagógicos e sua aplicação como prática pedagógica na escola.

Bibliografia Básica:

EHRE, A. et al. Manual de Handebol: Treinamento de Base Para Crianças e Adolescentes. Tradução Pablo Juan Greco - São Paulo Phorte Editora; 2002

GRECO, J.P. e ROMERO, Juan J. Fernandez. Manual de Handebol da iniciação ao alto nível. Phorte Editora, 2012.

GRECO, P. J. (org.). Iniciação esportiva universal: Metodologia da iniciação esportiva na escola e no clube. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

Bibliografia Complementar:

EHRET, Arno; SCHUBERT, Renate; SPÄTE, Dietrich. Manual de handebol: treinamento de base para crianças e adolescentes. São Paulo: Phorte, 2002.

FALKOWSKI, M. M<sup>a</sup> M., FERNÁNDEZ, E. E. Metodologia Lineal el argumento de una posibilidad. Madrid: Editorial Esteban Sanz Martinez, 1987.

GRECO, P. J., BRENDA, R. N. (Org.). Iniciação esportiva universal: Da aprendizagem motora ao treinamento técnico. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

KÄSLER, H. Handebol do aprendizado ao jogo disputado. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico.

MARTINI, K. O andebol: técnica, tática e metodologia. Publicações Europa América, 1980.

## Ementa da ACE

	<b>Nome/modalidade da ACE</b> ACE 2 Projeto: Parte 2
	<b>Período letivo de oferta</b> 4º Período
	<b>Distribuição de carga horária (teórico e prática)</b>

	Teórico - 20h Prática - 40h
	<b>Ementa</b> Execução da segunda etapa do projeto de extensão com duração de duas semestralidades vinculados a uma ou mais linhas de extensão.
	<b>Público-alvo</b> Público atendido pelos projetos, cursos e eventos das ações de extensão de cada uma das linhas de extensão.
	<b>Objetivos</b> Executar as ações das linhas de extensão.
	<b>Metodologia</b> 25% da carga horária para planejamento da ação de extensão; 50% da carga horária para a execução das ações meio da ACE; 25% avaliação e elaboração de relatório
	<b>Indicadores/instrumentos de aval. e acompanhamento da ACE</b> Quantitativo de participantes externos e internos; Quantitativo de docentes Quantitativo de instituições e/ou órgãos públicos
9	<b>Bibliografia Básica</b> GANDIN, Danilo; CRUZ, Carrilho. <b>Planejamento na sala de aula</b> . 13 ed. Petrópolis: Vozes, 2006 MAGILL, R. A. <b>Aprendizagem motora: conceitos e aplicação</b> . 5 Ed. São Paulo: Editora Edgard Blucher Ltda, 2000. SCAGLIA, Alcides José. <b>O futebol e as brincadeiras de bola</b> . São Paulo: Phorte Editora, 2011.
10	Bibliografia Complementar EHRE, A. et al. <b>Manual de Handebol: Treinamento de Base Para Crianças e Adolescentes</b> . Tradução Pablo Juan Greco - São Paulo Phorte Editora; 2002  SCAGLIA, Alcides José. <b>O futebol e as brincadeiras de bola</b> . São Paulo: Phorte Editora, 2011  GRECO, J.P. e ROMERO, Juan J. Fernandez. <b>Manual de Handebol da iniciação ao alto nível</b> . Phorte Editora, 2012.  GANDIN, Danilo; CRUZ, Carrilho. <b>Planejamento na sala de aula</b> . 13 ed. Petrópolis: Vozes, 2006  SCHMIDT, R. A.; WRISBERG, C. A. <b>Aprendizagem e performance motora: uma abordagem da aprendizagem baseada no problema</b> . 2 Ed. Porto Alegre: Artmed editora, 2001.

## 5º PERÍODO

Componente Curricular: Metodologia da Pesquisa Científica	
Carga Horária: 54h	
Carga Horária Teórica: 54h	Carga Horária Prática: 00h
<b>EMENTA:</b> Estudo e discussão sobre a pesquisa científica como processo de solução de problemas; o trabalho científico como forma de leitura e sistematização da observação empírica. Orientação, discussão e adequabilidade das possíveis escolhas temáticas, os diferentes paradigmas e a construção das etapas de projetos científicos.	
<b>Bibliografia Básica</b> CRESWELL, J. W. <b>Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto</b> . 3.ed. Porto Alegre: Artmed/Bookman, 2010.	

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Técnicas de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas. 2006.

MINAYO, O. Desafio do conhecimento. Editora Hucitec. 2006

**Bibliografia Complementar**

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2010.

HOSSNE, W.S.; VIEIRA, S. Metodologia científica para a área da saúde. Editora Campus, 2001.

THOMAS, J.R., NELSON, J.K. Métodos de Pesquisa em Atividade Física. 3.ed. ARTMED, 2002.

RIBEIRO JÚNIOR, João. O que é positivismo. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

VALDEMARIN, V. T.; SILVA, M. (orgs.) Pesquisa em educação: métodos e modos de fazer. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

**Componente Curricular: Didática da Educação Física na Educação Infantil e Fundamental**

**Carga Horária: 54h**

**Carga Horária Teórica: 18h**

**Carga Horária Prática: 36h**

**EMENTA:**

Estudo teórico-prático sobre o que é ser criança no mundo atual: infância e sociedade. Os marcos legais para o ensino da Educação Física na Educação Infantil. Planejamento e Avaliação da Educação Física na Educação Infantil. Pedagogia por projetos na Educação Infantil. Análise da Educação Física no ensino fundamental, sua importância como componente curricular, o processo ensino e aprendizagem, determinação dos objetivos, seleção de conteúdos e estratégias de ensino, recursos e formas de avaliação. Discussão da formulação e da inserção das aulas de educação física no projeto pedagógico para o ensino fundamental.

**Bibliografia Básica:**

BRASIL. Resolução Normativa nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Resolução CNE/CEB 5/2009. Brasília, 18 dez. 2009. Seção 1, p. 18.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Base Nacional Curricular Comum. Versão 2018. <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf>

**Bibliografia Complementar:**

MACEIÓ. Lenira Haddad. Secretaria Municipal de Educação (Org.). Orientações curriculares para a Educação Infantil da rede municipal de Maceió. Maceió: Edufal, 2015 (a). 271 p.

SILVANO, Sirléia. O currículo de formação ampliada em educação física e a teoria da atividade de ensino. 2014. 95 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação Física, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2014.

GANDIN D. Soluções de planejamento para uma prática estratégica e participativa. Petrópolis: Vozes, 2013.

SILVA, A. Utilizando o planejamento como ferramenta de aprendizagem. São Paulo: Global editora, 2009.

SILVA, M.; FORTES, W. Eventos: estratégias de planejamento e execução. São Paulo: Editora Summus, 2011.

Componente Curricular: Cinesiologia

Carga Horária total: 72h

Carga Horária Teórica: 36h

Carga Horária Prática: 36h

Ementa:

Estudo do movimento humano, envolvendo os aspectos estruturais, funcionais e físicos. Análise do movimento nos segmentos do corpo humano nas diversas manifestações da cultura corporal de movimento. Avaliação da postura corporal.

Bibliografia Básica:

BANKOFF, A. D. P. Morfologia e Cinesiologia Aplicada ao Movimento. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

MOURA, J. A. R.; SILVA, A. L. Postura Corporal Humana. São Paulo: Fontoura, 2012.

THOMPSON, W. C.; FLOYD, R. T. Manual de Cinesiologia Estrutural. 19ª ed. São Paulo: Manole, 2016.

Bibliografia Complementar:

GINNIS, P.M. Biomecânica do Esporte e do Exercício. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.

HALL, S.J. Biomecânica Básica. 7ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan: 2016.

HAMILTON, N. Cinesiologia: Teoria e Prática do Movimento Humano. 12ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

LIMA, C.S.; PINTO, R.S. Cinesiologia e Musculação. Porto Alegre: Artmed, 2006.

NEUMANN, D.A. Cinesiologia do Aparelho Musculoesquelético. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

Componente Curricular: Psicomotricidade e Educação Física

Carga Horária total: 72h

Carga Horária Teórica: 36h

Carga Horária Prática: 36h

EMENTA:

Estudo dos elementos psicomotores, das técnicas e recursos da intervenção, da avaliação e observação psicomotora na educação física escolar.

Bibliografia Básica:

FONSECA, Vitor da. Manual de observação psicomotora: significação psiconeurológica dos fatores psicomotores. 3ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2012.

FONSECA, Vitor da. *Psicomotricidade: filogênese, ontogênese e retrogênese*. Martins Fontes: São Paulo, 1993.

Le BOULCH, J. *A educação pelo movimento: a psicocinética na idade escolar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.

Bibliografia Complementar:

AUCOUTURIER, B. *O método Aucouturier: fantasmas de ação e prática psicomotora*. Aparecida - SP. Idéias e letras, 2007.

GONÇALVES, Fátima. *Psicomotricidade & Educação Física: A utilização das linguagens do movimento como suporte na formação psicomotora de crianças da educação infantil e fundamental 1*. São Paulo: Cultural RBL, 2001.

KABARITE, Aline & MATTOS, Vera. *Avaliação Psicomotora: um olhar para além do desempenho*. 4ª ed. Rio de Janeiro: editora Wak, 2016.

LAPIERRE, A. *Psicomotricidade relacional e análise corporal da relação*. Curitiba: UFPR, 2002.

Le BOULCH, J. *O desenvolvimento psicomotor: do nascimento aos 6 anos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.

Componente Curricular: Metodologia do Ensino do Futsal

Carga Horária total: 36h

Carga Horária Teórica: 18h

Carga Horária Prática: 18h

Ementa:

Estudo teórico-prático dos elementos constitutivos do Futsal, fundamentos pedagógicos. E sua aplicação como prática pedagógica na escola.

Bibliografia Básica:

BELLO JUNIOR, N. *A ciência do esporte aplicada ao futsal*. Rio de Janeiro: Sprint, 1988.

ENROLLER, Carlos Alberto. *Futsal: ensino e prática*. Canoas, Ed. ULBRA, 2004.

MUTTI, Daniel. *Futsal: da iniciação ao alto nível*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Phorte, 2003.

Bibliografia Complementar:

SANTANA, Walter C. *Futsal: apontamentos pedagógicos na iniciação e na especialização*. Campinas: Autores Associados, 2004.

FONSECA, Gerard Maurício Martins e SILVA, Mauro Amâncio da. *Jogos de futsal: da aprendizagem ao treinamento*. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.

MELO, Rogério Silva de. *Futebol: da iniciação ao treinamento*. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.

REZER, Ricardo e SAAD, Michel Angillo. *Futebol e Futsal: possibilidades e limitações da prática pedagógica em escolinhas*. Chapecó: Argos, 2005.

SANTANA, Wilton Carlos. *Futsal: metodologia da participação*. Londrina: ed Lido, 1997.

Componente Curricular: Estágio Supervisionado I

Carga Horária: 90h

Carga Horária Teórica: 40h

Carga Horária Prática: 50h

**EMENTA:**

Levantamento das formas de sistematização do ensino da Educação Física na escola, tendo como referência o que propõem as Diretrizes Curriculares para os diferentes níveis de escolaridade. Co-participação no ensino da Educação Física na educação infantil; elaboração de relatório de campo.

**Bibliografia Básica:**

BURIOLLA, M. A. F.. O estágio supervisionado. (3 ed.). São Paulo: Cortez Editora, 2012.

GANDIN, D. (2000). Planejamento como prática educativa. 17ª ed. São Paulo: edições Loyola, 2013.

MACEIÓ. Lenira Haddad. Secretaria Municipal de Educação (Org.). Orientações curriculares para a Educação Infantil da rede municipal de Maceió. Maceió: Edufal, 2015 (a). 271 p.

**Bibliografia Complementar:**

GARCÍA, C. M.. Formação de professores: para uma mudança educativa. Porto: Porto Editora, 1999.

GRESPLAN, M. R. Educação Física no Ensino Fundamental: primeiro ciclo. Campinas, Papirus, 2002.

HERNANDEZ, F. & Ventura, M. A organização do currículo por projetos de trabalho. 7ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

SCHÖN, D. A.. El profesional reflexivo: como piensan los profesionales cuando actúan. José Bayo (trad.). Barcelona, A & M Gráfico. 1983

ZABALA, A. A prática educativa: Como ensinar. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

**Ementa da ACE**

	Nome/modalidade da ACE ACE 3: Projeto (Parte 1)
	Período letivo de oferta 5º Período
	Distribuição de carga horária (teórico e prática) Teórico - 20h Prática - 30h
	Ementa Execução da primeira etapa do projeto de extensão com duração de duas semestralidades vinculados a uma ou mais linhas de extensão.
	Público-alvo Público atendido pelos projetos, cursos e eventos das ações de extensão de cada uma das linhas de extensão.
	Objetivos Executar as ações das linhas de extensão.
	Metodologia 25% da carga horária para planejamento da ação de extensão; 50% da carga horária para a execução das ações meio da ACE; 25% avaliação e elaboração de relatório
	Indicadores/instrumentos de aval. e acompanhamento da ACE Quantitativo de participantes externos e internos; Quantitativo de docentes

	Quantitativo de instituições e/ou órgãos públicos
	<p>Bibliografia Básica</p> <p>CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3.ed. Porto Alegre: Artmed/Bookman, 2010.</p> <p>BRASIL. Resolução Normativa nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Resolução CNE/CEB 5/2009. Brasília, 18 dez. 2009. Seção 1, p. 18.</p> <p>FONSECA, Vitor da. Manual de observação psicomotora: significação psiconeurológica dos fatores psicomotores. 3ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2012.</p>
	<p>Bibliografia Complementar</p> <p>ENROLLER, Carlos Alberto. Futsal: ensino e prática. Canoas, Ed. ULBRA, 2004</p> <p>Le BOULCH, J. A educação pelo movimento: a psicocinética na idade escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.</p> <p>THOMPSON, W. C.; FLOYD, R. T. Manual de Cinesiologia Estrutural. 19a ed. São Paulo: Manole, 2016.</p> <p>GANDIN D. Soluções de planejamento para uma prática estratégica e participativa. Petrópolis: Vozes, 2013.</p> <p>SANTANA, Walter C. Futsal: apontamentos pedagógicos na iniciação e na especialização. Campinas: Autores Associados, 2004.</p>

## 6º PERÍODO

Componente Curricular: Pesquisa Educacional	
Carga Horária total: 72h	
Carga Horária Teórica: 36h	Carga Horária Prática: 36h
<p>Ementa:</p> <p>Estudo dos processos de construção do conhecimento científico; terminologias e conceitos básicos na pesquisa educacional; etapas do planejamento e execução da pesquisa educacional; orientação das normas técnicas e metodológicas na elaboração da pesquisa científica.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>COSTA, R. et all. Orientações metodológicas para produção de trabalhos acadêmicos. 2 ed. Maceió: Edufal, 2014.</p> <p>FAZENDA, I. Metodologia da Pesquisa Educacional. São Paulo: Cortez, 2001.</p> <p>GATTI, Bernadete Angelina. A construção da pesquisa em educação no Brasil. Brasília: Liber Livro Editora. 2012.</p>	
<p>Bibliografia Complementar</p> <p>GIL, Antonio Carlos. Estudo de caso. São Paulo: Atlas, 2009</p> <p>LAKATOS, Maria Eva. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Atlas, 2009.</p>	
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>HIOLENT, M. Metodologia da Pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 2005.</p>	

NETTO, José Paulo. Introdução ao estudo do método de Marx. São Paulo: Brasiliense, 2009.

VALDEMARIN, V. T.; SILVA, M. (orgs.) Pesquisa em educação: métodos e modos de fazer. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

Componente Curricular: Metodologia do Ensino da Atividade Física Adaptada

Carga Horária: 72h

Carga Horária Teórica: 18h

Carga Horária Prática: 54h

EMENTA:

Estudo do campo da Atividade Física Adaptada aplicada ao contexto da Educação Inclusiva, como prática pedagógica na escola; da flexibilização curricular, das estratégias de ensino e dos recursos pedagógicos para a promoção da inclusão de estudantes do público alvo da Educação Especial nas aulas de Educação Física.

Bibliografia Básica:

GORGATTI, M. G.; COSTA, R. F. Atividade Física Adaptada. 3ed. São Paulo, Manole, 2013.

MAUERBERG-DE CASTRO, E. Atividade física adaptada. 2ed. Ribeirão Preto, TECMEDD, 2011.

SHERRILL, C. Adapted Physical Activity, Recreation, and Sports: crossdisciplinary and lifespan. 6th [Ed. Boston, Mc Graw Hill, 2003.](#)

Bibliografia Complementar:

CIDADE, R. E. A. FREITAS, P. E. Introdução à Educação Física Adaptada para pessoas com deficiência. Curitiba, UFPR,

GORLA, J. I. Educação Física Adaptada: o passo a passo da avaliação. Phorte Editora, 2009.

KLEIN, R. R.; HATTGE, M. D. Inclusão escolar: implicações para o currículo. Paulinas, 2009

PAN, M. O Direito à Diferença: Reflexão Sobre Deficiência Intelectual e Educação Inclusiva. IBPEX, 2010.

TEIXEIRA, L. Atividade física adaptada e saúde: da teoria a prática. São Paulo: Phorte, 2008.

Componente Curricular: Estágio Supervisionado II

Carga Horária: 110h

Carga Horária Teórica: 40h

Carga Horária Prática: 70h

EMENTA:

Participação no processo de planejamento, avaliação e operacionalização do ensino da educação física em turmas do Ensino Fundamental - 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental; elaboração de relatório de campo.

Bibliografia Básica:

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria Executiva de Educação Básica. Base Nacional Curricular Comum. Versão 2018. (<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf> )

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MACEIÓ. Diretrizes curriculares para o ensino fundamental. Maceió: Viva editora, 2014.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física, Vol. 7, Brasília, 2000.

DARIDO, S. RANGEL, I.C.A. (Org). Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

Bibliografia Complementar:

PERRENOUD, F. Dez novas competências para ensinar. Porto Alegre: Artes Médicas Sul. 2000.

PENIN, S.T.S. A aula: espaço de conhecimento, lugar de cultura. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO. Diretoria de Orientação Técnica. Orientações curriculares e proposição de expectativas de aprendizagem para o Ensino Fundamental: ciclo II: Educação Física / Secretaria Municipal de Educação - São Paulo: SME / DOT, 2007.

NISTA-PICCOLO, V.L. Esporte para saúde nos anos finais do ensino fundamental. São Paulo: Cortez, 2012.

PALMA. A.P.T.V.; OLIVEIRA, A.A.B.PALMA, J. A. V. Educação Física e a organização curricular. Londrina: Eduel, 2010.

Componente Curricular: Medidas e Avaliação em Educação Física

Carga Horária total: 72h

Carga Horária Teórica: 36h

Carga Horária Prática: 36h

Ementa:

Estudo e fundamentação dos conceitos básicos das técnicas e instrumentos avaliativos dos componentes da aptidão morfológicos e funcional-motores associando-os aos elementos da cultura corporal do movimento, aplicados ao planejamento das ações motoras na escola.

Bibliografia Básica:

GUEDES, D.P.; GUEDES, J.E.R.P. Manual prático para avaliação em educação física. Barueri-SP: Manole, 2006.

MORROW, J.R.; JACKSON, A.W.; DISCH, J.G.; et al. Medida e Avaliação do Desempenho Humano. 4a ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

TRITSCHLER, K. Medida e Avaliação em Educação Física e Esportes de Barrow e McGee. 5ª ed. São Paulo: Manole. 2003

Bibliografia Complementar:

ACHOUR JR., A.. Flexibilidade e Alongamento: Saúde e Bem-estar. 2a ed. São Paulo: Manole, 2011.

ACSM. Manual ACSM para avaliação da aptidão física relacionada à saúde. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

HEYWARD, V.H. Avaliação Física e Prescrição de Exercício: Técnicas avançadas - 6ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

MACHADO, A.F. Manual de avaliação física. 3a ed. São Paulo: Ícone, 2016.

PETROSKI, E.L. Antropometria: técnicas e padronizações. 5a ed. São Paulo: Fontoura, 2011.

## Ementa da ACE

	Nome/modalidade da ACE ACE 4 Projeto: Parte 2
	Período letivo de oferta 6º Período
	Distribuição de carga horária (teórico e prática) Teórico - 20h Prática - 40h
	Ementa Execução da segunda etapa do projeto de extensão com duração de duas semestralidades vinculados a uma ou mais linha de extensão.
	Público-alvo Público atendido pelos projetos, cursos e eventos das ações de extensão de cada uma das linhas de extensão.
	Objetivos Executar as ações das linhas de extensão.
	Metodologia 25% da carga horária para planejamento da ação de extensão; 50% da carga horária para a execução das ações meio da ACE; 25% avaliação e elaboração de relatório
	Indicadores/instrumentos de aval. e acompanhamento da ACE Quantitativo de participantes externos e internos; Quantitativo de docentes Quantitativo de instituições e/ou órgãos públicos
	Bibliografia Básica COSTA, R. et all. Orientações metodológicas para produção de trabalhos acadêmicos. 2 ed. Maceió: Edufal, 2014.  BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2017.  GORGATTI, M. G.; COSTA, R. F. Atividade Física Adaptada. 3ed. São Paulo, Manole, 2013.
	Bibliografia Complementar FAZENDA, I. Metodologia da Pesquisa Educacional. São Paulo: Cortez, 2001.  BREDA, M. Pedagogia do esporte aplicada às lutas. São Paulo: Phorte Editora, 2010.  SADI, R. S. Pedagogia do esporte: explorando os caminhos da formação permanente e da intervenção criativa em crianças e jovens esportistas. São Paulo: Ícone, 2016.

MAUERBERG-DE CASTRO, E. Atividade física adaptada. 2ed. Ribeirão Preto, TECMEDD, 2011.

SHERRILL, C. Adapted Physical Activity, Recreation, and Sports: crossdisciplinary and lifespan. 6th Ed. Boston, Mc Graw Hill, 2003.

## 7º PERÍODO

Componente Curricular: Metodologia do Ensino das Lutas	
Carga Horária total: 54h	
Carga Horária Teórica: 18h	Carga Horária Prática: 36h
Ementa: Estudo teórico-prático das lutas, procedimentos pedagógicos. E sua aplicação como prática pedagógica na escola.	
Bibliografia Básica: BAPTISTA, C. E. dos S. Judô da escola a competição. Sprint, 2003.  BREDA, M. Pedagogia do esporte aplicada às lutas. São Paulo: Phorte Editora, 2010.  SADI, R. S. Pedagogia do esporte: explorando os caminhos da formação permanente e da intervenção criativa em crianças e jovens esportistas. São Paulo: Icone, 2016.  Bibliografia Complementar: DARIDO, S. C. & RANGEL, I. C. Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.  KUNZ, E. Transformação didático-pedagógica do esporte. 6. ed. Ijuí, RS: Unijuí, 2004.	

Componente Curricular: Ateliê de Pesquisa	
Carga Horária: 36h	
Carga Horária Teórica: 36h	Carga Horária Prática: 00h
Ementa: Estudo dos processos de construção do conhecimento científico, atividades programadas pelos orientadores no sentido de colaborar com o desenvolvimento do projeto de conclusão do curso.	
Bibliografia Básica: ANDRÉ, M. E. Etnografia da prática escolar. Campinas: Papyrus, 2005.  CRESWELL, J., W. Projeto de Pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2010.  LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2010.  Bibliografia Complementar: ECO, H. Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva, 1988.  FAZENDA, I. Metodologia da Pesquisa Educacional. São Paulo: Cortez, 2001.	

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2010.

QUIVY, R., CAMPENHOUDT, Luc Van. Manual de Investigação nas Ciências Sociais, Lisboa: Gradiva, 2008.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2007.

Componente Curricular: Lazer e Educação Ambiental

Carga Horária total: 36h

Carga Horária Teórica: 20h

Carga Horária Prática: 16h

Ementa:

Estudo dos conceitos, fontes, princípios e campo de aplicação da educação socioambiental e Lazer e suas implicações na educação física, atividades físicas e de lazer. Cuidados especiais na segurança de participantes e na manutenção de equipamentos de lazer.

Bibliografia Básica:

INACIO, H.; MARINHO, A. Educação física, meio ambiente e aventura: um percurso por vias instigantes. Revista brasileira de ciências do esporte, Campinas, v. 28, n. 3, p. 5570, maio, 2007.

MASCARENHAS, Fernando. Lazer: como prática da liberdade, uma proposta educativa para a juventude. 2. ed. Goiânia: Ed. da UFG, 2004.

MARINHO, A. Lazer, Meio Ambiente e Turismo: Reflexões sobre a Busca pela Aventura. Revista

LICERE. Centro de Estudos de Lazer e Recreação / EEF / UFMG. Belo Horizonte, v. 10, n. 1 - 2007, p. 19.

Bibliografia Complementar:

SOUZA, M. da S.; LARA, G. S. Prática pedagógica em educação física e a educação ambiental. Pensar a Prática, Goiânia, v. 14, n. 2, p. 111, maio/ago., 2011.

ALBUQUERQUE, Maria. Educação ambiental e EJA: Percepção dos alunos sobre o ambiente. 2013. Disponível em: <<http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=1402>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

MEDEIROS, B. urélia, et al. A Importância da educação ambiental na escola nas séries iniciais. Revista Faculdade Montes Belos, v.4, n.1, set.2011.

BRITO, Giani Florentino Rodrigues de. Temáticas ambientais em disciplinas escolares: Entre o planejado e o possível. Novas Edições Acadêmicas, 2016.

ALVIM, M. P. B. (2009). Educação Física e Educação Ambiental: uma relação possível e imprescindível: estudo realizado na região do Vale do Rio Doce, Minas Gerais, Brasil. Porto, Universidade do Porto. Faculdade de Desporto. Tese de Doutorado. Acesso em 02 de março de 2014 de <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/17969>.

Componente Curricular: Metodologia de Ensino do Voleibol

Carga Horária total: 54h

Carga Horária Teórica: 18h

Carga Horária Prática: 36h

Ementa:

Estudo teórico-prático dos elementos constitutivos do Voleibol, procedimentos pedagógicos. E sua aplicação como prática pedagógica na escola.

**Bibliografia Básica:**

ARAÚJO, J. de B. Voleibol Moderno: Sistema Defensivo. RJ: Grupo de Sport, 1994.

FRANCISCO, J. O Jogador e a Equipe. SP: Hemus, [s.d.]

TEIXEIRA, H. V. Aprenda a Jogar Voleibol. SP: Ícone, 1992.

**Bibliografia Complementar:**

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Manual do Treinador. Brasília: SEFD, 1971.

CANFIELD, J; REIS, C. Aprendizagem Motora no Voleibol. Santa Maria: JTC, 1988.

DURRWACHTER, G. Voleibol: treinar jogando. RJ: Ao Livro Técnico, 1984.

SUVOROV, Y.P.; GRISHIN, O. N. Voleibol: Iniciação. RJ: Sprint, 1990. V.II.

Componente Curricular: Estágio Supervisionado III

Carga Horária: 110h

Carga Horária Teórica: 40h

Carga Horária Prática: 70h

**EMENTA:**

Estágio supervisionado em Educação Física Escolar na Educação Básica (6ª ao 9ª ano). Plano de Estágio. Estágio observacional escolar. Participação no processo de planejamento, avaliação e operacionalização do ensino da Educação Física. Elaboração e desenvolvimento de projeto de ensino em turmas de Educação Física. Seminário sobre a Educação Física (Jogos, Esportes, Danças, Lutas e Ginásticas). Relatório técnico-científico de estágio.

**Bibliografia Básica:**

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino fundamental: Educação Física.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília: 1998.

BRASIL. Ministério da Educação, Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base.

Disponível em: <<https://www.cpt.com.br/pcn/parametros-curriculares-nacionais-educacao-fisica>

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category\\_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192)> Acesso em: 23

de julho de 2018.

COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do ensino da educação física. São Paulo: Cortez, 1994.

DARIDO, S. & RANGEL, I. C. A. (org.) Educação física na escola: implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

**Bibliografia Complementar:**

FREITAS, L. C. Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática. Campinas: Papyrus, 1995.

PERRENOUD, P. Dez novas competências para ensinar. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PICONEZ, S. C. B (Org.). A prática de ensino e o estágio supervisionado. Campinas: Papyrus, 1991.

PIMENTA, S.G. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? São Paulo: Cortez, 1994.

VAZ, A.F., SAYÃO, D.T. e PINTO, F.M. (Orgs.). Educação do corpo e formação de professores: reflexões sobre a prática de ensino de educação física. Florianópolis: UFSC, 2002.

## Ementa da ACE

	Nome/modalidade da ACE ACE 5: Curso ou Evento
	Período letivo de oferta 7º Período
	Distribuição de carga horária (teórico e prática) Teórico - 20h Prática - 40h
	Ementa Execução de curso ou evento de extensão com duração mínima de um semestre letivo vinculado a uma ou mais linhas de extensão.
	Público-alvo Público atendido pelos projetos, cursos e eventos das ações de extensão de cada uma das linhas de extensão.
	Objetivos Executar as ações das linhas de extensão.
	Metodologia 25% da carga horária para planejamento da ação de extensão; 50% da carga horária para a execução das ações meio da ACE; 25% avaliação e elaboração de relatório
	Indicadores/instrumentos de aval. e acompanhamento da ACE Quantitativo de participantes externos e internos; Quantitativo de docentes; Quantitativo de instituições e/ou órgãos públicos.
	Bibliografia Básica GUEDES, D.P.; GUEDES, J.E.R.P. Manual prático para avaliação em educação física. Barueri-SP: Manole, 2006.  MORROW, J.R.; JACKSON, A.W.; DISCH, J.G.; et al. Medida e Avaliação do Desempenho Humano. 4a ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.  ANDRÉ, M. E. Etnografia da prática escolar. Campinas: Papirus, 2005.
	Bibliografia Complementar INACIO, H.; MARINHO, A. Educação física, meio ambiente e aventura: um percurso por vias instigantes. Revista brasileira de ciências do esporte, Campinas, v. 28, n. 3, p. 5570, maio, 2007.  ARAÚJO, J. de B. Voleibol Moderno: Sistema Defensivo. RJ: Grupo de Sport, 1994.  TRITSCHLER, K. Medida e Avaliação em Educação Física e Esportes de Barrow e McGee. 5ª ed. São Paulo: Manole. 2003.  MASCARENHAS, Fernando. Lazer: como prática da liberdade, uma proposta educativa para a juventude. 2. ed. Goiânia: Ed. da UFG, 2004.  TEIXEIRA, H. V. Aprenda a Jogar Voleibol. SP: Ícone, 1992.

## 8º PERÍODO

Componente Curricular: Didática da Educação Física no Ensino Médio e EJA I	
Carga Horária: 36h	
Carga Horária Teórica: 18h	Carga Horária Prática: 18h
<p><b>EMENTA:</b> Estudo do objetivo e do significado da Educação Física como componente curricular do ensino médio e EJA e das alternativas e abordagens metodológicas disponíveis no atual quadro educacional.</p>	
<p><b>Bibliografia Básica:</b> CORTELLA, M. S. A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos. 10ª ed., São Paulo, Cortez, Instituto Paulo Freire, 2006</p> <p>FRANCO, M.L.P.B. Ensino médio: desafios e reflexões. Campinas, SP: Papirus, 1994.</p> <p>HILDEBRANDT, R. Textos pedagógicos sobre o ensino de educação física. 3ª ed., Ijuí: ed. UNIJUÍ, 2005.</p> <p><b>Bibliografia Complementar:</b> BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.</p> <p>CASTELLANI FILHO, L. Política educacional e Educação Física. Campinas/SP: Autores Associados, 2002.</p> <p>COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do Ensino da Educação Física. São Paulo: Cortez, 1992.</p> <p>PILETTI, N. Estrutura e funcionamento do ensino de 2º grau. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1998.</p>	

Componente Curricular: Educação Física, Saúde, Escola	
Carga Horária total: 36h	
Carga Horária Teórica: 18h	Carga Horária Prática: 18h
<p><b>Ementa:</b> Estudo da multidimensionalidade da saúde e sua relação com o movimento corporal em suas diferentes faixas etárias na escola, compreendendo os domínios físicos, psicossociais e cognitivos.</p>	
<p><b>Bibliografia Básica:</b> BARBANTI, V.J.; AMADIO, A.C.; BENTO, J.O. et al. Esporte e atividade física: interação entre rendimento e saúde. São Paulo: Manole, 2002.</p> <p>FARINATTI, P.T.V. Saúde, promoção da saúde e educação física: conceitos, princípios e aplicações. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.</p> <p>ROWLAND, T. Fisiologia do Exercício na Criança. 2ª ed. São Paulo: Manole, 2008.</p> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p>	

BAGRICHEVSKY, M.; PALMA, A.; ESTEVAO, A.; et al. A saúde em debate na educação física. Blumenau: Nova Letra, 2006.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. A promoção da saúde no contexto escolar. Rev Saúde Pública 2002; 36(2): 533-5.

CARVALHO, Fabio Fortunato Brasil de. A saúde vai à escola: a promoção da saúde em práticas pedagógicas. Physis [online]. 2015, vol. 25, n.4, pp.1207-1227.

De ROSE Jr. D. (org.). Esporte e atividade física na infância e na adolescência. 2º ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

MALINA, R.M.; BAR-OR, O.; BOUCHARD, C. Crescimento, Maturação e Atividade Física. 2ª ed. São Paulo: Phorte, 2009.

Componente Curricular: Estágio Supervisionado IV

Carga Horária total: 90h

Carga Horária Teórica: 20h

Carga Horária Prática: 70h

Ementa:

Participação no processo de planejamento, avaliação e operacionalização do ensino da Educação Física no ensino médio (docência compartilhada); elaboração de relatório de campo.

Bibliografia Básica:

BOSSLE, F. O planejamento coletivo dos professores de Educação Física como possibilidade de construção da proposta político-pedagógica. In: MOLINA NETO, V.; BOSSLE, F.; SILVA, L. O.;

SANCHOTENE, M. U. Quem aprende? Pesquisa e formação em Educação Física escolar. Ijuí: Editora Unijuí, 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Base Nacional Curricular Comum. Versão 2018. (<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf> )

Bibliografia Complementar:

NEIRA, M. G. Ginástica na escola; Orientações Didáticas e Relato de Experiência. In: Práticas corporais: brincadeiras, danças, lutas, esportes e ginásticas. São Paulo: Melhoramentos, 2014. p. 168-189.

PALMA, A.P.T.V.; OLIVEIRA, A.A.B.; PALMA, J.A.V. Educação Física e a organização curricular: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio. Londrina: Eduel, 2010.

PERRENOUD, F. Dez novas competências para ensinar. Porto alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

TARDIF, Maurice. Saberes Docentes e Formação Profissional. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.

NISTA-PICCOLO, Vilma. L. & MOREIRA, Wagner W. Esporte para a vida no ensino médio. São Paulo, Cortez, 2012.

SANTOS, W.; MAXIMIANO, F. L. Avaliação na Educação Física escolar: singularidades e diferenciações de um componente curricular. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Florianópolis, v. 35, n. 4, p. 883-896, out./dez. 2013.

MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 23, jul/ago/set, 2003. p.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Diretoria de Orientação Técnica. Orientações curriculares e proposição de expectativas de aprendizagem para o Ensino Médio: ciclo II: Educação Física / Secretaria Municipal de Educação - São Paulo: SME / DOT, 2007.

#### EMENTA ACE. 6

	Nome/modalidade da ACE ACE 6: Curso ou Evento
	Período letivo de oferta 8º Período
	Distribuição de carga horária (teórico e prática) Teórico - 20h Prática - 42h
	Ementa Execução de curso ou evento de extensão com duração mínima de um semestre letivo vinculados a uma ou mais linhas de extensão.
	Público-alvo Público atendido pelos projetos, cursos e eventos das ações de extensão de cada uma das linhas de extensão.
	Objetivos Executar as ações das linhas de extensão.
	Metodologia 25% da carga horária para planejamento da ação de extensão; 50% da carga horária para a execução das ações meio da ACE; 25% avaliação e elaboração de relatório
	Indicadores/instrumentos de aval. e acompanhamento da ACE Quantitativo de participantes externos e internos; Quantitativo de docentes Quantitativo de instituições e/ou órgãos públicos
	Bibliografia Básica  BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.  BARBANTI, V.J.; AMADIO, A.C.; BENTO, J.O. et al. Esporte e atividade física: interação entre rendimento e saúde. São Paulo: Manole, 2002.  BERTHERAT, Térèse; BERNSTEIN, Carol. O corpo tem suas razões: antiginástica e consciência de si. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
	Bibliografia Complementar FARINATTI, P.T.V. Saúde, promoção da saúde e educação física: conceitos, princípios e aplicações. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.  BOLSANELLO, Débora Pereira (Org.). Em pleno corpo: educação somática, movimento e saúde. Curitiba: Juruá, 2010. FRANCO, M.L.P.B. Ensino médio: desafios e reflexões. Campinas, SP: Papyrus, 1994.  CORTELLA, M. S. A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos. 10ª ed., São Paulo, Cortez, Instituto Paulo Freire, 2006.

MALINA, R.M.; BAR-OR, O.; BOUCHARD, C. Crescimento, Maturação e Atividade Física. 2ª ed. São Paulo: Phorte, 2009.

## XII. COMPONENTES CURRICULARES ELETIVOS

Componente Curricular: Práticas Corporais de Aventura	
Carga Horária total: 36h	
Carga Horária Teórica: 18h	Carga Horária Prática: 18h
Ementa: Estudo e desenvolvimento de vivências das atividades esportivas de aventura, características e seu desenvolvimento no âmbito escolar.	
Bibliografia Básica: BAETA, A. M. B.; LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania. 3a. ed. São Paulo: Cortez, 2005.  BRUHMS, H. T. A busca pela natureza: turismo e aventura. São Paulo: Manole, 2008.  GEBARA, A. Educação física e esporte: perspectivas para o século XXI. 14 ed. Campinas, SP: Papirus, 2007.  Bibliografia Complementar: COSTA, V. L. de M. Esporte de aventura e risco na montanha: um mergulho no imaginário. São Paulo: Manole, 2000.  KUNZ, E. Transformação didático pedagógica do esporte. 6 ed. Ijuí, RS: UNIJUÍ, 2004.  PIRES, A. G. M. G; CALCIOLARI JÚNIOR, A; HONORATO, T. (Org). Representações sociais e imaginário no mundo esportivo. Londrina: Lazer & Sport, 2008.  SADI, R. S. Pedagogia do esporte: explorando os caminhos da formação permanente e da intervenção criativa em crianças e jovens esportistas. São Paulo: Ícone, 2016.	

Componente Curricular: Tópicos Avançados em Lutas	
Carga Horária total: 36h	
Carga Horária Teórica: 18h	Carga Horária Prática: 18h
Ementa: As temáticas a serem desenvolvidas em Tópicos Avançados em Lutas serão definidas em função dos interesses dominantes levantados junto à comunidade de docentes e discentes. A intenção é dar um sentido dinâmico e atual aos temas gerais dos tópicos. O levantamento de interesses será feito a partir de consulta direta juntos aos grupos interessados. Para cada tema oferecido, serão desenvolvidos e arquivados a ementa e o programa. Os temas gerais propostos poderão ser suprimidos, assim como novos temas poderão ser agregados em função da dinâmica do conhecimento.	
Bibliografia Básica e Complementar: A bibliografia será definida de acordo com os temas e questões propostos.	

Disciplina: Tópicos Avançados em Atletismo	
Carga Horária total: 36h	
Carga Horária Teórica: 18h	Carga Horária Prática: 18h
Ementa: Estudo avançado e aplicação das técnicas e táticas do Atletismo em suas provas de pista e campo e seu desenvolvimento no âmbito escolar.	
Bibliografia Básica: FERNANDES, J. L. Atletismo: lançamentos e arremessos. São Paulo: EPU, 2003.  _____. Atletismo: saltos. São Paulo: EPU, 2001.  _____. Atletismo: corridas. São Paulo: EPU, 2001.	
Bibliografia complementar CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ATLETISMO. Regras oficiais de atletismo. 2006/2007. Rio de Janeiro: Sprint, 2007.  KIRSCH, A.; SILVEIRA, G. E. A. (Trad.). Antologia do Atletismo: metodologia para iniciação para escolas e clubes. 4 ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1997. 178 p.  MATTHIESEN, S. Q. Atletismo: se aprende na escola. Jundiaí, SP: Editira Fontoura, 2009.  MATTHIESEN, S. Q. Atletismo: teoria e prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.	

Componente Curricular: Tópicos Avançados em Natação	
Carga Horária total: 36h	
Carga Horária Teórica: 18h	Carga Horária Prática: 18h
Ementa: Estudos avançados da teoria e da prática da progressão didática, do detalhamento técnico e organização das provas de natação e suas regulamentações.	
Bibliografia Básica: MAGLISCHO, Ernest W. Nadando ainda mais rápido. São Paulo: Manole, 1999.  MAKARENKO, I. P. Natação: seleção de talentos e iniciação desportiva. Porto Alegre: Artmed, 2001  PLATONOV, Vladimir N. Treinamento Desportivo para nadadores de alto nível. São Paulo: Phorte, 2005.	
Bibliografia Complementar: COSTA, P. H. L. da (Org). Natação e atividades aquáticas: subsídios para o ensino. São Paulo: Manole, 2010. ISBN 9588541101202.  GREGUOL, M. Natação adaptada: em busca do movimento com autonomia. São Paulo: Manole. 2010. ISBN 9788520430491.  STAGER, J. M.; TANNER, D. A. Natação: manual de medicina e ciência do esporte. 2 ed. Barueri: Manole, 2008.  COUSILMAN, J., E. A natação: ciência e técnica para a preparação de campeões, 2ª. Ed. Rio de Janeiro, LIAL, 1984.	

Componente Curricular: Tópicos Avançados em Futsal	
Carga Horária total: 36h	
Carga Horária Teórica: 18h	Carga Horária Prática: 18h
<p>Ementa:  Estudo e aplicação das técnicas e táticas do Futsal no planejamento, organização e execução de programas de treinamento, visando à preparação global de equipes.</p>	
<p>Bibliografia Básica:  ANDRADE JUNIOR, José R. Futsal: Aquisição, Iniciação e Especialização. Curitiba, Juruá, 2007.</p> <p>MUTTI, Daniel. Futsal: da iniciação ao alto nível. 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Phorte, 2003.</p> <p>TENROLLER, Carlos A. Futsal: ensino e prática. Canoas: ULBRA ,2014.</p> <p>Bibliografia Complementar:  SANTANA, Wilson C., Futsal: Apontamentos Pedagógicos na Iniciação e na Especialização. Campinas, Autores Associados, 2004.</p>	

Componente Curricular: Tópicos Avançados em Handebol	
Carga Horária total: 36h	
Carga Horária Teórica: 18h	Carga Horária Prática: 18h
<p>Ementa:  Estudo e aplicação das técnicas e táticas do handebol no planejamento, organização e execução de programas de treinamento, visando à preparação global de equipes à nível escolar.</p>	
<p>Bibliografia Básica:  EHRET, A.; SCHUBERT, R.; SPÄTE, D. Manual de handebol: treinamento de base para crianças e adolescentes. São Paulo: Phorte, 2002.</p> <p>GRECO, J. P. e ROMERO, J. J. F. Manual de Handebol da iniciação ao alto nível. Phorte Editora 2012.</p> <p>SIMÕES, A. C. Handebol Defensivo: conceitos técnicos e táticos. São Paulo: Editora Phorte; 2008.</p> <p>Bibliografia Complementar:  ALMEIDA, A. G. de e DECHECHI, C. J.. Handebol Conceitos e aplicações. São Paulo: Editora Manole 2011.</p>	

Componente Curricular: Tópicos Avançados em Basquetebol	
Carga Horária total: 36h	
Carga Horária Teórica: 18h	Carga Horária Prática: 18h
<p>Ementa:  Estudo e aplicação das técnicas e táticas do basquetebol no planejamento, organização e execução de programas de treinamento, visando a preparação global de equipes.</p>	
<p>Bibliografia Básica:  FERREIRA, A. E. X.; ROSE JR. D.de. Basquetebol: Técnicas e Táticas. Editora E.P.U 2010.</p>	

MARONESE, S. Basquetebol: Manual de Ensino. Editora Icone, 2013

ROSE JUNIOR, D. de; TRICOLI, V. (Org.). Basquetebol: uma visão integrada entre ciência e prática. 1ª ed. São Paulo: Editora Manole. 2004. p. 1-14.

Bibliografia Complementar:  
ROSE JUNIOR, D. de; TRICOLI, V. Basquetebol: do treino ao jogo. Editora Manole, 2017.

PAES, R. e MONTAGNER, P. Pedagogia do Esporte: Iniciação e Treinamento em Basquetebol. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 2009.

RODRIGUES, Heitor de Andrade; DARIDO, Suraya Cristina. Basquetebol na escola: uma proposta didático-pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. 132p.

Componente Curricular: Tópicos Avançados em Futebol	
Carga Horária total: 36h	
Carga Horária Teórica: 18h	Carga Horária Prática: 18h
Ementa: Estudo e aplicação das técnicas e táticas do Futebol no planejamento, organização e execução de programas de treinamento, visando a preparação global de equipes.	
Bibliografia Básica FREIRE, João B. Pedagogia do futebol. Londrina: NP Editora, 1998.	
GOMES, A.C. Treinamento desportivo: estruturação e periodização. Porto Alegre: Artmed, 2002.	
KROGER, C.; ROTH, K. Escola da bola: um ABC para iniciantes nos jogos desportivos. São Paulo: Phorte, 2002.	
Bibliografia Complementar: GRECO, P. J. & BENDA, R. N. (org.) Iniciação Esportiva Universal. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. v 1 e 2.	
KUNZ, E. (org). Didática da educação física. 3ª ed. Futebol - Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.	
MOURA, E. J. L. Nos domínios do futebol feminino: Rio de Janeiro e São Paulo como cenário (1913-2003). Maceió: Edufal, 2015.	
SCAGLIA, A. J. O Futebol que se aprende e o futebol que se ensina. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação Física-UNICAMP, 1999.	
SILVA, S. R.; CORDEIRO, L. B.; CAMPOS, P. A. F. O Ensino do futebol: para além da bola rolando. 1. ed. - Rio de Janeiro: Jaquatirica, 2016.	

Componente Curricular: Atividades Aquáticas	
Carga Horária: 36h	
Carga Horária Teórica: 18h	Carga Horária Prática: 18h
Ementa: As atividades aquáticas como processos pedagógico e fisiológico; o corpo e a sua capacidade de expressão no meio líquido; possibilidades de conhecimento sobre as atividades praticadas no meio líquido, jogos recreativos e lúdicos; aprendizagem inicial do salvamento em piscina.	
Bibliografia Básica:	

COSTA, Paula Hentschel Lobo da (org.). Natação e atividades aquáticas: subsídios para o ensino. São Paulo: Manole, 2010.

FIGUEIREDO, P. A. P. de. Natação para bebês, infantil e iniciação: uma estimulação para a vida. São Paulo: Phorte, 2011.

VELASCO, C. G. Boas práticas psicomotoras aquáticas. São Paulo: Phorte, 2013.

Bibliografia Complementar:

KRUG, D. F.; MAGRI, P. E. F. Natação: aprendendo para ensinar. São Paulo: All Print, 2012.

MARÍN, A. M. Atividades aquáticas como conteúdo da área de Educação Física. *Educacion Fisica y Deportes*, Buenos Aires, ano 10, n. 73, 2004. Disponível em: Acesso em 28 mai. 2016.

Componente Curricular: Estudo Integrador do Esporte Escolar	
Carga Horária total: 36h	
Carga Horária Teórica: 18h	Carga Horária Prática: 18h
Ementa: Aplicação da didática em Educação Física, nas suas dimensões política, técnico-pedagógica, epistemológica e cultural, bem como suas relações com o currículo escolar e na práxis docente articulada. Vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos.	
Bibliografia Básica COLETIVOS DE AUTORES. Metodologia do ensino de educação física. São Paulo: Cortez, 1992.  CORREIA, W. R. Educação Física Escolar: o currículo como oportunidade histórica. <i>Rev Bras Educ Fís Esporte</i> , (São Paulo) 2016 Jul-Set; 30 (3) :831-36.  FINCK, S. C. M. A Educação Física e o Esporte na Escola: cotidiano de saberes e formação. 1. ed. Curitiba-PR: InterSaberes, 2012. v. 1.  Bibliografia Complementar: MELLO, R. A. A necessidade histórica da Educação Física na escola: os impasses atuais. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.  SEABRA JÚNIOR, L. Inclusão, necessidades especiais e Educação Física: considerações sobre a ação pedagógica no ambiente escolar. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: [s.n], 2006.  UCHOGA, L. A. R. Educação física escolar e relações de gênero: risco, confiança, organização e sociabilidade em diferentes conteúdos. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. Campinas, SP: [s.n], 2012.	

Componente Curricular: Dança, Expressão e Cultura Popular	
Carga Horária total: 36h	
Carga Horária Teórica: 18h	Carga Horária Prática: 18h

<p>Ementa: Estudos das danças e suas histórias. Experiências expressivas do corpo em movimento, cultura popular e diversidade.</p>
<p>Bibliografia Básica: BOURCIER, P. História da Dança no Ocidente. São Paulo: Martins Fontes, 2006.</p> <p>HASELBACH, B. Dança, improvisação e movimento: expressão corporal na educação física. Rio de Janeiro: Ao livro Técnico, 1988.</p> <p>DUARTE, A. Folclore negro das Alagoas. 2ª ed. Maceió: Edufal, 2010.</p> <p>Bibliografia Complementar: ANDRADE, M. Danças dramáticas do Brasil. 3 volumes. São Paulo: Martins, 1959.</p> <p>BRANDÃO, C. R. O que é folclore. 13ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.</p> <p>FERNANDES, C. O corpo em movimento: o sistema Laban/ Bartenieff na formação e pesquisa em artes cênicas. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2006.</p> <p>GIL, J. Movimento total: o corpo e a dança. São Paulo: Antroposófica, 2001.</p> <p>RENGEL, Lenira. Os temas de movimento de Rudolf Laban: modos de aplicação e referências (I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII). São Paulo, SP: Annablume, 2008.</p>

Componente Curricular: Corpo e Gestualidade na Capoeira	
Carga Horária: 36h	
Carga Horária Teórica: 18h	Carga Horária Prática: 18h
<p>Ementa: O jogo da capoeira e os jogos de conhecimento. Introdução aos aspectos históricos e culturais da capoeira. A experiência do corpo e da gestualidade no jogo da capoeira.</p>	
<p>Bibliografia Básica: AREIAS, A. das. O que é capoeira. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.</p> <p>CAPOEIRA, N. Capoeira: pequeno manual do jogador. 8. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Record, 2006.</p> <p>SILVA, Milton F. A linguagem do corpo na capoeira. Rio de Janeiro: Sprint, 2003.</p> <p>Bibliografia Complementar: BRUHNS, H. T. (Heloisa Turini). Futebol, carnaval e capoeira: entre as gingas do corpo brasileiro. Campinas: Papyrus, 2000.</p> <p>CAPOEIRA, N. Capoeira: galo já cantou. 3. ed. São Paulo: Record, 2003.</p> <p>CASTILHA, F. A. Aspectos pedagógicos da capoeira. Passo Fundo, RS: Méritos, 2012.</p> <p>SOARES, C. E. L. A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850). 2. ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2001</p> <p>SODRÉ, M. Mestre bimba: corpo de mandinga. Rio de Janeiro: Manati, 2002.</p>	

Componente Curricular: Jogos Digitais e Educação Física	
Carga Horária total: 36h	
Carga Horária Teórica: 18h	Carga Horária Prática: 18h
Ementa:	
Os jogos digitais na educação: campo e experimentações. Jogos digitais e processos de ensino e aprendizagem. Oficinas de jogos digitais em escolas. Health games. Games on-line. Prática de Exergames em educação.	
Bibliografia Básica:	
ALVES, L., COUTINHO, I. J. (org) Jogos digitais e aprendizagem. Campinas/SP: Papirus Editora, 2016.	
GARNEY W. R., YOUNG A., MCLEROY K.R., WENDEL ML, Schudiske E. A qualitative examination of exergame motivations in geocaching. Games Health J 2016;5(1):34-39. Doi: 10.1089/g4h.2015.0025.	
GEE, J. Bons videogames e boa aprendizagem. Revista Perspectiva, Florianópolis, v. 27 n. 1, pp. 167-178, jan./jun. 2009.	
Bibliografia Complementar:	
GEE, J. Bons videojogos + boa aprendizagem: colectânea de ensaios sobre os videojogos, a aprendizagem e a literacia. Portugal: Edições Pedágio, 2010.	
MARASCHIN, C.; KROEFF, R.; GAVILLON, G (Orgs.). Oficinando com jogos digitais: experiências de aprendizagem inventiva. Curitiba: CRV,	
RETONDAR J J M, BONNET J C, HARRIS ERA. Jogos eletrônicos: corporeidade, violência e compulsividade. Rev Bras Ciênc Esporte 2016;38(1):3-10. Doi: 10.1016/j.rbce.2015.12.006.	
SCHWARTZ GM, SANTIAGO DRP, KAWAGUTI CN, TAVARES GH, FIGUEIREDO JP, PALHARES MFS, Et al. Apropriação das tecnologias virtuais como estratégias de intervenção no campo do lazer: os webgames adaptados. Licere 2013;16(3):1-26.	
SQUIRE, Kurt. From content to context: videogames as designed experience. Educational researcher, v. 35, n. 8, p. 19-29, 2006.	
TELLES, H. Antropologia e game studies: o giro cultural na abordagem sobre os jogos eletrônicos. In: ALVES, L.; NERY, J (Orgs.). Jogos eletrônicos, mobilidades e educação: trilhas em construção. Salvador: Edufba, 2015.	

Componente Curricular: História do Corpo e das Práticas Corporais	
Carga Horária: 36h	
Carga Horária Teórica: 36h	Carga Horária Prática: 00h
Ementa:	
Estudos das compreensões históricas do corpo e das práticas corporais no período moderno e contemporâneo e suas relações com a Educação Física.	
Bibliografia Básica:	
CORBIN, A.; COURTINE, J.; VIGARELO, G. História do corpo. 2ª Ed. São Paulo: Vozes, 2008. 03 volumes (da Renascença às Luzes; da Revolução à Grande Guerra; As mutações do olhar: o século XX).	

SOARES, C. Corpo e história. 2ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

VIGARELLO, G. O limpo e o sujo: uma história da higiene corporal. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

Bibliografia Complementar:  
 GOELLNER, S V. Bela, materna e feminina: imagens da mulher na revista Educação Physica. Ijuí: Unijuí, 2003.

LE GOFF, J. & TRUONG, N. Uma história do corpo na Idade Média. São Paulo: Civilização Brasileira, 2006.

LUCENA, R. O esporte na cidade. Campinas: Autores Associados, 2001.

SENNETT, Richard. Carne e pedra. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2008.

Componente Curricular: Filosofia do Corpo	
Carga Horária: 36h	
Carga Horária Teórica: 36h	Carga Horária Prática: 00h
Ementa: Estudos das compreensões do corpo e do movimento humano na história da filosofia moderna e contemporânea.	
Bibliografia Básica: DELEUZE, G.; GUATTARI, F. O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia. Lisboa: Assirio & Alvim, 1995.	
DESCARTES, R. O mundo ou tratado da luz, o homem. Campinas SP: Unicamp, 2009.	
MERLEAU-PONTY, Maurice. Fenomenologia da percepção. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.	
Bibliografia Complementar: DESCARTES, R. Meditações metafísicas. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.	
FOUCAULT, M. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 32. ed. Petrópolis: Vozes, c1987.	
MERLEAU-PONTY, M. O visível e o invisível. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.	
NIETZSCHE, F. W. Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.	
SARTRE, J. O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.	

Componente Curricular: Psicologia do Esporte	
Carga Horária: 36h	
Carga Horária Teórica: 18h	Carga Horária Prática: 18h
Ementa: O campo da psicologia do esporte. Cooperação e competição. Aspectos psicológicos no esporte educacional (concentração, motivação, ansiedade, estresse, cognição). Técnicas de intervenção psicológica no âmbito do esporte. Qualidade de vida e exercício físico. Saúde mental e atividade física.	

**Bibliografia Básica:**

BECKER JR. B., SAMULSKI, D. Manual de Treinamentos Psicológico para o Esporte. 2.ed. Feevale, Porto Alegre, 2002.

FILHO, M. Características motivacionais de atletas brasileiros. Motricidade, 9, 64-72, 2013.

RÚBIO, K. Psicologia do Esporte: teoria e prática. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

**Bibliografia Complementar:**

AGIAR, T. ; COIMBA, D. ; FREITAS, V. H. ; MILOSKI, B. ; BARA FILHO, M. Percepção de estresse, recuperação e motivação durante uma temporada de treinamentos no voleibol. Revista Mineira de Educação Física (UFV), 21, 7-20, 2013.

LOURENÇO, B. et. All. Atividade física como uma estratégia terapêutica em saúde mental: revisão integrativa com implicação para o cuidado de enfermagem. Esc Anna Nery;21(3):e20160390, 2017.

WEINBERG, R. S. GOULD, D. Fundamentos da Psicologia do Esporte e do Exercício. 2ª ed. Artmed, Porto Alegre, 2001.

Componente Curricular: Esportes de Raquete

Carga Horária total: 36h

Carga Horária Teórica: 18h

Carga Horária Prática: 18h

**Ementa:**

Estudo das diferentes modalidades praticadas com raquete. Diferentes processos de ensino-aprendizagem dos esportes tênis de campo, tênis de mesa e badminton e suas aplicações no contexto escolar.

**Bibliografia Básica**

SAMULSKI, Dietmar M. Treinamento mental no tênis: como desenvolver as habilidades mentais. São Paulo: Manole, 2008.

SHIZAKI, Márcio T; CASTRO, Mara S.A. Tênis: Aprendizagem e treinamento. 2.ed Ed.São Paulo: Phorte, 2008.

SILVA, Rodrigo de Faria et al. Tênis, tênis de mesa & badminton. São Paulo: Sesi-SPEdiora,2012.

**Bibliografia Complementar:**

BALBINOTTI, Carlos. O Ensino do Tênis: Novas Perspectivas de Aprendizagem. 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

CABELLO, D.; SERRANO, D.; GARCÍA, J. M. Fundamentos del bádminton: De la iniciación al alto rendimiento. Málaga: Instituto Andaluz Del Deporte, 1999.

IIZUKA, Cristina Akiko; NAGAOKA, Kelly. Tênis. Histórico: origem e desenvolvimento. In:

MARINOVIC, Welber; IIZUKA, Cristina Akiko; NAGAOKA, Kelly Tiemi (orgs.). Tênis de mesa: teoria e prática. São Paulo: Phorte, 2006. Cap. 1, p. 17-32.

LINARES, M. I.; e HORTELANO, M. O. Inicacion al badminton. Zaragoza: CEPID, 1990.  
MAIA, Mendes Luís. O Ensino do Badminton na Escola. FADEUP,2002.

Componente Curricular: Tópicos Avançados em Atividades Físicas Adaptadas	
Carga Horária total: 36h	
Carga Horária Teórica: 18h	Carga Horária Prática: 18h
<p>Ementa:  Estudo de temas atuais no campo da Atividade Física Adaptada aplicados ao contexto escolar inclusivo. Organização e desenvolvimento de projetos em Atividade Física Adaptada.</p>	
<p>Bibliografia Básica</p> <p>CASTRO, Eliane Mauerberg de. Atividade Física Adaptada. Ribeirão Preto: Tecmedd, 2011.</p> <p>GORGATTI, Márcia Gregoul; COSTA, Roberto Fernandes da (Org.). Atividade física adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais. 2. ed., rev. e ampl. Barueri, SP: Manole, 2008.</p> <p>RODRIGUES, David (Org.). Atividade Motora Adaptada: a alegria do corpo. São Paulo: Artes Médicas, 2006.</p> <p>TEIXEIRA, L. Atividade física adaptada e saúde: da teoria a prática. São Paulo: Phorte, 2008.</p> <p>Bibliografia Complementar</p> <p>FERREIRA, V. Educação física adaptada: atividades especiais. Rio de Janeiro: Sprint, 2010.</p> <p>GORLA, J. I. Educação física adaptada: o passo a passo da avaliação. São Paulo: Phorte, 2008.</p> <p>WINNICK, J. P. Educação física e esportes adaptados. 3. ed. Barueri: Manole, 2004.</p>	

Componente Curricular: Psicologia da Educação	
Carga Horária: 36h	
Carga Horária Teórica: 36h	Carga Horária Prática: 00h
<p>EMENTA:</p> <p>Visão histórico-conceitual da Psicologia como ciência e sua contribuição à área educacional. Estudo teórico-prático dos processos psicológicos que ocorrem no ambiente escolar. Abordagem de categorias tais como: instituição escola, interação professor-aluno, relações de saber-poder na prática pedagógica no campo da educação física.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>BOCK, A. M. FURTADO, O; TEIXEIRA M. de L. T. Psicologias. São Paulo: Saraiva, 2010.</p> <p>FOUCAULT, M. Microfísica do Poder. São Paulo: Graal, 1979.</p> <p>GADELHA, S. Biopolítica, governamentalidade e educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>COLL, Cesar. PALACIOS, J.; MARCHESI, A. (Orgs.) Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia da educação escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.</p> <p>LOURAU, L. René Lourau. Análise Institucional e Práticas de Pesquisa. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 1993.</p>	

PERALES FRANCO, Cristina. Abordagem Etnográfica à Convivência na Escola. Educ. Real, Porto Alegre, v. 43, n. 3, p. 887-907, set. 2018. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S217562362018000300887&lng=pt&nr m=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S217562362018000300887&lng=pt&nr m=iso)>. Acesso em 29 jul. 2018.

Componente Curricular: Metodologia das Práticas Corporais Integrativas	
Carga Horária total: 36h	
Carga Horária Teórica: 18h	Carga Horária Prática: 18h
Ementa: Estudo das práticas corporais alternativas, integrativas e complementares e sua aplicação como prática pedagógica na escola. Vivências de práticas corporais com ênfase na percepção, sensibilização e conscientização corporal.	
Bibliografia Básica: BERTHERAT, Térèse; BERNSTEIN, Carol. O corpo tem suas razões: antiginástica e consciência de si. São Paulo: Martins Fontes, 2010.  BOLSANELLO, Débora Pereira (Org.). Em pleno corpo: educação somática, movimento e saúde. Curitiba: Juruá, 2010.  KNASTER, Mirka. Descubra a sabedoria do seu corpo. São Paulo: Cultrix, 1996.  Bibliografia Complementar: BERGE, Yvone. Viver o seu corpo: por uma pedagogia do movimento. São Paulo: Martins Fontes, 1988.  BERTHERAT, Térèse; BERNSTEIN, Carol. O correio do corpo: novas vias da antiginástica. São Paulo: Martins Fontes, 1981.  FRAGA, Alex; WACHS, Felipe (Coord.). Educação física e saúde coletiva: políticas de formação e perspectivas de intervenção. Porto Alegre, RS: 2007.  LACERDA, Y. Atividades Corporais: O Alternativo e o Suave na Educação Física. Rio de Janeiro: Sprint Editora, 1995.  VISHNIVETZ, Berta. Eutonia: educação do corpo para o ser. São Paulo: Summus, 1995.	

Disciplina: Jogos esportivos coletivos: teoria de compreensão e de ensino de Claude Bayer

Carga Horária Total: 36H

Carga Horária Teórica: 36h Carga Horária Prática: 00h

Ementa. Esta proposta de curso abordará o tema “Jogos esportivos coletivos: Ideias de Claude Bayer.” Claude Bayer é um autor francês que desenvolveu uma teoria de compreensão e de ensino dos jogos coletivos. Assim, esta proposta visa estudar e revisar criticamente textos científicos do autor para compreender a sua aplicação, principalmente em ambiente escolar para o ensino de jogos coletivos.

Bibliografia Básica

BÁSICAS:

1. WITTIZORECKI, Elisandro Schultz; DAMICO, José Geraldo Soares; SCHAFF, Ismael Antonio Bacellar. Jogos, Recreação e Lazer. Curitiba: Intersaberes, 2012.
2. DAOLIO, Jocimar. Jogos esportivos coletivos: dos princípios operacionais aos gestos técnicos- modelo pendular a partir das idéias de Claude Bayer. Revista Brasileira de Ciência e Movimento, v. 10, n. 4, p. 99-104, 2008.
3. GALATTI, Larissa et al. Pedagogia do esporte: Considerações metodológicas a partir dos aspectos técnico-táticos e sócio-educativos dos Jogos Esportivos Coletivos na Escola. Movimento e Percepção, v. 9, n. 13, 2008.

#### Bibliografia Complementar

1. GOULART, Antonio Roberto. Jogos pré-desportivos na Educação Física escolar: Linhas de ensino, desenvolvimento motor e psicomotricidade. Editora Labrador LTDA, 2018.
2. MICHELINI, MARCELO COMPAGNO. Teoria de Esportes Coletivos de Claude Bayer: O Futsal. Campinas. TCC Graduação em Educação Física. Unicamp, 2007.
3. MICHELINI, Marcelo Compagno et al. Futsal: tática defensiva e contemporânea e a teoria de ensino dos jogos esportivos coletivos de Claude Bayer. Conexões, v. 10, n. 1, p. 20-37, 2012.
4. DAOLIO, Jocimar; VELOZO, Emerson Luís. A técnica esportiva como construção cultural: implicações para a pedagogia do esporte. Pensar a prática, v. 11, n. 1, p. 9-16, 2008.
5. MENDONÇA, Alessandro Palaria Hora. A relação entre o método de ensino e o conhecimento técnico-tático de jogadores nos esportes coletivos. RBFF-Revista Brasileira de Futsal e Futebol, v. 6, n. 22, 2014.

Disciplina: Pesquisa-ação e Planejamento da Educação Física Escolar

Carga Horária Total: 36h

Carga Horária Teórica: 36h Carga Horária Prática: 00h

Ementa:

Histórico e metodologia da pesquisa-ação; Concepção e organização de pesquisa-ação e participativa; Noções sobre planejamento, didática e avaliação de ensino na Educação Física Escolar; Noções sobre documentos relativos à educação física escolar (PCN, BNCC); Reflexões sobre a prática docente na educação física escolar.

#### Bibliografia Básica

1. ANDRÉ, Marli Eliza. Etnografia da prática escolar. Campinas: Papyrus, 1995.
2. BETTI, I.C. R. Educação Física Escolar: a percepção discente. Revista Brasileira de Ciência do Esporte, v. 16, n. 3, p.158-67, 1995.
3. BETTI, M. Ensino de primeiro e segundo graus: educação física pra quê?

#### Bibliografia Complementar

1. MINAYO, M. C. S. Pesquisa social: Teoria, Método e Criatividade. 17ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

2. THOMAS, J.R.; NELSON, J.K., Métodos de Pesquisa em Atividade Física. 3ª edição. Artmed. 2002.

Disciplina: Psicologia do Esporte

Carga Horária Total: 36h

Carga Horária Teórica: 36h

Carga Horária Prática: 00h

Ementa:

O campo da psicologia do esporte. Cooperação e competição. Aspectos psicológicos no esporte educacional (concentração, motivação, ansiedade, estresse, cognição). Técnicas de intervenção psicológica no âmbito do esporte. Qualidade de vida e exercício físico. Saúde mental e atividade física.

Bibliografia Básica

1. BECKER JR. B., SAMULSKI, D. Manual de Treinamentos Psicológico para o Esporte. 2.ed. Feevale, Porto Alegre, 2002.
2. FILHO, M. Características motivacionais de atletas brasileiros. Motricidade, 9, 64-72, 2013.
3. RÚBIO, K. Psicologia do Esporte: teoria e prática. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

Bibliografia Complementar

1. AGIAR, T. ; COIMBA, D. ; FREITAS, V. H. ; MILOSKI, B. ; BARA FILHO, M. Percepção de estresse, recuperação e motivação durante uma temporada de treinamentos no voleibol. Revista Mineira de Educação Física (UFV), 21, 7-20, 2013.
2. LOURENÇO, B. et. All. Atividade física como uma estratégia terapêutica em saúde mental: revisão integrativa com implicação para o cuidado de enfermagem. Esc Anna Nery;21(3):e20160390, 2017.
3. WEINBERG, R. S. GOULD, D. Fundamentos da Psicologia do Esporte e do Exercício. 2ª ed. Artmed, Porto Alegre, 2001.

Disciplinas do curso de Educação Física/Bacharelado que podem ter seus créditos aproveitados como eletivas.

Disciplina: Bioética 36h

Carga Horária Teórica: 36h Carga Horária Prática: 00h

Ementa. Origem e evolução da bioética: filosofia, o princípio da sacralidade da vida e o princípio da qualidade da vida. A bioética nas situações cotidianas (exclusão, cidadania, solidariedade e compromisso social); a bioética nas situações limites ou de fronteira; a bioética e o pluralismo moral. A análise ética das possibilidades de suspender, alterar, e/ou prolongar o curso da vida, do mercado primitivo tecnológico. A compra, a venda e o aluguel de partes do corpo humano, a liberdade e a responsabilidade científica, omissão, tolerância e radicalidade, os direitos humanos,

a participação de grupos minoritários (afrodescendentes, quilombolas e indígenas). Princípios éticos profissionais da Educação Física.

#### Bibliografia Básica

ARAÚJO, L. A Bioética nos experimentos com seres humanos e animais. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2002.

BERLINGUER, G. Ética da Saúde. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

COHEN, C.; SEGRE, M. Breve discurso sobre valores, moral, eticidade e ética. Bioética, 2: 19-24, 1994.

#### Bibliografia Complementar

BARCFontaine, C.; PESSINI, L. Bioética e saúde. 2.ed. rev. e ampl. São Paulo: CEDAS, 1990. 332p.

FORTES, P.; ZOBOLI, E. Bioética e saúde pública. São Paulo: Centro Universitário São Camilo Loyola, 2003. 167 p.

OLIVEIRA, F. BIOÉTICA: uma face da cidadania. São Paulo: Ed. Moderna, 1997. SGRECCIA, E. Manual de bioética: fundamentos e ética biomédica. São Paulo: Loyola, 1996.

SALLES, A. (Org.). Bioética: a ética da vida sob múltiplos olhares. Rio de Janeiro, RJ: Editora Interciência, 2009. 222 p.

Disciplina: Bioquímica Aplicada às Atividades Físicas 36h

Carga Horária Teórica: 36h Carga Horária Prática: 00h

Ementa: Estudo dos conceitos básicos e fenômenos bioquímicos aplicados a atividade física: noções sobre organização da matéria, ligações e reações químicas, soluções e concentrações e balanço ácido-básico. Estrutura celular, tecidos, órgãos relacionados a bioquímica. Bioenergética. Carboidrato, lipídio e proteína: função, estrutura e metabolismo

#### Bibliografia Básica

MAUGHAM, M.; GREENHAFF, P. Bioquímica do exercício e do treinamento. São Paulo: Manole, 2000.

MAUGHAN, R.; GLEESON, M. As bases bioquímicas do desempenho nos esportes. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

NELSON, D.; COX, M. Princípios de bioquímica de Lehninger. 5. ed. Artmed: São Paulo, 2011.

#### Bibliografia Complementar

CAMPBELL, M.; FARRELL, S. Bioquímica: bioquímica metabólica. São Paulo: Thomson Learning, 2008.

CISTERNAS, J.; MONTE, O.; MONTOR, W. Fundamentos teóricos e práticos em bioquímica. São Paulo: Atheneu, 2011.

HARVEY, R.; FERRIER, D. Bioquímica ilustrada. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

KOOLMAN, J.; RÖHM, K. Bioquímica: texto e atlas. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

MARZZOCO, A.; TORRES, B. Bioquímica básica. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.

Disciplina: Fundamentos de Bioestatística I - 36h
Carga Horária Teórica: 36h Carga Horária Prática: 00h
<p>Ementa: Estudo e discussão sobre os principais conceitos e ferramentas da análise exploratória de dados em estatística: distribuições de frequência, tabelas e gráficos, medidas de tendência central, de posição e de dispersão. Assimetria e Curtose. Introdução ao Estudo da Teoria das Probabilidades. Uso de softwares e planilhas computacionais na organização e análise de dados na Educação Física. Teoria da Amostragem.</p>
<p>Bibliografia Básica</p> <p>CALLEGARI-JACQUES, S. Bioestatística: princípios e aplicações. Porto Alegre: Artmed, 2003. 255 p.</p> <p>MEYER, P. Probabilidade: aplicações à estatística. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.</p> <p>MORETTIN, Pedro; BUSSAB, W. Estatística básica. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. 540 p.</p>
<p>Bibliografia Complementar</p> <p>COSTA, S. Introdução Ilustrada à Estatística. 5. ed. São Paulo: Editora Harbra Ltda., 2013, 416 p.</p> <p>LAPPONI, J. Estatística usando Excel. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005, 476 p.</p> <p>TRIOLA, M. Introdução à estatística. 10. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 2008, 696 p.</p> <p>VIEIRA, S. Estatística Experimental. 2. edição, São Paulo: Atlas, 1999.</p> <p>_____. Introdução a bioestatística. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.</p>

Disciplina: Farmacologia aplicada à Atividade Física - 36h
Carga Horária Teórica: 36h Carga Horária Prática: 00h
<p>Ementa: Estudo dos conceitos básicos da farmacologia aplicada à atividade física relacionada à saúde e ao desempenho esportivo: farmacocinética e farmacodinâmica; terapia farmacológica nas doenças crônico-degenerativas; uso farmacológico no esporte e o doping.</p>
<p>Bibliografia Básica</p> <p>BRUNTON, L.; CHABNER, A.; KNOLLMAN, C. As bases farmacológicas da terapêutica de Goodman &amp; Gilman. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012. GOODMAN, L. Goodman &amp; Gilman: manual de farmacologia e terapêutica. Porto Alegre: AMGH, 2010.</p> <p>KATZUNG, B.; Masters, S.; Trevor, A. Farmacologia básica e clínica. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.</p>
<p>Bibliografia Complementar</p> <p>NELSON, D.; COX, M. Princípios de bioquímica de Lehninger. 6 ed. Artmed: São Paulo, 2014.</p> <p>SILVA, P. Farmacologia. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.</p>

Política e Organização da Educação Física, Esporte e Lazer - 36h

Carga Horária Teórica: 36h Carga Horária Prática: 00h

Ementa: Estrutura e organização política da educação física esporte e lazer no Brasil. Atividade física e sua relação com os domínios da qualidade de vida. Competências do profissional de educação física no esporte, lazer e promoção da saúde. Gestão de programas de atividades físicas.

Bibliografia Básica

BARROS, M.; SANTOS-FILHO, S. Trabalhador da saúde: muito prazer! Protagonismo dos trabalhadores na gestão do trabalho em saúde. Ijuí: Unijuí, 2009. FRAGA, A.; WACHS, F. (Org.). Educação física e saúde coletiva: políticas de formação e perspectivas de intervenção. Porto Alegre: 2007. GONÇALVES, A. Conhecendo e discutindo saúde coletiva e atividade física. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

Bibliografia Complementar

REZENDE, J. Organização e administração no esporte. Rio de Janeiro: Sprint, 2000. BAGRICHEVSKY, M. et al. A saúde em debate na educação física. Blumenau: Ed. Nova Letra, 2004. (v.1).  
\_\_\_\_\_. A saúde em debate na educação física. Blumenau: Ed. Nova Letra, 2006. (v.2).  
CAMPOS, G. (Org.). Tratado de saúde coletiva. São Paulo: Hucitec, 2012. GUTIERREZ, G. Lazer e prazer questões metodológicas e alternativas públicas. Campinas: Autores Associados, 2001.  
MARCELLINO, N. Legados e megaeventos esportivos. Campinas: Papyrus, 2013.

Nutrição e Atividade Física - 36h

Carga Horária Teórica: 36h Carga Horária Prática: 00h

Ementa: Estudo dos conceitos básicos da nutrição aplicada a atividade física relacionada à saúde e ao desempenho esportivo: natureza e fontes dos nutrientes; aspectos metabólicos e fisiológicos envolvidos; princípios para o uso de recursos ergogênicos nutricionais; relação da alimentação e atividade física na prevenção e tratamento das doenças crônicas não transmissíveis; princípios básicos da avaliação nutricional.

Bibliografia Básica

McARDLE, W.; KATCH, F. e KATCH, V. Nutrição para o Esporte e Exercício. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.  
\_\_\_\_\_. KATZ, F. Fisiologia do exercício: energia, nutrição e desempenho humano. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1992.  
OLIVEIRA, J.; MARCHINI, J. Ciências nutricionais. São Paulo: Savier, 1998. PASCHOAL, V. Tratado de nutrição esportiva Funcional. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

Bibliografia Complementar

HIRSCHBRUCH, M.; Carvalho, J. Nutrição esportiva: uma visão prática. Barueri: Manole, 2008

KLEINER, S.; Greenwood-Robinson, M. Nutrição Para o Treinamento de Força. Tamboré: Manole, 2002.

LANCHA JÚNIOR A.; Campos-Ferraz, P.; Rogeri, P. Suplementação Nutricional no esporte. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2009.

MCARDLE, W.; KATCH, F.; KATCH, V. Nutrição: para o desporto e o exercício. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2001. 694 p.

TIRAPEGUI, J. Nutrição, metabolismo e suplementação na atividade física. São Paulo: Atheneu, 2005.

Disciplina: Métodos e Sistemas para o Treinamento Físico Geral - 36h
Carga Horária Teórica: 36h Carga Horária Prática: 00h
<p>Ementa: Estudo da evolução do treinamento físico: principais qualidades físicas relacionadas ao desempenho e saúde, bases gerais do treinamento e condicionamento físico; princípios científicos do treinamento esportivo, prescrição e periodização do treinamento.</p> <p>Bibliografia Básica</p> <p>BARBANTI, V. Treinamento físico: bases científicas. 3. ed. São Paulo: CLR Balieiro, 2001.</p> <p>BOMPA, T.; HAFF, G.G. Periodização: Teoria e Metodologia do Treinamento. Phorte Editora. 2012.</p> <p>GOBBI, S.; VILLAR, R.; A.; ZAGO, A.S. Bases teórico-práticas do condicionamento físico. Guanabara Koogan, 2005</p> <p>Bibliografia Complementar</p> <p>MAGLISCHO, E. Nadando o mais rápido possível. 3. ed. São Paulo: Manole, 2010.</p> <p>TUBINO, M.; MOREIRA, S. Metodologia científica do treinamento desportivo. 13. ed. Rio de Janeiro: Shape editora, 2003.</p> <p>WIENEC K, J. Treinamento Ideal. 9. ed. São Paulo: Manole, 1999.</p> <p>ANDRADE, M.; LIRA, C. A. B. Fisiologia do Exercício. 1. ed. São Paulo: Manole, 2016.</p> <p>DANTAS, E. A prática da preparação Física. Rio de Janeiro. 6. ed. Rio de Janeiro: Shape editora, 2004.</p>
Disciplina: Atividades Físicas para Terceira Idade - 36H
Carga Horária Teórica: 36h Carga Horária Prática: 00h
<p>Ementa: Características na fase adulta e terceira idade em relação ao ciclo da vida. Estudo das transformações anátomo-fisiológicas decorrentes da faixa etária e suas relações com ecossistema e cultura. Desenvolvimento de programas de atividades físicas.</p> <p>Bibliografia Básica</p> <p>MATSUDO, S. Avaliação do Idoso - Física &amp; Funcional. São Paulo: Phorte, 2002.</p>

SHEPHARD, R. Envelhecimento, atividade física e saúde. (Tradução: Maria Aparecida Pereira Araújo). São Paulo, Phorte Editora, 2003.

SPIRDUSO, W. Dimensões Físicas do Envelhecimento. São Paulo: Manole, 2004.

#### Bibliografia Complementar

BATES & HANSON. Exercícios aquáticos terapêuticos. São Paulo: Manole, 2002.

BLAIR, S. Prova de esforço e prescrição de exercício. Rio de Janeiro: Revinter 1994.

LE MURA, L.; DUVILLARD, S. Fisiologia do Exercício Clínico: aplicação e princípios fisiológicos. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

LORDA, R. Recreação na terceira idade. Rio Janeiro: Sprint, 1995.

Disciplina: Aspectos Sócio-Antropológicos das Atividades Corporais - 36H

Carga Horária Teórica: 36h Carga Horária Prática: 00h

Ementa: Identificação geral das principais correntes teóricas no campo da Antropologia e da Sociologia, e suas relações com as práticas corporais. Reflexão sobre a diversidade da construção social e cultural do corpo e das práticas corporais. Relações entre Educação Física, Sociologia e Antropologia, a partir dos conceitos de corpo e movimento humano. Investigação etnográfica.

#### Bibliografia Básica

GARCIA, R. Antropologia do Esporte. Rio de Janeiro: Shape Editora, 2007.

LE BRETON, D. A sociologia do corpo. Petrópolis: Vozes, 2010.

MURAD, M. Sociologia e Educação Física: diálogos, linguagens do corpo, esportes. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. Bibliografia complementar

#### Bibliografia Complementar:

ARON, R. As etapas do pensamento Sociológico. Martins Fortes: São Paulo, 1995.

BRACHT, V. Sociologia crítica do esporte: uma introdução. 3. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2009.

HELAL, R. O que é sociologia do esporte. São Paulo: Brasiliense, 1990.

LE BRETON, D. As paixões ordinárias: antropologia das emoções. Petrópolis: Vozes, 2009.

MAUSS, M. As técnicas do corpo. In: MAUSS, MARCEL. Sociologia e antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

### XIII. ATIVIDADES FORMATIVAS

As atividades formativas são relativas às ações acadêmico-científicas-culturais, estão regulamentadas pelas Resoluções CNE/CP nº 01/2002 e nº CNE/CP 02/2002 e Resolução nº 056/95 Cepe/Ufal. São atividades de cumprimento obrigatório e deverão ser vivenciadas pelos estudantes ao longo da formação acadêmica de forma diversificada.

Até o final da graduação, o discente deverá comprovar carga horária mínima de 216 horas, representando entre 5% a 10% do total da carga horária da parte fixa, que será somada à carga horária total obrigatória do curso.

Conforme o parágrafo segundo da Resolução Cepe/Ufal nº 113/95 as atividades estarão distribuídas em 4 grupos:

Grupo 1 - Atividades de Ensino - disciplinas cursadas, com aprovação, em áreas afins, ofertadas por quaisquer cursos da Ufal ou por outras instituições reconhecidas; monitoria de disciplina e estagios não obrigatórios;

Grupo 2 - Atividades de Extensão - participação como monitor de projetos, eventos e cursos de extensão; participação, organização e/ou ministrante em eventos da área como: seminários, simpósios, congressos, conferências (dentro e fora da Ufal); participação nos programas: Pibid e Residência Pedagógica;

Grupo 3 - Atividades de Pesquisa; Participação em grupos de estudo, Pibic, publicação e apresentação de artigos, de resenhas, de resumos, de resumos expandidos e de capítulos de livros;

Grupo 4 - Atividades de Representação Estudantil - participação de encontros nacionais de estudantes e administração de entidades estudantis, em eventos esportivos compondo equipe técnica, dentre outras.

Outras atividades não citadas neste documento poderão ser consideradas desde que aprovadas pelo colegido de curso.

A avaliação e inserção das atividades/carga horária no histórico do aluno serão realizadas pelo colegiado do curso, com base no relatório e em documentos comprobatórios, entregues ao final de cada período acadêmico, e na classificação normatizada pela Resolução Cepe/Ufal nº 113/95.

### XIV. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) será regido pelas normativas vigentes, pelo Regulamento Geral de TCC proposto pelo curso (Anexo 3) e de acordo com o art. 18

da Resolução Nº 25/2005 - Cepe, de 26 de outubro de 2005 e instrução normativa Nº 02 Prograd/Fórum das Licenciaturas, da Ufal, de 27 de setembro de 2013.

O TCC é uma atividade acadêmica obrigatória à integralização curricular, não se constitui como disciplina, não tendo, portanto, carga horária semanal, sendo sua carga total prevista no PPC e computada para integralização do curso. Deve ser apresentado ao colegiado do curso sob a forma de monografia, relatório acadêmico de estágio supervisionado, estudo de caso, produção técnico-profissional, artigo científico, ou ainda pesquisa concluída apresentada em congresso regional, nacional ou internacional da categoria. Qualquer uma das formas de apresentação da produção científica do aluno deverá obrigatoriamente abranger uma das áreas temáticas abordadas na graduação, envolvendo preferencialmente um ou mais componentes curriculares do curso.

Por meio do TCC, o aluno deverá demonstrar conhecimento compatível com a habilitação adquirida, aprofundamento temático e conhecimento da bibliografia especializada, bem como aprimorada capacidade de interpretação, visão crítica e aplicação da ciência enfocada, sendo capaz de fazer a interlocução com as áreas afins, devendo ser avaliados pelo Comitê de Ética da Ufal, conforme a sua natureza e apresentada a uma comissão designada pelo colegiado para supervisionar o processo da produção e defesa pública do TCC, junto ao orientador. Suas normas de elaboração deverão seguir, preferencialmente, o Padrão Ufal de Normalização.

O TCC propicia a complementação do processo de ensino e de aprendizagem. É planejado, executado, acompanhado e avaliado conforme os conteúdos programáticos e calendário específico, constituindo-se em enriquecimento curricular, no que tange ao aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e humano e poderá ser desenvolvido individualmente ou em dupla, sendo obrigatório o depósito de registro escrito, referente ao trabalho realizado e à respectiva defesa pública.

A Comissão de TCC será constituída por um coordenador e por dois membros do curso, que aprovará a constituição das bancas de defesa pública, sendo elas homologada pelo colegiado do curso.

O TCC não se constitui como disciplina, não tendo, portanto, carga horária fixa semanal, sendo sua carga horária total prevista no Projeto Pedagógico do curso e computada para a integralização dele:

I - Gera vínculo institucional do aluno com a Ufal, desde que o projeto seja registrado na coordenação do curso.

II - Deverá ser associado a um orientador, com titulação mínima de “pós-graduação *stricto sensu*”, devidamente homologado pelo Colegiado do Curso.

III - Em casos especiais, poderão ser definidos orientadores fora do quadro de professores da Ufal, desde que se apresente titulação mínima de “pós-graduação *stricto sensu*”, devidamente aprovados pelo Colegiado do Curso.

IV - O aluno, de comum acordo com o seu orientador, poderá solicitar a colaboração de um coorientador, não necessariamente do quadro da Ufal, desde que apresente titulação mínima de “pós-graduação *stricto sensu*”, devidamente aprovados pelo Colegiado do Curso.

V - O resultado da avaliação do TCC deverá ser registrado em ata, devidamente assinada pelo(s) avaliador(es) e coordenador(a) de curso.

O cumprimento desta atividade deverá ser realizado de acordo com os seguintes procedimentos: a escolha do professor orientador; confirmação da orientação pela entrega do Termo de Compromisso de Orientação (assinado pelo professor orientador); elaboração do calendário e horário a ser cumprido pelo orientando, conforme cronograma publicado pelo Colegiado do Curso; elaboração e apresentação do anteprojeto de pesquisa ao orientador; entrega da ficha de acompanhamento do orientador; qualificação do trabalho pelo orientador (apresentar à coordenação formulário específico de aquiescência da defesa); defesa pública do TCC; publicação ou apresentação em encontro científico da área.

As normativas complementares sobre o TCC encontram-se anexados a este Projeto Político Pedagógico.

## XV. ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS

A Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 - Lei do Estágio, define o “estágio como o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do estudante”.

Na Ufal, os estágios curriculares supervisionados são regulamentados a partir da Lei do Estágio em conjunto com a Resolução nº 71/2006 - Consuni/Ufal, de 18 de dezembro de 2006, ficando definido como componente curricular, presente nos cursos de graduação, sendo dividido em estágios curriculares supervisionados, obrigatório e não obrigatório, desde que previstos nos projetos pedagógicos dos cursos.

O estágio curricular supervisionado obrigatório para o curso de Educação Física - Licenciatura está previsto e orientado a partir do que preconizam os princípios decorrentes das orientações legais, nominalmente as constantes na Lei Federal nº 11.788 de 25 de

setembro de 2008, cartilha esclarecedora sobre a lei do estágio: Lei nº 11.788 (2008), Orientação normativa nº 07 de 30 de Outubro de 2008, Resolução CNE/CES nº 7, de 4 de outubro de 2007, Decreto Casa Civil nº 8.752, de maio de 2016, Resolução CNE/CES nº 7, de 31 de março de 2004, Resolução CONSUNI/Ufal nº 71 de 18 de dezembro de 2006, Resolução CNE/CP nº 2 de 1 de julho de 2015 e tem em conta o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Educação Física - Licenciatura.

Os Estágios Curriculares Supervisionados são desenvolvidos em quatro períodos letivos, com 100 horas em cada, perfazendo um total de 400 horas (Resolução CNE nº 2 de 1 de julho de 2015). Integram o itinerário formativo do estudante estagiário, fazem parte do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e são atividades curriculares obrigatórias que decorrem a partir do quinto semestre letivo.

Os estágios são supervisionados periodicamente por um professor do curso com formação ou experiência na área de atuação das atividades do estágio. Essas atividades deverão ser orientadas e programadas a partir de um plano de atividades, com a obrigatoriedade de avaliações periódicas previstas nas normativas institucionais e dos cursos da Ufal. Além disso, enfatizamos que a carga horária mínima do estágio curricular deverá atingir 400 horas para o curso. Salientando, no caso dos bacharelados, que o somatório dessa carga horária com a das atividades complementares não poderá exceder os 20% de carga horária total do curso. No caso dos cursos das áreas da Saúde e nas licenciaturas, há cargas horárias determinadas pelas DCN's e em resoluções e pareceres específicos do Conselho Nacional de Educação.

Os Estágios Supervisionados Obrigatórios do Curso de Educação Física serão realizado entre o 5º e 8º período do curso, sendo que seu principal objetivo é proporcionar ao aluno a oportunidade de aplicar seus conhecimentos acadêmicos em situações da prática profissional, possibilitando-lhe, assim, o exercício de atitudes em situações vivenciadas e a aquisição de uma visão crítica de sua área de atuação profissional futura, nas dimensões técnica, pedagógica, social e ética, de ordem formal.

Em relação às condições de exequibilidade, ressalta-se que as atividades dos estágios serão desenvolvidas de forma teórico/prática, podendo ser nas dependências da Ufal, como prevê o §3º do Art. 2º da Lei do Estágio, além de instituições públicas, privadas, ou junto a profissionais liberais de nível superior, desde que devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, cadastrados e/ou conveniados de acordo com a legislação vigente, sob a supervisão de um funcionário da instituição concedente (orientador) e de um professor da Ufal (supervisor).

A estruturação do estágio formaliza-se por meio de atividades compreendendo, obrigatoriamente, as seguintes etapas:

(1) Apresentação de termo de compromisso:

O estágio só será válido a partir do preenchimento e assinatura do Termo de Compromisso de Estágio (TCE), celebrado entre o estudante estagiário, o docente supervisor e a instituição concedente de estágio. Esse termo é um documento institucional, contendo os dados gerais do estágio em questão, o número da apólice de seguros que o estudante estagiário tem direito, disponibilizado, anualmente, pela Gerência de Estágio (Gest/Prograd).

(2) Elaboração do plano de trabalho:

A proposta de estágio, contida no Plano de Estágio, deve estar no contexto da formação acadêmica e ser apresentada para registro pelo Colegiado e devidamente aprovado e acompanhado por um docente supervisor. O Plano de Estágio deve considerar ainda a capacidade de planejamento que o estudante estagiário deve demonstrar na organização das tarefas interventivas de Estágio Supervisionado Curricular, em contexto de prática situada.

(3) Desenvolvimento das ações programadas

A organização de cada um dos componentes de Estágio Curricular Supervisionado é de responsabilidade do professor Supervisor, em estreita relação com o Módulo de Gerenciamento de Estágio (MGE/Prograd/Ufal) e a Coordenação de Estágios do Curso de Educação Física - Licenciatura.

Para sua organização, defende-se a ideia central de que a articulação do estágio com a pesquisa constitui instrumento epistemológico-teórico-metodológico fundante de um modelo alternativo/innovador da formação inicial. O Estágio Curricular Supervisionado deve ser visto como condição de desenvolvimento da autonomia intelectual, profissional e da identidade profissional, tendo em vista a formação de um profissional-pesquisador crítico-reflexivo.

O Estágio Curricular Supervisionado está dividido em quatro componentes de formação, dispostos nos últimos quatro semestres letivos do Curso de Educação Física - Licenciatura e se dará a partir de normatização própria aprovada pelo Colegiado do Curso.

(4) A avaliação final do estágio

A avaliação dos Estágios Curriculares Supervisionados se dará de maneira processual, com caráter formativo e somativo. Ao final de cada Estágio, o Estudante Estagiário deverá apresentar o Relatório Final de Estágio como requisito para a conclusão de cada um dos Estágios Curriculares Supervisionados.

A avaliação dos Estágios Curriculares Supervisionados atenderá às orientações prescritas nas normatizações acadêmicas que regem os critérios de avaliação de aprendizagem da Ufal e daquelas definidas a partir da dinâmica de cada um dos Estágios Curriculares Supervisionados.

O aproveitamento acadêmico, resultado obtido pelo Estudante Estagiário, relativo às atividades de Estágio, é expresso pelas médias das Avaliações Bimestrais (AB), sempre no mínimo de duas, ou pela média alcançada, após submetido à Prova Final (PF).

A verificação do rendimento do Estudante Estagiário na perspectiva dos Estágios Curriculares Supervisionados far-se-á por meio da produção de Planos de Estágios, avaliação intermédia atestada pelo Orientador de Estágio, produção de Relatório Final de Estágio, avaliação final atestada pelo Orientador de Estágio e outras avaliações de atividades equivalentes, quando solicitadas pelo Professor Supervisor.

A avaliação será feita pelo Orientador e pelo Professor Supervisor. Nela, serão consideradas as Áreas de Desempenho, as atividades de Estágios Curriculares Supervisionados e as competências profissionais a serem percorridas e adquiridas pelo estudante estagiário no percurso da formação.

Além disso, deverá ser apresentado um relatório completo das atividades ao Coordenador de Estágio e ao Colegiado do Curso, avaliado e assinado pelo orientador e pelo supervisor do estágio. Essas atividades deverão estar compreendidas dentro das diferentes áreas de atuação do curso.

O Estágio Curricular Supervisionado Não Obrigatório é atividade opcional integrante do conjunto de possibilidades previstas para as atividades complementares. A carga horária será de no máximo 30 horas semanais, desde que não haja prejuízo nas atividades acadêmicas obrigatórias. Nos períodos de férias escolares, poderão ocorrer atividades de estágios não obrigatórios, sendo a jornada de trabalho estabelecida entre o estagiário e a parte concedente, com interveniência da Ufal, por meio da Coordenação de Estágios Curriculares do curso.

O Estágio Curricular Supervisionado não obrigatório poderá, respeitada a Resolução nº 71/2006 - Consuni/Ufal, de 18 de dezembro de 2006, ser transformado em Estágio Obrigatório, mediante parecer favorável do Colegiado de Curso, a depender da análise e apreciação da coordenação do curso, aprovado no Colegiado do respectivo curso.



## REFERÊNCIAS

BETTI, Mauro. Educação Física e Sociedade. São Paulo: Movimento, 1991.

BRACHT, Valter (et al). As ciências do esporte no Brasil. Campinas: autores Associados, 1995.

BRACHT, Valter. Educação Física e Aprendizagem Social. Porto Alegre: Magister, 1992.

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. [Plano Nacional de Educação (PNE)]. Plano Nacional de Educação 2014-2024 [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. - Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. - (Série Legislação; n. 125)

\_\_\_\_\_. Decreto nº. 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei nº. 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996; Brasil. Ministério de Educação e do Desporto.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm)>. Acesso em: 20 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no

currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: MEC/SEMTEC, 2000.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular - proposta preliminar - segunda versão. Brasília: MEC, 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, 2013. Brasil. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação. Brasília: MEC, 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação - Bacharelados, Licenciaturas e Cursos Superiores de Tecnologia. Brasília, abril, 2016.

\_\_\_\_\_. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: Educação Física / Secretaria de Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

\_\_\_\_\_. Resolução CNE/CP nº 01, de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 31. Republicada por ter saído com incorreção do original no D.O.U. de 4 de março de 2002. Seção 1, p. 8.

\_\_\_\_\_. Resolução CNE/CP nº 02, de 19 de fevereiro de 2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Diário Oficial da União, Brasília, 4 de março de 2002. Seção 1, p. 9.

\_\_\_\_\_. Resolução CNE/CP nº. 01, de 17 de junho de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Resolução CNE/CP nº. 02, de 25 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>>. Acesso em: 20 fev 2018.

BRASIL. Conselho Federal de Educação, Parecer CFE nº 894, de dezembro 1969. Fixa o currículo mínimo, a duração e a estrutura dos cursos superiores de graduação em Educação Física. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1969.

\_\_\_\_\_. Conselho Federal de Educação, Parecer CFE nº 672, de 04 de setembro de 1969. Trata da fixação das matérias pedagógicas da licenciatura, especialmente com relação ao tempo de duração da formação pedagógica no âmbito de cada licenciatura. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1969.

\_\_\_\_\_. Conselho Federal de Educação. Parecer nº 0058, de 18 de fevereiro de 2004. Trata das diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em Educação Física. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2004.

\_\_\_\_\_. Conselho Federal de Educação. Resolução nº 69, de 6 de novembro de 1969. Fixa o currículo mínimo de Educação Física. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1969.

\_\_\_\_\_. Conselho Federal de Educação. Resolução nº 03, de 16 de Junho de 1987. Fixa os mínimos de conteúdo e duração a serem observados nos cursos de graduação em Educação Física (Bacharelado e/ou Licenciatura Plena). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1987.

\_\_\_\_\_. Conselho Federal de Educação. Resolução nº 007/de 31 de Março de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2004.

\_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de dezembro de 1996. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: DF, 1996.

\_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024, de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: DF, 1961.

BRASIL. Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: DF, 1961.

CASTELLANI FILHO, Lino. Educação Física no Brasil: A História que não se conta. Campinas - SP: Papirus, 1988.

CLARO, Edson. Método Dança-Educação Física: uma reflexão sobre consciência corporal e profissional. São Paulo: Ed. Do autor, 1988.

Coletivo de autores. Metodologia do ensino da Educação Física. São Paulo: Cortez, 1992.

COSTA, Otávio S., LACERDA, Cristina B. F. de A implementação da disciplina de Libras no contexto dos cursos de licenciatura. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v.10, n. esp. São Paulo, 2015. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/7923> Acesso: 20. out. 2018.

DAOLIO, Jocimar. Da cultura do corpo. Campinas: Papirus, 1994.

FREIRE, João Batista. De corpo e alma: o discurso da motricidade. São Paulo: Summus, 1991.

FREIRE, João Batista. Educação de corpo inteiro. São Paulo: Scipione, 1989.

GHEDIN, Evandro, OLIVEIRA, Elisângela S., ALMEIDA, Whasgton. A. de. Estágio com pesquisa. São Paulo: Cortez, 2015.

HOFFMANN, Jussara. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. 33 ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2014.

KUNZ, Elenor. Educação Física: ensino e mudanças. Ijuí: Unijuí, 1991.

KUNZ, Elenor. Transformação didático-pedagógica do esporte. Ijuí: Unijuí, 1994.

LUCKESI, Cipriano C. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LUCKESI, Cipriano C. Sobre notas escolares: distorções e possibilidades. São Paulo: Cortez, 2014.

MASETTO, Marcos Tarciso. Docência na universidade. Campinas: Papyrus, 1998.

MEDINA, J. P. S. A Educação Física cuida do corpo... e “mente”: bases para a renovação e transformação da educação física. 7. ed. Campinas: Papyrus, 1987.

MEIER, Marcos; GARCIA, Sandra. Mediação da aprendizagem: contribuições de Feuerstein e Vygotsky. 7 ed. Curitiba: Edição do autor, 2011.

MONTENEGRO, Patrícia. C. A. Os sentidos de formação profissional no imaginário dos docentes de graduação em Educação Física da Universidade Federal de Alagoas. 277 f. 2006. Tese de Doutorado em Educação Física - Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2006.

MOREIRA, Wagner W. Educação Física Escolar: uma abordagem Fenomenológica. Campinas: UNICAMP, 1991.

PIMENTA, Selma. G. Pesquisa-ação crítico-colaborativa: construindo seu significado a partir de experiências na formação e na atuação docente. In: PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E.; FRANCO, M. A. S. (Orgs). Pesquisa em educação: alternativas investigativas com objetos complexos. São Paulo: Loyola, 2006. p. 25-64.

SANTIN, Silvino. Da alegria do lúdico à opressão do rendimento. Porto Alegre: Edições Est/Esef-Ufrgs, 1994.

SÉRGIO, Manuel. Educação Física: uma abordagem filosófica da corporeidade. Ijuí: Unijuí, 1986.

SÉRGIO, Manuel. Para uma epistemologia da motricidade humana. Lisboa: Compendium, 1996.

SERRA, Antonio Roberto; SILVA, João. Augusto. (orgs.). Por uma educação sem distâncias: recortes da realidade brasileira. São Luís: Eduema, 2008.

SILVA, Juan. Un modelo pedagógico virtual centrado en las e-actividades. RED - Revista de Educación a Distancia, n. 53, mar 2017. Disponível em: <<https://www.um.es/ead/red/53/silva.pdf>> Acesso em 10 mar 2017.

SOBRAL, F. R.; CAMPOS, C. J. G. Utilização de metodologia ativa no ensino e assistência de enfermagem na produção nacional: revisão integrativa. Rev Esc Enferm USP. v. 46, n. 1, p. 208-218, 2012.

TAFFAREL, C. N. Z. A formação profissional da educação: o processo pedagógico e o trato com o conhecimento no curso de Educação Física. 1993. 301p. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

TAFFAREL, C. N. Z. Criatividade nas aulas de Educação Física. Rio de Janeiro: Ao livro Técnico, 1985.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. Resolução CEPE nº 113/95, de 13 de novembro de 1995. Estabelece normas para o funcionamento da parte flexível do sistema seriado dos cursos de graduação. Disponível em:

<[https://ufal.br/estudante/graduacao/normas/documentos/resolucoes/resolucao\\_113\\_95\\_c\\_epe](https://ufal.br/estudante/graduacao/normas/documentos/resolucoes/resolucao_113_95_c_epe)>. Acesso em: 20 de nov. de 2018.

\_\_\_\_\_. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. Resolução CEPE nº 056/95, de 18 de julho de 1995. Define normas referentes à implantação e implementação do regime acadêmico seriado anual quanto à organização e funcionamento dos cursos de graduação da Universidade Federal de Alagoas. Disponível em: <[https://ufal.br/estudante/graduacao/normas/documentos/resolucoes/resolucao\\_56\\_95\\_ce\\_pe](https://ufal.br/estudante/graduacao/normas/documentos/resolucoes/resolucao_56_95_ce_pe)>. Acesso em: 20 de nov. de 2018.

\_\_\_\_\_. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução nº 113/95 - CEPE, de 13 de novembro de 1995 em: [https://ufal.br/estudante/graduacao/normas/documentos/resolucoes/resolucao\\_113\\_95\\_ce\\_pe](https://ufal.br/estudante/graduacao/normas/documentos/resolucoes/resolucao_113_95_ce_pe))

\_\_\_\_\_. Resolução CONSUNI/Ufal nº 33, de 11 de novembro de 2003. Aprova o programa de políticas afirmativas para afrodescendentes no ensino superior na Ufal. Maceió, 2003.

\_\_\_\_\_. Projeto pedagógico de licenciatura, graduação plena, Educação Física. Maceió, Ufal, 2006.

\_\_\_\_\_. Secretaria Executiva dos Conselhos Superiores. Resolução nº 53/2012 - CONSUNI/Ufal, de 05 de novembro de 2012. Aprova a reformulação do regimento interno da comissão própria de avaliação institucional - CPA/Ufal. Maceió, 2012.

\_\_\_\_\_. Secretaria Executiva dos Conselhos Superiores. Estatuto Geral da Ufal. Maceió, 2006.

## ANEXOS

## ANEXO I - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC

---



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE  
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA - LICENCIATURA

## REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO

MACEIÓ

2019

## REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO

Este regulamento tem por finalidade normatizar o processo de desenvolvimento dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Educação Física Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas (EDFL/UFAL), estabelecendo critérios e procedimentos gerais a serem adotados.

### CAPÍTULO 1

#### *Das Disposições Preliminares*

Art. 1º - O presente regulamento disciplina o processo de elaboração, apresentação e avaliação de Trabalho de Conclusão do curso de graduação em EDFL/UFAL.

Art. 2º - O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) deverá ser realizado individualmente ou em duplas, mediante consentimento expresso de maneira formal do orientador, devendo abordar temáticas relacionadas as disciplinas da matriz curricular do Curso e/ou áreas afins, preferencialmente, sob orientação dos docentes dos Cursos da Universidade Federal de Alagoas, sendo apresentado sob a forma de artigo científico ou monografia.

Em sua natureza entende-se:

- I. Serão considerados artigos científicos os relatórios de pesquisa de campo com dados empíricos, relatórios de Estágio Supervisionado, trabalhos completos apresentados em reuniões científicas da área, relatórios do Programa de Iniciação à Docência (PIBID), do Programa de Iniciação Científica (PIBIC) e do Programa de Residência Pedagógica que atenderem as características dispostas no artigo 2º, inciso II.
- II. O artigo científico deverá conter, obrigatoriamente, as seções de resumo (até 300 palavras), introdução, materiais e método, resultados, discussão, considerações finais (no mínimo, 4000 palavras), e referências (no mínimo 30). O artigo poderá ter sido ou não submetido/publicado por um periódico da área de Educação Física no momento da defesa do TCC.

Parágrafo único - Será permitida a orientação por docente externo, com titulação mínima de especialista. As orientações por docente externo deverão passar por Aprovação do Colegiado do Curso EDFL/UFAL.

Art. 3º - O TCC, será realizado conforme o artigo 2º deste regulamento e deverá propiciar aos alunos do curso de Educação Física/Licenciatura, a oportunidade de demonstrar as competências adquiridas ao longo da graduação cursada. Com o objetivo que os mesmos se iniciem na prática de pesquisa, buscando aprofundar e produzir conhecimentos.

Art. 4º - Para todos os produtos finais será necessária a apresentação do registro de submissão ou aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas, como estabelecem as Resoluções do Conselho Nacional de Saúde 466/12 e 510/16 que dispõe sobre pesquisas realizadas com seres humanos.

## CAPÍTULO 2

### *Do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)*

Art. 5º - O processo de confecção do TCC deverá compreender etapas sucessivas que serão desenvolvidas ao longo dos semestres letivos em que o aluno estiver matriculado no Curso.

Art. 6º - A mudança do Projeto de Pesquisa para a elaboração do TCC somente poderá ocorrer, a partir de proposta do aluno e/ou do Professor-Orientador, com parecer conclusivo do mesmo.

Art. 7º - A solicitação de Defesa do TCC deverá ser realizada pelo Professor-Orientador, assim que o mesmo entenda que o Trabalho esteja pronto para tal processo avaliativo, através de e-mail conforme estabelecido no fluxograma (APÊNDICE A) administrativo do TCC da coordenação.

## CAPÍTULO 3

### Dos alunos e professores-orientadores

Art. 8º - A escolha do tema a ser abordado na confecção do TCC será feita juntamente com o Professor-Orientador escolhido pelo aluno, mediante disponibilidade do mesmo, explicitada através da assinatura do Termo de Compromisso (APÊNDICE B).

Parágrafo único - Para consolidar e reforçar a produção acadêmico/científica é preferível que a temática abordada seja relacionada por uma das várias linhas de pesquisa ou temática de interesse dos Professores-Orientadores do Curso, conforme disposto em documento publicizado pela coordenação de curso.

Art. 9º - Caberão ao aluno do curso de EDFL/UFAL os seguintes deveres:

- I. Apresentar, em primeiro lugar, ao Professor-Orientador um anteprojeto contendo: o tema, a justificativa da escolha do tema, os objetivos e a bibliografia a ser consultada;
- II. Sob a supervisão do Professor-Orientador, apresentar cronograma, determinando as etapas a serem cumpridas e os prazos para a realização das mesmas;
- III. Cumprir o calendário divulgado pela coordenação de curso e TCC, para realização das atividades propostas até a defesa pública;
- IV. Frequentar as reuniões convocadas pelo seu Professor-Orientador;
- V. Elaborar a versão final do TCC, obedecendo às normas e instruções deste regulamento e outras, aprovadas pela coordenação do curso de EDFL/UFAL, bem como atender padrão UFAL de normalização de trabalhos acadêmicos e as exigências do Repositório Acadêmico da Biblioteca da UFAL;
- VI. Comparecer no dia, hora e local determinados pela coordenação de curso para apresentar e defender a versão final de seu TCC, perante banca examinadora;
- VII. Observar as sugestões da banca examinadora durante a defesa do trabalho e incluir as mesmas, em anuência com o Professor-Orientador, na elaboração do trabalho final a ser entregue.

Art. 10º - Só haverá substituição do Professor-Orientador mediante concordância das partes e com anuência da coordenação de TCC e conhecimento do Colegiado do Curso.

Art. 11º - São deveres do Professor-Orientador:

- I. Orientar os alunos na escolha do tema e na elaboração e execução do TCC a ser desenvolvido ao longo do curso;
- II. Sugerir ao Colegiado do Curso de EDFL/UFAL, alterações destinadas ao aprimoramento da elaboração do TCC;
- III. Acompanhar, através de documento próprio, o desenvolvimento do TCC, por meio de reuniões semanais ou quinzenais, de orientação em dia e hora, antecipadamente combinados com o aluno e informados, através de relatório final a Coordenação do Curso (APÊNDICE C);
- IV. Participar de reuniões, convocadas pela Coordenação, para análise do andamento do TCC, assim como para a avaliação dos alunos;

- V. Marcar o dia, hora e local da apresentação e/ou defesa do TCC, perante banca examinadora, bem como se responsabilizar por coletar as assinaturas dos membros da banca;
- VI. Observar as sugestões da banca examinadora durante a defesa do trabalho e acompanhar a inclusão das mesmas, na elaboração do trabalho final a ser entregue pelo aluno;
- VII. Retirar a ata de defesa do TCC na secretaria do curso e conferir as informações contidas no documento (APÊNDICE E).

## CAPÍTULO 4

### *Da Defesa e Entrega Final do TCC*

Art. 12° - A versão final do TCC deverá atender ao padrão UFAL de normalização de trabalhos acadêmicos e as exigências do Repositório Acadêmico da Biblioteca da UFAL.

Art. 13° - O cronograma de defesa do TCC deverá ser publicizado no mural da Coordenação do Curso EDFL/UFAL, no início do semestre letivo.

Art. 14° - Após a defesa e aprovação do TCC, o aluno terá o prazo máximo 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da defesa, para apresentar os devidos ajustes e correções na versão final do documento, atendendo as determinações do artigo 12°.

Art. 15° - A apresentação de TCC à banca examinadora no Instituto de Educação Física e Esporte (IEFE) da UFAL é indispensável, mesmo que o produto final do TCC tenha sido publicado em revista científica em momento anterior ou apresentado em reuniões científicas da área. A defesa pública do TCC deverá ser realizada de forma presencial ou por videoconferência; bem como a atribuição da nota.

Art. 16° - O Professor-Orientador tem autonomia para impedir que um TCC, seja submetido para publicação ou apresentado, propondo a reprovação do aluno a qualquer tempo, desde que, consubstancie e justifique sua decisão, encaminhando-a, por escrito, ao Colegiado do Curso.

## CAPÍTULO 5

### *Da avaliação do TCC*

Art. 17º - A avaliação do TCC será realizada por banca examinadora composta (APÊNDICE D), preferencialmente, por professores do IEFÉ / UFAL que demonstram experiência no objeto de investigação. Deverá a banca examinadora atribuir nota final ao candidato que submeteu o TCC, mesmo que o produto final tenha sido aceito para publicação ou publicado em outra instância. A presidência da banca examinadora fica a ser resolvida em comum acordo entre os membros, prevalecendo a titulação acadêmica, desde que seja Professor vinculado ao Curso EDFL/UFAL.

Parágrafo único: Todas as notas referentes à avaliação do TCC compreenderão valores entre zero (0) e dez (10) e, ficarão sujeitas, nas composições, aos critérios de arredondamento estabelecidos pela UFAL.

Art. 18º - A avaliação do TCC deverá ser realizada a partir da defesa. No caso do TCC realizado em dupla, haverá um sorteio para definir o apresentador.

Parágrafo único: A apresentação pública - no caso de o artigo científico já ter sido publicado - ou a defesa do TCC, deverá ser realizada em um tempo máximo de 20 (vinte) minutos e, em seguida, a banca examinadora disporá de até 30 (trinta) minutos para arguição e/ou considerações.

Parágrafo Único - As notas atribuídas ao Trabalho poderão estar condicionadas a realização dos ajustes solicitados pela banca examinadora.

Art. 19º - O aluno reprovado na defesa de seu TCC terá direito a recurso perante o Colegiado do Curso. O recurso deverá ser apresentado por escrito pelo candidato em concordância com o seu orientador, no prazo máximo de dois dias úteis, contados a partir da data da defesa.

Parágrafo Único - Caberá ao Colegiado do Curso analisar a pertinência do pedido e dar os encaminhamentos necessários à solicitação.

Art. 20º - A coordenação de curso publicizará o cronograma de defesas de TCC, a relação dos alunos que procederam à entrega, dentro da data prevista, com a devida anuência do Professor-Orientador definindo a data, horário e local das defesas e a constituição das bancas examinadoras.

Parágrafo 1º. - A defesa do TCC, será realizada em sessão pública;

Parágrafo 2º. - A nota final do TCC será registrada em ata própria (Apêndice I).

Parágrafo 3º. - A nota final do TCC será publicada após a entrega da versão definitiva.

### *Das disposições gerais*

Art. 21° - É de inteira responsabilidade do aluno, junto à secretaria e à coordenação do curso de EDFL/UFAL, a observação e respeito aos seus prazos e obrigações;

Art. 22° - Todas as suspeitas de fraude acadêmica, seja pela suspeita de utilização de trabalhos já realizados - nesta ou em outras instituições - seja o recorte de partes de outros trabalhos, serão rigorosamente verificadas.

Parágrafo único: - Em caso de confirmação das suspeitas será nomeada uma comissão de ética presidida pelo Coordenador do Curso e pelo Professor-Orientador que irá analisar a extensão e a gravidade da fraude acadêmica, ficando o aluno passível de aplicação das normas disciplinares da UFAL.

## *CAPÍTULO 7*

### *Das disposições finais*

Art. 23° - Os casos omissos e as interpretações deste Regulamento devem ser resolvidos pela coordenação do curso de EDFL/UFAL, com recurso, em instância final, para o colegiado do curso.

Art. 24° - Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado do Curso de Educação Física-Licenciatura da UFAL.

## *APÊNDICE A*

### *FLUXOGRAMA ADMINISTRATIVO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO*

Preâmbulo

Este documento tem por objetivo organizar a dinâmica administrativa e acadêmica dos Trabalhos de Conclusão de Curso da Educação Física/Licenciatura desde o início da confecção do projeto de pesquisa até a entrega da versão final do TCC ao repositório institucional da Universidade Federal de Alagoas.

Neste sentido, além de apresentar tais procedimentos também reunirá em anexo toda a documentação e os formulários necessários para efetivação dos mesmos. As resoluções dos Projetos Pedagógicos estarão no Anexo I.

#### ETAPA 1 - Construção do Projeto de Pesquisa e a Formalização da Orientação

A elaboração do Projeto de Pesquisa e a efetivação da formalização de orientação dar-se-á de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso.

Os discentes do PPC-2006 deverão realizar o Projeto de Pesquisa na disciplina “Projeto Integrador 7” (7º Período) momento no qual o aluno deverá confeccionar a versão final, apresentar o Termo de Aceite de Orientação (Anexo II) e, caso seja pertinente ao estudo, submeter o projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP - Plataforma Brasil), como apresentado na Figura 1.

Os discentes do PPC-2019 deverão realizar o Projeto de Pesquisa na disciplina “Ateliê de Pesquisa” (7º Período) momento no qual o aluno deverá confeccionar a versão final, apresentar o Termo de Aceite de Orientação (Anexo II) e, caso seja pertinente, submeter o projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP - Plataforma Brasil), como apresentado na Figura 1.

O Termo de aceite deverá ser encaminhado pelo(a) discente, em formato digital, com a devida assinatura do(a) docente responsável para o email [tcc.edfl.ufal@gmail.com](mailto:tcc.edfl.ufal@gmail.com) até a aplicação da Avaliação Bimestral 1 (AB1) no SIGAA.

A coordenação de TCC-EDFL dará baixa ao documento e incluirá a referida Orientação na Planilha On-Line de Orientações de TCC do Curso de Educação Física-Licenciatura.

7º Período		
PPC 2006	Projeto Integrador 7	* Elaboração do Projeto de Pesquisa
PPC 2019	Ateliê de Pesquisa	* Submissão do Projeto ao CEP

Encaminhar para o email:

Figura 1. Desenvolvimento do projeto de pesquisa nos cursos de licenciatura em Educação Física.

## ETAPA 2 - Solicitação de Matrícula Vínculo

Caso o(a) discente não tenha concluído em tempo regular seu trabalho de conclusão de curso e, além disso, não esteja em débito com nenhuma disciplina obrigatória e/ou eletiva, deverá semestralmente realizar a matrícula vínculo em TCC.

A matrícula vínculo em TCC é sempre realizada no período do reajuste de matrícula pelo SIEWEB, em calendário específico publicado pela PROGRAD.

Para sua efetivação, o(a) discente deverá dirigir-se a Secretaria da Coordenação de Educação Física - Licenciatura, com cópia impressa e devidamente assinada pelo(a) docente orientador(a), para efetivação da matrícula.

Ao mesmo tempo, solicitar-se-á o encaminhamento do Termo de Aceite de Orientação em formato digital, com a devida assinatura do(a) docente responsável para o email [tcc.edfl.ufal@gmail.com](mailto:tcc.edfl.ufal@gmail.com).

A inclusão do registro no SIGAA somente ocorrerá com a concretização dos dois procedimentos. Caberá a secretaria do curso o recebimento da documentação impressa e a coordenação do TCC o acompanhamento do encaminhamento da documentação on-line. O resumo do fluxo da matrícula e análise documental está na Figura 2.

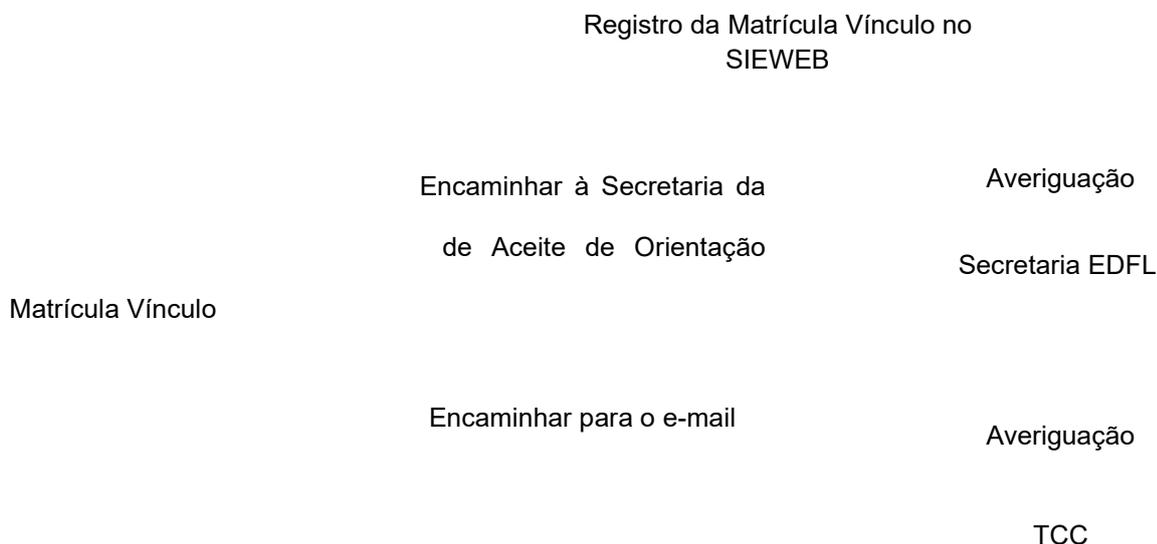


Figura 2. Fluxo da matrícula e análise documental.

## ETAPA 3 - Solicitação de Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso

Quando o(a) discente tiver finalizado o texto completo do TCC e com a devida autorização do(a) orientador(a), este poderá agendar a defesa do Trabalho de Conclusão de Curso. O(a) responsável pela tramitação da solicitação de defesa compete a(o) orientador(a).

O(a) docente orientador(a) deverá encaminhar ao email da coordenação de curso de EDFL ([licenciatura@iefe.ufal.br](mailto:licenciatura@iefe.ufal.br)) uma solicitação para a confecção da Ata de Defesa. Nesta solicitação deverá constar:

- a) Nomes completos e sem abreviaturas do(a) professor(a) orientador(a) e do discente;
- b) Título do TCC;
- c) Data prevista para defesa;
- d) Nome e titulação completa dos componentes da banca examinadora;
- e) Local/sala da defesa do TCC (em caso de defesa virtual, informar a plataforma);
- f) Cópia em PDF da Versão Final.

A solicitação deve ser encaminhada até 5 (cinco) dias antes da defesa do TCC.

A defesa de TCC deverá respeitar o calendário pertinente à esta atividade aprovada em reunião de colegiado, resguardando os casos e as situação excepcionais quando existirem.

Caberá a Secretaria da Coordenação EDFL a divulgação, em mural do curso no IEFE, das informações da referida atividade. E, em caso de defesas virtuais, caberá a(o) docente orientador(a) e discente a ampla divulgação em plataformas digitais da realização da banca examinadora.

Será de inteira responsabilidade do(a) discente e respectivo orientador(a) a distribuição da versão final do Trabalho de Conclusão de Curso a ser defendido. O fluxograma do cronograma de defesa do TCC está apresentado na Figura 3.

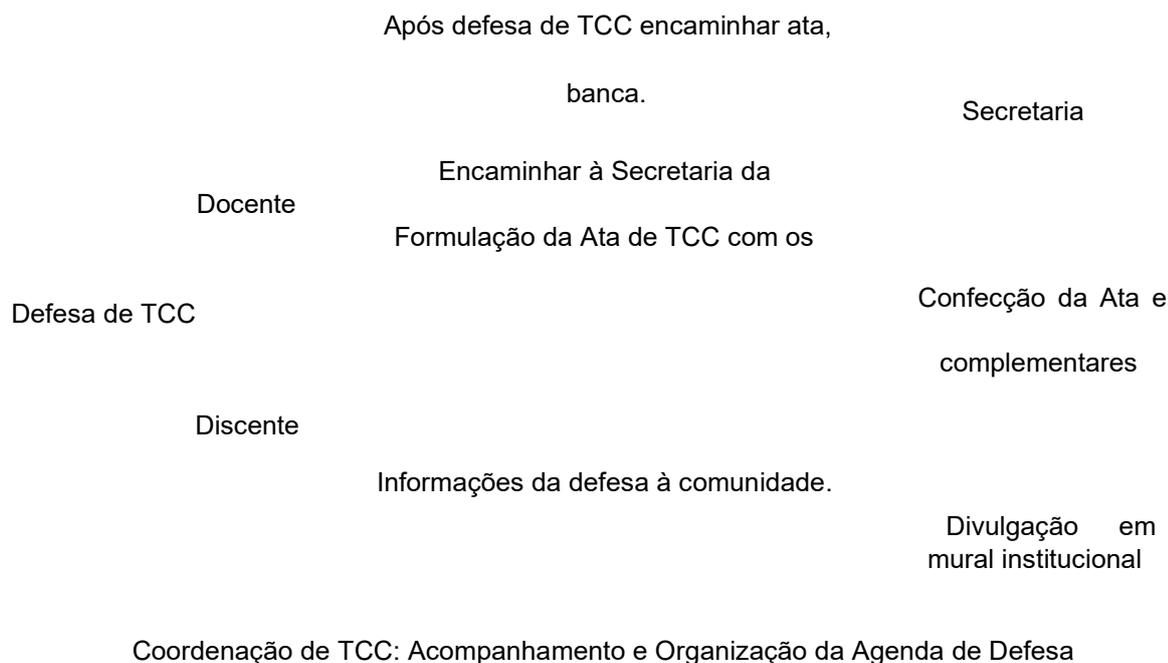


Figura 3. Fluxograma do cronograma de defesa do TCC.

Após a realização da banca examinadora de TCC caberá o(a) orientador(a) o encaminhamento da Ata de Defesa, devidamente assinada pelos componentes da banca examinadora, à Secretaria da EDFL. Esta informará a(o) discente os procedimentos seguintes para integralização da carga horária referente ao TCC no SIEWEB.

Caberá a coordenação do TCC-EDFL realizar o acompanhamento das atividades, bem como organizar o fluxo das solicitações de agendamento de defesa de TCC de modo que não haja sobreposição de datas e espaços, possibilitando, assim, que a comunidade acadêmica possa acompanhar e prestigiar a atividade científica.

#### ETAPA 4 - Encaminhamento da Versão Final do TCC para Biblioteca Central

Após a defesa de TCC, o(a) discente, conjuntamente com o(a) orientador(a) terá até 30 dias para entrega da versão final do TCC. Esta etapa é importante para a conclusão do processo atinente ao Trabalho de Conclusão de Curso, bem como da inclusão da nota atribuída ao trabalho no SIEWEB.

No entanto, antes do encaminhamento da versão final o(a) discente deverá:

1. Solicitar a confecção da Ficha Catalográfica pela Biblioteca Central através de formulário específico ([http://sibi.ufal.br/portal/?page\\_id=39](http://sibi.ufal.br/portal/?page_id=39)) e encaminhar para o email [fichascat@gmail.com](mailto:fichascat@gmail.com) (item dispensado para TCC's em formato de artigos publicados em periódicos científicos).

2. Preenchimento de Termo de Autorização de TCC do Autor do Repositório Institucional da Biblioteca Central, que pode ser adquirido no link: [http://sibi.ufal.br/portal/?page\\_id=39](http://sibi.ufal.br/portal/?page_id=39).

Após a realização destas duas primeiras etapas, o(a) discente deverá encaminhar a versão final do TCC para a coordenação do curso de EDFL, unicamente em versão PDF, para o email [tcc.edfl.ufal@gmail.com](mailto:tcc.edfl.ufal@gmail.com).

Caberá a(o) discente, encaminhar para o referido email os seguintes documentos (organizados em um único arquivo) na referida sequência apresentada:

- a) Termo de Autorização para TCC;
- b) Ficha Catalográfica;
- c) TCC ou Cópia do Artigo Publicado em Periódico com a folha de aprovação devidamente assinada pelos componentes da banca examinadora (não será aceita assinatura digital).

A coleta das assinaturas no Termo de Aprovação do TCC será de inteira responsabilidade do(a) discente e orientador(a).

A documentação será conferida pela Secretaria da Coordenação do Curso EDFL e, em casos de pendências, será devolvido a(o) responsável pela emissão.

Em caso de cumprimento das orientações, a Secretaria EDFL encaminhará à coordenação do TCC para o envio do trabalho ao repositório institucional, para o devido armazenamento no banco virtual de dados de TCC e da conclusão do(a) discente na planilha de controle de entrada/saída de TCC.

Somente após todo esse processo concluído que a Secretaria de Coordenação da EDFL poderá incluir a nota da defesa de TCC no SIEWEB ou emitir algum documento de formalização de conclusão do TCC para fins de coleção de grau.

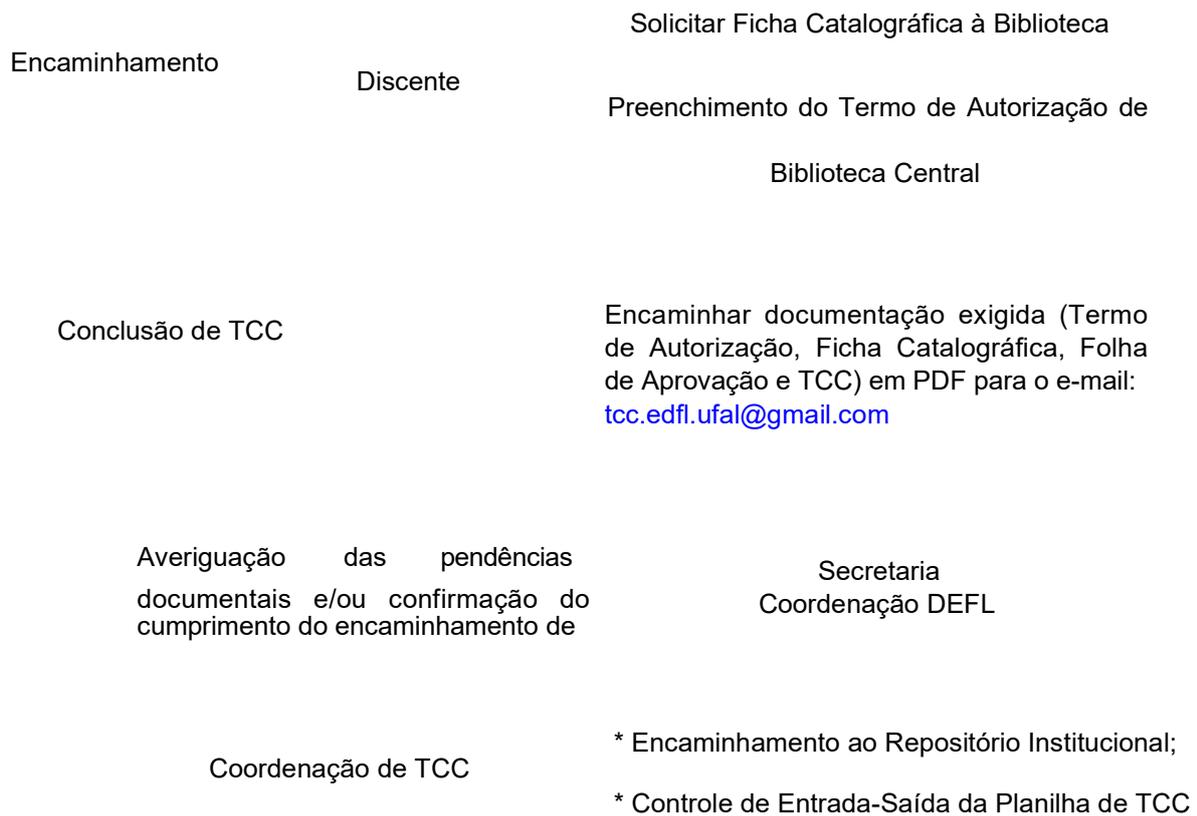


Figura 4. Encaminhamentos da versão final do TCC.

Em situações excepcionais e ocasionais que alterem a dinâmica de funcionamento da coordenação do curso de Educação Física/Licenciatura, do Instituto de Educação Física e Esporte e da Universidade Federal de Alagoas, deverão ser seguidas as orientações específicas e/ou ajustes determinados por portarias ou normas complementares publicadas para as estas referidas ocasiões.

APÊNDICE B

TERMO DE COMPROMISSO DO PROFESSOR (A) ORIENTADOR (A) DO TRABALHO DE  
CONCLUSÃO DE CURSO

Eu, \_\_\_\_\_,  
Professor(a) do Curso \_\_\_\_\_ da Instituição  
\_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins, estar de acordo em assumir  
a orientação do Trabalho de Conclusão de Curso do(a)  
Aluno(a): \_\_\_\_\_ Título  
Provisório: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

E-mail e número de telefone do(a) orientador(a):

---

Maceió, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_

Nome do Professor (a) Orientador (a)

Aluno (a) \_\_\_\_\_

Aluno (a) \_\_\_\_\_

APÊNDICE C

RELATÓRIO DAS ORIENTAÇÕES

NOME DO ALUNO:				
TÍTULO DO TRABALHO:				
PROFESSOR-ORIENTADOR:				
CURSO:				
DATA	HORÁRIO (INÍCIO/ TÉRMINO)	ATIVIDADE DESENVOLVIDA	RUBRICA	
			ORIENTADOR	ALUNO

## APÊNDICE D

### FORMULÁRIO PARA PEDIDO DE CONSTITUIÇÃO DE BANCA EXAMINADORA

Do (a): Professor (a) Orientador (a)

Para: Coordenação do Curso de Educação Física-Licenciatura

Eu, Professor (a) \_\_\_\_\_, em comum acordo com meu orientando, o (a) aluno (a) \_\_\_\_\_, sugerimos como professor convidado para compor a Banca Examinadora do TCC intitulado \_\_\_\_\_, o Sr (a): \_\_\_\_\_.

Aguardando a homologação da Banca Examinadora pela Coordenação do Curso de Educação Física-Licenciatura, subscrevemo-nos.

Atenciosamente.

\_\_\_\_\_  
Professor(a) Orientador(a)

Banca examinadora aprovada pela Coordenação do curso em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## APÊNDICE E

### ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos \_\_\_\_ dias de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, às \_\_\_\_ horas, em sessão pública de defesa de trabalho de conclusão de curso (TCC), reuniu-se a Banca Examinadora para avaliar o trabalho com o título: \_\_\_\_\_, do aluno \_\_\_\_\_ (matrícula \_\_\_\_\_) do Curso de Graduação em Educação Física-Licenciatura. A Banca Examinadora foi constituída pelos seguintes professores, Prof. Dr. \_\_\_\_\_ (Orientador), Prof<sup>a</sup>. \_\_\_\_\_ (Examinador convidado) e Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. \_\_\_\_\_ (Examinador Convidado). Iniciados os trabalhos, foi oferecido ao aluno (a) prazo de 20 (vinte) minutos para apresentação. Finda a apresentação, a Banca Examinadora dispôs de 30 (trinta) minutos para arguição e/ou considerações. Encerrada a defesa do trabalho, a Banca Examinadora procedeu ao julgamento e o trabalho foi \_\_\_\_\_, atribuindo-se nota \_\_\_\_\_. Ao fim, o aluno foi informado do prazo de máximo de 30 (trinta) dias, a partir desta data, o TCC deverá ser encaminhado na versão final, com todas as orientações sugeridas pela Banca Examinadora, o arquivo em PDF para o email (tcc.edfl.ufal@gmail.com) seguindo todas orientações do documento "PROCEDIMENTOS PARA DEFESA E ENTREGA FINAL DO TCC / EDUCAÇÃO FÍSICA LICENCIATURA". O aluno ainda foi notificado que na ausência das mencionadas correções, a presente avaliação será tornada sem efeito, e o(s) aluno(s) considerado(s) REPROVADO(S). Às \_\_\_\_ horas e \_\_\_\_\_ minutos, o Presidente declarou encerrada a reunião, lavrando a presente Ata, que após lida e aprovada, seguiu para assinatura de todos os membros da Banca Examinadora, bem como pelo (s) aluno(s), e ainda pelo (a) Coordenador (a) do Curso de Educação Física-Licenciatura. O orientador ficará responsável pela substituição da ata com assinaturas digitais (e não autenticadas) pela ata com assinatura original, posteriormente a defesa do TCC assim que as atividades presenciais forem restabelecidas na Universidade Federal de Alagoas conforme consta no documento (PROCEDIMENTOS PARA DEFESA E ENTREGA FINAL DO TCC EDUCAÇÃO FÍSICA LICENCIATURA) elaborado pela Comissão de TCC e Coordenação do Curso de Educação Física Licenciatura.

---

Prof. Dr.  
Orientador e Presidente de Banca Examinadora

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>.  
Professor(a) Convidado(a)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>.  
Professor(a) Convidado(a)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>  
Coordenador do Curso de Educação Física-Licenciatura

---

Aluno/a(s)

## ANEXO 2: ESTÁGIO CURRICULAR

---



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE  
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA - LICENCIATURA

## REGULAMENTO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Maceió

2018

## I - NATUREZA

A Iniciação à Prática Profissional do Ciclo de Estudos conducente ao grau de Licenciado em Educação Física da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) integra os Estágios Curriculares Supervisionados I, II, III e IV e a correspondente estruturação do Relatório Final de Estágio de cada uma das atividades de Estágio. Rege-se pelas normas institucionais e pela legislação específica acerca da Habilitação Profissional para o exercício do licenciado em Educação Física.

Os Estágios Curriculares Supervisionados são desenvolvidos em quatro períodos letivos, perfazendo um total de 400 horas (Resolução CNE nº 2 de 1 de julho de 2015). Integram o itinerário formativo do Estudante Estagiário, fazem parte do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e são atividades curriculares obrigatórias que decorrem a partir do quinto semestre letivo.

A estrutura e funcionamento dos Estágios Curriculares Supervisionados consideram os princípios decorrentes das orientações legais, nominalmente as constantes na Lei Federal nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, Cartilha esclarecedora sobre a lei do estágio: Lei nº 11.788 (2008), Orientação normativa nº 07 de 30 de Outubro de 2008, Resolução CNE/CES nº 7, de 4 de outubro de 2007, Decreto Casa Civil nº 8.752, de maio de 2016, Resolução CNE/CES nº 7, de 31 de março de 2004, Resolução CONSUNI/UFAL nº 71 de 18 de dezembro de 2006, Resolução CNE/CP nº 2 de 1 de julho de 2015 e tem em conta o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Educação Física - Licenciatura.

Deve ser entendido como um processo de intervenção acadêmico-profissional, pelo qual o Estudante Estagiário tem a oportunidade de vivenciar a realidade da prática profissional em todas as suas dimensões (conceituais, procedimentais e atitudinais), e em consonância com as áreas de desempenhos e as atividades de Estágios Curriculares Supervisionados.

## II - OBJETIVOS

Os objetivos dos Estágios Curriculares Supervisionados é oportunizar ao Estudante Estagiário a vivência das situações de trabalho, em instituições que

ofertam à comunidade serviços específicos do Profissional de Educação Física, além disso, visa potencializar a aquisição das competências e habilidades exigidas pela prática profissional.

### III - OPERACIONALIZAÇÃO PARA INICIAR O ESTÁGIO

Para o Estudante Estagiário ingressar nos Estágios Curriculares Supervisionados, deverá estar devidamente matriculado no Curso EDFL/UFAL. Em seguida, o mesmo deverá, de posse de uma Carta de Apresentação (assinada pelo Professor Supervisor) e Carta de Autorização de Estágio (assinada pelo Coordenador de Estágio)<sup>16</sup> dirigir-se à Instituição concedente do Estágio para formalização do Termo de Compromisso<sup>17</sup>.

Posteriormente, deverá encaminhar todos os documentos acima informados, devidamente preenchidos e assinados, ao Módulo de Gerenciamento de Estágio - MGE/PROGRAD/UFAL, para fins de consolidação do Termo de Compromisso de Estágio. O MGE/PROGRAD/UFAL se encarregará de emitir o termo de compromisso, encaminhando-o diretamente ao Estudante Estagiário.

O Estudante Estagiário deverá imprimir o Termo de Compromisso de Estágio em 3 (três) vias, assinar e, por fim, coletar as assinaturas do Coordenador de Estágio e do representante legal da Instituição Concedente.

O Estudante Estagiário só poderá iniciar as atividades práticas de Estágios Curriculares Supervisionados, após a conclusão de todas as etapas condizentes à regulamentação documental para o exercício de prática profissional inicial em campo de estágio.

### IV - ORGANIZAÇÃO DO ESTÁGIO

---

<sup>16</sup> Disponível na página da UFAL

<sup>17</sup> Disponível na página da UFAL

A organização de cada um dos componentes de Estágio Curricular Supervisionado é da responsabilidade do Professor Supervisor, em estreita relação com este Regulamento, com as normativas do Módulo de Gerenciamento de Estágio - MGE/PROGRAD/UFAL e com o PPC.

Para sua organização, defende-se a ideia central de que a articulação do estágio com a pesquisa constitui instrumento epistemológico-teórico-metodológico fundante de um modelo alternativo/inovador da formação inicial. O Estágio Curricular Supervisionado deve ser visto como condição de desenvolvimento da autonomia intelectual, profissional e da identidade profissional, tendo em vista a formação de um profissional-pesquisador crítico-reflexivo.

O Estágio Curricular Supervisionado está dividido em 4 (quatro) componentes de formação, dispostos nos últimos 4 (quatro) semestres letivos do Curso de Educação Física - Licenciatura e se dará a partir de normatização própria aprovada pelo Colegiado do Curso, que percorrem transversalmente três parâmetros de organização:

(1) A Caracterização dos Estágios Curriculares Supervisionados

5º PERÍODO			
	Ementa	Carga Horária	Pré-Requisito
Estágios Supervisionados I	Levantamento das formas de sistematização do ensino da educação física na escola, tendo como referência o que propõem as Diretrizes Curriculares para os diferentes níveis de escolaridade. Co-participação no ensino da educação física na educação infantil; Elaboração de relatório de campo.	90h	- Aprendizagem e Controle Motor - Didática - Metodologia do Ensino dos Jogos e Brincadeiras na Educação Física

6º PERÍODO			
	Ementa	Carga Horária	Pré-Requisito
Estágios Supervisionados II	Participação no processo de planejamento, avaliação e operacionalização do ensino da educação física em turmas do Ensino Fundamental - 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental; Elaboração de relatório de Campo.	110h	Estágio Supervisionado I

7º PERÍODO			
	Ementa	Carga Horária	Pré-Requisito
Estágios Supervisionados III	Estágio supervisionado em Educação Física Escolar na Educação Básica (6ª ao 9ª ano). Plano de Estágio. Estágio observacional escolar. Participação no processo de planejamento, avaliação e operacionalização do ensino da educação física. Elaboração e desenvolvimento de projeto de ensino em turmas de Educação Física. Seminário sobre a Educação Física (Jogos, Esportes, Danças, Lutas e Ginásticas ). Relatório técnico-científico de estágio.	110h	Estágio Supervisionado II

8º PERÍODO			
	Ementa	Carga Horária	Pré-Requisito
Estágios Supervisionados IV	Participação no processo de planejamento, avaliação e operacionalização do ensino da educação física no Ensino Médio (docência compartilhada); Elaboração de relatório de campo.	90h	Estágio Supervisionado III

## (2) Os Campos de Aplicação

O Estudante Estagiário deverá atuar em ambientes escolares, dentre outros ambientes onde ocorram ou possam ocorrer tais perspectivas de intervenção e em consonância com os programas de Estágios Curriculares Supervisionados definidos pelo PPC.

## (3) As Áreas de Desempenhos e as Atividades de Estágio Curricular Supervisionado

Os Estágios Curriculares Supervisionados visam a integração do Estudante Estagiário no exercício da vida profissional de forma progressiva e orientada, pelo desenvolvimento das competências profissionais para a intervenção da Educação Física nas seguintes Áreas de Desempenho: (a) Organização e Gestão das Atividades de Intervenção; (b) participação no Estágio; (c) relações com a Comunidade; e, (d) desenvolvimento profissional.

São consideradas atividades de Estágios Curriculares Supervisionados: (a) Intervenção Prática Supervisionada; (b) atividades de observação e colaboração em situações de intervenção, nas áreas de desempenho; (c)

atividades incluídas nos programas de cada um dos Estágios Curriculares Supervisionados; (d) plano de estágio; (e) relatório de Estágio.

As áreas de desempenhos e as atividades de Estágios Curriculares Supervisionados servirão de requisitos para o processo de avaliação nos diferentes campos de Estágios Curriculares Supervisionados em termos de desenvolvimento de competências, conhecimentos teórico-conceituais, habilidades e atitudes, em situações de aprendizagem, conduzidas no ambiente profissional, sob a supervisão da Universidade e a orientação da Instituição Concedente.

O Estágio Curricular Supervisionado é constituído pelos seguintes segmentos:

- 1 - Estudante Estagiário;
- 2 - Coordenador de Estágio (Docente da UFAL);
- 3 - Professor Supervisor (Docente da UFAL);
- 4 - Preceptor de Estágio (Profissional da Instituição Concedente de Estágio).

Ao Estudante Estagiário compete:

- (1) Cumprir todas as tarefas previstas nos documentos orientadores e reguladores dos Estágios Curriculares Supervisionados;
- (2) Elaborar e desenvolver o seu Plano de Estágio bem como os planos específicos de atividades de Estágios;
- (3) Apresentar o Termo de Compromisso devidamente preenchido, de acordo com o que preconiza a Resolução CONSUNI/UFAL nº 71 de 18 de dezembro de 2006;
- (4) Efetivar as tarefas e as avaliações solicitadas pelo Professor Supervisor e pelo Preceptor da Instituição concedente;
- (5) Comparecer às atividades de formação profissional inicial, regidas pelo supervisor da instituição concedente;
- (6) Respeitar a hierarquia administrativa da UFAL e da Instituição concedente, bem como as cláusulas do Termo de Compromisso;
- (7) Comunicar e justificar, com antecedência, ao Professor Supervisor, sua ausência nas atividades de estágio;

- (8) Comparecer às atividades de estágios portando vestuários adequados às atividades a serem desenvolvidas;
- (9) Manter contato permanente com o Professor Supervisor, deixando-o informado sobre o desenvolvimento do Plano de Estágio;
- (10) Apresentar Ficha de Presença preenchida e assinada pelo Preceptor de Estágio da Instituição concedente, a qual deve conter o carimbo da instituição e assinatura do Preceptor de Estágio, conforme formulário específico. Este formulário deverá ser entregue ao Professor Supervisor em momento solicitado;
- (11) Elaborar, manter atualizado e apresentar o Relatório Final de Estágio, de acordo com o modelo proposto pelo NDE, com aquiescência dos Professores Supervisores e aprovação do Colegiado de Curso;
- (12) Apresentar, ao Professor Supervisor, Ficha de Avaliação Final do Estudante Estagiário, preenchida pelo Preceptor de Estágio, ao término do seu programa de Estágios Curriculares Supervisionados;
- (13) Participar de eventos/sessões de natureza científica cultural e pedagógica;
- (14) Zelar pelo cumprimento das normas de Estágios Curriculares Supervisionados.

Ao Coordenador de Estágio compete:

- (1) Coordenar a Comissão de Estágios Curriculares Supervisionados do Curso de Educação Física - Licenciatura/UFAL;
- (2) Dar cumprimento às normas gerais do Estágio Curricular Supervisionado;
- (3) Definir a concepção, juntamente com os Professores Supervisores, a estrutura e funcionamento dos Estágios Curriculares Supervisionados;
- (4) Assegurar o relacionamento necessário com os setores de gestão da Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD/UFAL;
- (5) Dar parecer sobre o recrutamento de Instituições que servirão de campo de Estágio Curricular Supervisionado;
- (6) Encaminhar, ao MGE/PROGRAD, a relação de Estudantes Estagiários vinculados aos Estágios Curriculares Supervisionados para providências de aquisição de seguro individual de acidentes pessoais, garantindo a

- atualização da mesma, quando pertinente;
- (7) Acompanhar e supervisionar o desenvolvimento Estágios Curriculares Supervisionados I, II, III e IV;
  - (8) Apresentar ao MGE/PROGRAD, a proposta de Regulamento dos Estágios Curriculares Supervisionados e zelar pelo seu cumprimento;
  - (9) Convocar e presidir as reuniões iniciais, intercalares e finais de avaliação dos Estágios Curriculares Supervisionados;
  - (10) Sugerir planos de expansão tendo em vista as necessidades de formação inicial dos Estudantes Estagiários;
  - (11) Estimular e apoiar a investigação profissional no âmbito dos diferentes campos de Estágios Curriculares Supervisionados.

Ao Professor Supervisor compete:

- (1) Dar cumprimento às normas gerais dos Estágios Curriculares Supervisionados;
- (2) apoiar e orientar os Estudantes Estagiários no planejamento, condução e avaliação das atividades formativas de Estágios Curriculares Supervisionados;
- (3) planejar e supervisionar, em colaboração com o Preceptor de Estágio, todas as atividades de estágio, de acordo com o regulamento e as decisões da Coordenação e da Comissão de Estágio;
- (4) participar nas reuniões da Comissão de Estágio;
- (5) garantir todas as fases do ciclo de formação na realização do Estágio Curricular Supervisionado de cada Estudante Estagiário;
- (6) supervisionar a prática de estágio dos Estudantes Estagiários em todas as áreas de desempenho, de acordo com os documentos orientadores pertinentes a cada Estágio Supervisionado;
- (7) orientar e apoiar os Estudantes Estagiários no tratamento de atividades de carácter científico, pedagógico e didático;
- (8) orientar, em colaboração com o Preceptor de Estágio, os Estudantes Estagiários na elaboração dos seus Planos e Relatórios de Estágio, analisando os documentos de planejamento e avaliação das atividades

de Estágio Curricular Supervisionado e emitindo parecer fundamentado sobre eles;

- (9) avaliar, sistematicamente, em colaboração com o Preceptor de Estágio, as atividades práticas de Estágio Curricular Supervisionado do Estudante Estagiário;
- (10) produzir, em colaboração com o Preceptor de Estágio, relatórios escritos com as avaliações intercalares fundamentadas, reportando-se ao percurso de formação de cada Estudante Estagiário;
- (11) participar, em colaboração com o Preceptor de Estágio, na avaliação final dos Estudantes Estagiários;
- (12) produzir um relatório final de balanço do Estágio Curricular Supervisionado, especificando o seu entendimento em relação às áreas de desempenho dos Estudantes Estagiários.

Ao Professor Preceptor compete:

- (1) Programar as atividades de Estágio Curricular Supervisionado do Estudante Estagiário;
- (2) cooperar na elaboração do Plano de estágio dos Estudantes Estagiários, aos quais supervisiona;
- (3) supervisionar as intervenções profissionais dos Estudantes Estagiários, em contexto de prática situada;
- (4) orientar a atividade do Estudante Estagiário nas áreas de atuação, às quais está vinculado;
- (5) Realizar sessões sistemáticas de cariz pedagógico-didático, com todos os Estudantes Estagiários vinculados à sua Instituição, das quais devem ser elaborados os registos escritos, para fins de elaboração do relatório Final de Estágio;
- (6) Avaliar individualmente o Estudante Estagiário, elaborando todos os documentos de avaliação decorrentes da formação profissional inicial, no âmbito do Estágio Curricular Supervisionado;
- (7) Colaborar na classificação do desempenho do Estudante Estagiário, emitindo e registrando o parecer final em Ficha de Avaliação Final,

relativo às áreas de desempenhos e atividades de Estágios Curriculares Supervisionados.

## V - AVALIAÇÃO

A avaliação dos Estágios Curriculares Supervisionados se dará de maneira processual, com caráter formativo e somativo. Ao final de cada Estágio, o Estudante Estagiário deverá apresentar o Relatório Final de Estágio como requisito para a conclusão de cada um dos Estágios Curriculares Supervisionados.

A avaliação dos Estágios Curriculares Supervisionados atenderá às orientações prescritas nas normatizações acadêmicas que regem os critérios de avaliação de aprendizagem da UFAL e daquelas definidas a partir da dinâmica de cada um dos Estágios Curriculares Supervisionados.

O aproveitamento acadêmico, resultado obtido pelo Estudante Estagiário, relativo às atividades de Estágios Curriculares Supervisionados, é expresso pelas médias das Avaliações Bimestrais (AB), sempre no mínimo de duas, ou pela média alcançada, após submetido à Prova Final (PF).

A verificação do rendimento do Estudante Estagiário na perspectiva dos Estágios Curriculares Supervisionados far-se-á por meio de produção de Planos de Estágios, Avaliação intermédia atestada pelo Preceptor de Estágio, produção de Relatório Final de Estágio, Avaliação final atestada pelo Preceptor de Estágio e outras avaliações de atividades equivalentes, quando solicitadas pelo Professor Supervisor.

A avaliação será feita pelo Preceptor de Estágio e pelo Professor Supervisor. Nela, serão consideradas as Áreas de Desempenho, as atividades de Estágios Curriculares Supervisionados e as Competências Profissionais, a serem percorridas e adquiridas pelo Estudante Estagiário no percurso da formação.

O enquadramento conceitual e pedagógico, com vistas à avaliação, ocorrerá em termos de desenvolvimento de competências na formação e para o

exercício da profissão. A avaliação de desempenho do Estudante Estagiário deve ser concebida pelo modelo de avaliação criterial, de perspectiva formativa, que demanda de uma lógica transversal de modo que a regulação das aprendizagens e as características individuais do Estudante Estagiário assumam uma destacada importância. Assim se enquadram os critérios de avaliação:

ÁREAS DE DESEMPENHO	
Tipo	Detalhamento
Organização e Gestão das Atividades de Intervenção	Busca verificar a capacidade do Estudante Estagiário em projetar a sua atividade de intervenção no quadro legal das concepções de ensino e de aprendizagem, das relações educativas e do planejamento, mediatizadas pelos conhecimentos pedagógicos, das normas e das metodologias, no sentido de projetar a sua atividade de intervenção.
Participação no Estágio	Considera as ações que levam o Estudante Estagiário a contribuir para o reforço do papel do profissional de Educação Física, da importância da Educação Física de forma contextualizada, responsável e inovadora. Para isso, deve-se privilegiar o entendimento e a importância de ações pedagógicas e pessoais que o conduza à competente atitude de caráter integrador, cooperante, sociabilizador e autônomo.
Relações com a Comunidade	Refletem sobre o papel social que a instituição concedente deve desempenhar. Na sua constituição, o Estudante Estagiário deve considerar, não só o lado pessoal, institucional ou profissional, isoladamente, mas ser capaz de fazer uma ligação entre estas três dimensões de maneira interativa e reflexiva, incluindo neste processo, o aluno/cliente, a instituição concedente e as principais características da comunidade em que eles se inserem.
Desenvolvimento Profissional	O Estudante Estagiário deve demonstrar domínio e competência em sistematizar suas necessidades pessoais e profissionais em termos da prática e dos saberes docentes, da investigação científica, das propostas de planejamentos, dos ajustamentos pedagógicos e da autocrítica reflexiva sobre estas dimensões e seus condicionantes profissionais e sociais.
ATIVIDADES DE ESTÁGIOS CURRICULARES SUPERVISIONADOS	
Tipo	Detalhamento
Intervenção Prática Supervisionada	Considera-se a capacidade do Estudante Estagiário em planejar, executar e avaliar as atividades de formação que de estágios Curriculares Supervisionados exigem.
Atividades de Observação e Colaboração em Situações de intervenção, nas áreas de desempenho.	Avalia-se a capacidade crítica do Estudante Estagiário com vistas à organização das ideias para uma efetiva autorreflexão.
Atividades incluídas nos Programas de cada um dos Estágios Curriculares Supervisionados	Considera a avaliação das atividades específicas, constantes em cada um dos programas de Estágios Supervisionados Curriculares.
Plano de Estágio	Considera a capacidade de planejamento que o Estudante Estagiário deva demonstrar na organização das tarefas interventivas de Estágio Supervisionado Curricular, em contexto de prática situada.
Relatório de Estágio	Refere à avaliação da organização e registro das principais atividades de formação inicial profissional ocorridas no âmbito dos Estágios Supervisionados Curriculares.
COMPETÊNCIAS	
Tipo	Detalhamento
Conhecimento	Avalia a capacidade que o Estudante Estagiário adquiriu na transformação de saberes disciplinares em saberes profissionais.
Atuação	Avalia a capacidade de agir e de tomar decisões, (saber decidir, saber ousar, saber aprender com os erros, emocionar-se, saber recomeçar...) do Estudante Estagiário, de concretizar as atividades concebidas e planejadas nas quatro áreas de desempenho, com especial relevância para a atividade de prática profissional.
Reflexão	Avalia a capacidade de autorreflexão do Estudante Estagiário acerca das exigências colocadas ao profissional de Educação Física no contexto institucional do exercício da sua profissão, no sentido do seu desenvolvimento profissional.
Comportamento social	Está vinculada à capacidade de se relacionar com a comunidade. Avalia a capacidade que o Estudante Estagiário demonstra na sedimentação de atitudes de cooperação com outros atores sociais, para um

Assim, as estratégias de acompanhamento e avaliação propostas pelo programa aproximam-se de uma visão interpretativa (SHULMAN, 1986) que inclui desde a verificação dos aspectos acadêmicos (participação, interesse, pesquisas e o progresso do Estudante Estagiário no desenvolvimento dos Estágios Curriculares Supervisionados) até os aspectos operacionais (elaboração de plano de estágio, fichas ou relatórios parciais do desenvolvimento do plano de estágio e relatório final de estágio) com vistas à compreensão da forma de representação e sistematização dos conceitos, por parte do Estudante Estagiário (ZEICHNER, 2008; SÁ-CHAVES, 2008; GHEDIN, OLIVEIRA e ALMEIDA, 2015).

Nota: Prazos de entrega e outras especificações sobre planos, relatórios e programas, serão estabelecidos no início do semestre letivo, em comum acordo entre o Professor Supervisor e o Estudante Estagiário e deverão ser entregues em datas especificadas em cronograma de cada um dos Estágios Curriculares Supervisionados.

## VI - DESLIGAMENTO DA ATIVIDADE DE ESTÁGIO E/OU REGISTRO DE OCORRÊNCIAS QUE POSSAM GERAR SANÇÕES

O desligamento do Estágio Curricular Supervisionado poderá ser interrompido a qualquer momento. São considerados motivos para o desligamento:

- (1) Trancamento de matrícula ou abandono;
- (2) Não cumprimento das horas mínimas de estágio, firmadas nas normas do Projeto Pedagógico do Curso; ou,
- (3) Outro motivo qualquer que impeça ao Estudante Estagiário a continuidade do Estágio Curricular Supervisionado.

Nota: Não haverá abono ou compensação de faltas ou dispensa de frequência, salvo nos casos especiais previstos nos termos do Decreto-Lei nº 1.044 (21 de outubro de 1969), Lei nº 6.202 (17 de abril de 1975) e no Regimento Geral da UFAL (Art. 57).

As ocorrências que possam vir gerar sanções disciplinares são caracterizadas por:

- (1) Negligência em relação às normas e regulamentos da Instituição Concedente, do Curso e dos Estágios Curriculares Supervisionados;
- (2) Negligência das atividades programadas no Plano de Estágio;
- (3) Não cumprimento do Plano de Estágio, por parte do Estudante Estagiário, através da prática de atividades penosas, insalubres ou outras que impliquem em desvirtuamento dos estágios; ou
- (4) Outro motivo qualquer que caracterize indisciplina.

## VII - DISPOSIÇÕES FINAIS

Em situações de casos omissos, os mesmos serão resolvidos prioritariamente, pelo Professor Supervisor com anuência do Coordenador dos Estágios Curriculares Supervisionados e do Coordenador do Curso, quando for o caso.

## REFERÊNCIAS

ALAGOAS, Universidade Federal de Alagoas. Resolução nº 71 de 18 de dezembro de 2006 (Disciplina os estágios curriculares dos cursos de graduação da UFAL). Maceió: CONSUNI/UFAL, 2006.

\_\_\_\_\_, Universidade Federal de Alagoas. Projeto pedagógico do curso de graduação em educação física - Licenciatura. Maceió, PROGRAD, 2006. 39p.

\_\_\_\_\_, Universidade Federal de Alagoas. Manual do professor. Maceió: UFAL/PROGRAD, 2007.

BRASIL, Congresso Nacional. Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977 (Dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimento de ensino superior e ensino

profissionalizante do 2º Grau e Supletivo e dá outras providências). Brasília: DUO, 1977.

\_\_\_\_\_, Congresso Nacional. Lei nº 8.859, de 23 de março de 1994 (Modifica dispositivos da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, estendendo aos alunos de ensino especial o direito à participação em atividades de estágio). Brasília: DUO, 1994.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.

\_\_\_\_\_, Ministério do Trabalho e Emprego. Cartilha esclarecedora sobre a lei do estágio: Lei nº 11.788/2008. Brasília: MTE, SPPE, DPJ, CGPI, 2008. 22 p.

\_\_\_\_\_, Ministério do Trabalho e Emprego. Lei nº 11.788 de 25 de Setembro de 2008 (Dispõe sobre o estágio de estudantes) - Brasília: DUO, 2008.

\_\_\_\_\_, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. (2008). Orientação Normativa nº 7, de 30 de outubro de 2008 (Estabelece orientação sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional). Brasília: DUO, 2008.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 04 de 06 de abril de 2009. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, Licenciaturas, na modalidade presencial. Brasília: DUO, 2009.

GANDIN, Danilo. Planejamento como prática educativa. 11ª ed. São Paulo: edições Loyola, 2000.

GARCÍA, Carlos. M. Formação de professores: para uma mudança educativa. Porto: Porto Editora, 2009.

GHEDIN, E., OLIVEIRA, E. S., ALMEIDA, W. A de. Estágio com pesquisa. São Paulo: Cortez, 2015.

HERNANDEZ, Fernando & VENTURA, Montserrat. A organização do currículo por projetos de trabalho. 7ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

SÁ-CHAVES, Idalina. da S. C. Portfólios reflexivos: Estratégia de formação e de supervisão. In: Formação de professores: Cadernos Didáticos. Série Supervisão nº 1. Aveiro: Universidade de Aveiro, UIDTFF, 2008.

SCHÖN, Donald. A. El profesional reflexivo: como piensan los profesionales cuando actúan. José Bayo (trad.). Barcelona, A & M Gráfico, 2003.

UFAL. (s/d). Normas Acadêmicas. Disponível em: <http://www.ufal.edu.br/estudante/graduacao/legislacao/normas>. Acesso em: 12. Ago.2015.

ZABALA, Antony. A prática educativa: Como ensinar. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

ZEICHNER, Kenneth. Uma análise crítica sobre a 'reflexão' como conceito estruturante na formação docente. Educação & Sociedade, Campinas, v. 29, n. 103, maio/ago. 2008 Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 25 nov. 2008.



Projeto Pedagógico aprovado na Sessão Ordinária do Conselho  
Universitário da Universidade Federal de Alagoas CONSUNI/UFAL do dia 09 de  
abril de 2019

Resolução CONSUNI Nº 13

Jean Luiz Davino dos Santos  
Técnico em Assuntos Educacionais  
PROGRAD/UFAL

Edna Cristina do Prado  
Coordenadora de Currículo e Acompanhamento  
de Projetos Pedagógicos dos Cursos  
PROGRAD/UFAL

Sandra Regina Paz da Silva  
Pró-Reitora de Graduação  
PROGRAD/UFAL